

Termo de Referência
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

Processo nº 50009.000737/2025-87

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

1.2. Contratação de empresa para a Prestação de serviços técnicos de apoio, assessoramento e engenharia consultiva para atuação nas áreas de planejamento e gestão pública das demandas referentes aos empreendimentos da malha rodoviária sob jurisdição da Superintendência do DNIT no Estado de Roraima e no âmbito das necessidades técnicas e operacionais das unidades locais subordinadas.

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	00000134-1	Contratação de Empresa(s) Especializada(a) para prestação de serviços técnicos de Apoio e Assessoramento em Engenharia Consultiva para atuação nas áreas de Planejamento e Gestão Pública das demandas referentes aos Empreendimentos da Malha Rodoviária sob jurisdição da Superintendência do DNIT no Estado de Roraima.	Serviço	01	60.509.534,63	60.509.534,63

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme artigo 6º, inciso XVIII da Lei nº 14.133 de 2021, por abranger trabalhos relativos a:

- Estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
- Pareceres e avaliações em geral;
- Assessorias e consultorias técnicas;
- Fiscalização e supervisão de obras e serviços;
- Controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente.

1.4. Malha Referencial: Apresentamos no quadro a seguir a malha total de segmentos rodoviários, cuja jurisdição é da Superintendência Regional do DNIT no Estado Roraima:

BR	UF	Tipo de trecho	Desc Coi	Código	Local de Início	Local de Fim	km inicial	km final	Extensão
174	RR	Acesso	-	174ARR1005	ACESSO NORTE BOA VISTA	RIO CAUAMÉ	0	12	12
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0670	FIM PONTE S/RIO ALALAU (DIV AM/RR)	IGARAPÉ PIAIA	0	30,5	30,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0675	IGARAPÉ PIAIA	IGARAPÉ KAMAA	30,5	42	11,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0685	IGARAPÉ KAMAA	IGARAPÉ XERI	42	66,5	24,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0690	IGARAPÉ XERI	INÍCIO PONTE S/IGARAPÉ XIKIPI	66,5	73	6,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0695	INÍCIO PONTE S/IGARAPÉ XIKIPI	ENTR BR-174/431 (VILA JUNDIÁ)	73	75,6	2,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0700	ENTR BR-174/431 (VILA JUNDIÁ)	RIO BRANQUINHO	75,6	88,5	12,9
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0705	RIO BRANQUINHO	MARCO DA LINHA DO EQUADOR	88,5	100,7	12,2
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0710	MARCO DA LINHA DO EQUADOR	IGARAPÉ ARRUDA	100,7	102,8	2,1
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0715	IGARAPÉ ARRUDA	IGARAPÉ JUNQUEIRA	102,8	108,5	5,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0720	IGARAPÉ JUNQUEIRA	ENTR VIC 01/02 (VILA DO EQUADOR)	108,5	118	9,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0725	ENTR VIC 01/02 (VILA DO EQUADOR)	IGARAPÉ MATIM	118	121	3
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0730	IGARAPÉ MATIM	IGARAPÉ TENENTE BARREIRO	121	123,2	2,2
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0735	IGARAPÉ TENENTE BARREIRO	IGARAPÉ DOS PEIXES	123,2	137,7	14,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0740	IGARAPÉ DOS PEIXES	RIO TRAIRÍ	137,7	143,6	5,9
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0745	RIO TRAIRÍ	IGARAPÉ EVARISTO	143,6	151,3	7,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0750	IGARAPÉ EVARISTO	IGARAPÉ CAP FONTINELE	151,3	153,1	1,8
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0755	IGARAPÉ CAP FONTINELE	IGARAPÉ TENENTE MENDONÇA	153,1	157,9	4,8
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0760	IGARAPÉ TENENTE MENDONÇA	RIO JAUAPERI	157,9	163,2	5,3
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0765	RIO JAUAPERI	ENTR RR-371 (VILA NOVA COLINA)	163,2	170,8	7,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0770	ENTR RR-371 (VILA NOVA COLINA)	IGARAPÉ IRAJÁ	170,8	177,3	6,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0775	IGARAPÉ IRAJÁ	IGARAPÉ JABURU	177,3	178	0,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0780	IGARAPÉ JABURU	IGARAPÉ SEABRA	178	182,4	4,4
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0785	IGARAPÉ SEABRA	IGARAPÉ SÁ NETO	182,4	194,1	11,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0790	IGARAPÉ SÁ NETO	IGARAPÉ YAMANAKA	194,1	208,3	14,2
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0795	IGARAPÉ YAMANAKA	ENTR VIC 01/02 (RORAINÓPOLIS)	208,3	211,8	3,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0800	ENTR VIC 01/02 (RORAINÓPOLIS)	IGARAPÉ TENENTE CORONEL	211,8	213,6	1,8
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0805	IGARAPÉ TENENTE CORONEL	IGARAPÉ MARTINS PEREIRA (VILA M PEREIRA)	213,6	225,1	11,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0810	IGARAPÉ MARTINS PEREIRA (VILA M PEREIRA)	IGARAPÉ TENENTE BARRETO	225,1	229,8	4,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0815	IGARAPÉ TENENTE BARRETO	IGARAPÉ BISPO	229,8	233,4	3,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0820	IGARAPÉ BISPO	RIO ANAUÁ	233,4	234,2	0,8
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0825	RIO ANAUÁ	ENTR BR-174/210/432 (VILA NOVO PARAÍSO)	234,2	245,7	11,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0830	ENTR BR-174/210/432 (VILA NOVO PARAÍSO)	RIO DIAS	245,7	261,2	15,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0835	RIO DIAS	IGARAPÉ SCHULLER	261,2	262,9	1,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0840	IGARAPÉ SCHULLER	IGARAPÉ NELSON RIBEIRO	262,9	265,5	2,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0845	IGARAPÉ NELSON RIBEIRO	IGARAPÉ TAMANDARÉ	265,5	269	3,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0850	IGARAPÉ TAMANDARÉ	IGARAPÉ CALEFFI	269	281,7	12,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0855	IGARAPÉ CALEFFI	IGARAPÉ KALL	281,7	288,7	7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0860	IGARAPÉ KALL	RIO ITÁ	288,7	296	7,3
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0865	RIO ITÁ	IGARAPÉ SECO	296	304,7	8,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0870	IGARAPÉ SECO	IGARAPÉ LAGOA	304,7	305,8	1,1
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0875	IGARAPÉ LAGOA	RIO BARAUANA	305,8	309,4	3,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0880	RIO BARAUANA	VILA PETROLINA	309,4	329,8	20,4
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0885	VILA PETROLINA	INÍCIO PONTE S/RIO BRANCO (VISTA ALEGRE)	329,8	355,6	25,8
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0890	INÍCIO PONTE S/RIO BRANCO (VISTA ALEGRE)	R.SEN. HÉLIO CAMPOS (CARACARÁ)	355,6	367,1	11,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0895	R.SEN. HÉLIO CAMPOS (CARACARÁ)	ENTR BR-174/210/RR-327/347	367,1	377,2	10,1
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0900	ENTR BR-174/210/RR-327/347	IGARAPÉ DAS COBRAS	377,2	391	13,8
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0905	IGARAPÉ DAS COBRAS	ENTR VICINAL 01 (IRACEMA)	391	410,4	19,4
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0910	ENTR VICINAL 01 (IRACEMA)	IGARAPÉ BRANCO	410,4	430,6	20,2
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0915	IGARAPÉ BRANCO	IGARAPÉ AZUL	430,6	431,3	0,7

174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0920	IGARAPÉ AZUL	ENTR RR-325 (MUCAJÁI)	431,3	448	16,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0925	ENTR RR-325 (MUCAJÁI)	FIM DA DUPLICAÇÃO	448	449,2	1,2
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0930	FIM DA DUPLICAÇÃO	RIO MUCAJÁI	449,2	451,8	2,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0935	RIO MUCAJÁI	IGARAPÉ ÁGUA BOA	451,8	485,4	33,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0940	IGARAPÉ ÁGUA BOA	IGARAPÉ AÍ GRANDE	485,4	493	7,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0945	IGARAPÉ AÍ GRANDE	ACESSO SUL BOA VISTA	493	493,6	0,6
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0950	ACESSO SUL BOA VISTA	ENTR RR-205 (ACESSO OESTE BOA VISTA)	493,6	504,8	11,2
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0955	ENTR RR-205 (ACESSO OESTE BOA VISTA)	IGARAPÉ TABOCA	504,8	510,2	5,4
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0960	IGARAPÉ TABOCA	RIO CAUAMÉ	510,2	514,5	4,3
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0965	RIO CAUAMÉ	ACESSO NORTE BOA VISTA	514,5	522,5	8
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0975	ACESSO NORTE BOA VISTA	IGARAPÉ MURUPÚ	522,5	529,8	7,3
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0980	IGARAPÉ MURUPÚ	ENTR RR-342 (OÁSIS)	529,8	539,7	9,9
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0985	ENTR RR-342 (OÁSIS)	IGARAPÉ JACITARA	539,7	542,6	2,9
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0990	IGARAPÉ JACITARA	IGARAPÉ SAÚBA	542,6	552,3	9,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR0995	IGARAPÉ SAÚBA	IGARAPÉ TRUARÚ	552,3	560,5	8,2
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1000	IGARAPÉ TRUARÚ	RIO URARICOERA	560,5	581,5	21
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1005	RIO URARICOERA	ENTR RR-203 (TRÊS CORAÇÕES)	581,5	603,3	21,8
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1010	ENTR RR-203 (TRÊS CORAÇÕES)	RIO CAUARUAUA	603,3	608,7	5,4
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1020	RIO CAUARUAUA	IGARAPÉ ANINGAL	608,7	613,8	5,1
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1025	IGARAPÉ ANINGAL	IGARAPÉ JAUARÍ	613,8	616,2	2,4
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1030	IGARAPÉ JAUARÍ	ENTR RR-400 (P/PEDRA PINTADA)	616,2	627,9	11,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1040	ENTR RR-400 (P/PEDRA PINTADA)	RIO PARIMÉ	627,9	646,4	18,5
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1050	RIO PARIMÉ	RIO PARICARANÃ	646,4	658,3	11,9
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1060	RIO PARICARANÃ	ENTR BR-174/433 (COMUNIDADE INDÍGENA ENTROCAMEN	658,3	671	12,7
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1065	ENTR BR-174/433 (COMUNIDADE INDÍGENA ENTROCAMEN	RIO SURUMU	671	675,1	4,1
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1075	RIO SURUMU	COMUNIDADE SOROCAIMA	675,1	701,1	26
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1080	COMUNIDADE SOROCAIMA	INÍCIO PONTE S/IGARAPÉ SGT. ÁVILA	701,1	709,4	8,3
174	RR	Eixo Principal	-	174BRR1090	INÍCIO PONTE S/IGARAPÉ SGT. ÁVILA	FRONT BRASIL/VENEZUELA (MARCO BV8)	709,4	714,8	5,4
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0390	DIV PA/RR	RIO JATAPU	0	45,3	45,3
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0395	RIO JATAPU	ENTR VIC13/14 (ENTRE RIOS)	45,3	61,5	16,2
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0400	ENTR VIC13/14 (ENTRE RIOS)	IGARAPÉ ROCOCÓ	61,5	84,2	22,7
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0405	IGARAPÉ ROCOCÓ	RIO CAROEBE	84,2	89,5	5,3
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0410	RIO CAROEBE	ENTR VIC 36/37 (CAROEBE)	89,5	93,7	4,2
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0415	ENTR VIC 36/37 (CAROEBE)	IGARAPÉ TABOCA	93,7	98	4,3
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0420	IGARAPÉ TABOCA	INÍCIO DUPLICAÇÃO (SÃO JOÃO DA BALIZA)	98	118,4	20,4
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0425	INÍCIO DUPLICAÇÃO (SÃO JOÃO DA BALIZA)	ENTR RR-371 (SÃO JOÃO DA BALIZA)	118,4	118,8	0,4
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0427	ENTR RR-371 (SÃO JOÃO DA BALIZA)	FIM DA DUPLICAÇÃO (SÃO JOÃO DA BALIZA)	118,8	119,1	0,3
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0430	FIM DA DUPLICAÇÃO (SÃO JOÃO DA BALIZA)	IGARAPÉ AREAL	119,1	141	21,9
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0445	IGARAPÉ AREAL	ENTR RR-369 (VILA MODERNA)	141	154,1	13,1
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0450	ENTR RR-369 (VILA MODERNA)	RIO ANAUÁ	154,1	160,6	6,5
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0455	RIO ANAUÁ	IGARAPÉ SÃO FRANCISCO	160,6	167,4	6,8
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0460	IGARAPÉ SÃO FRANCISCO	ENTR BR-174/210/432 (VILA NOVO PARAÍSO)	167,4	184	16,6
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0465	ENTR BR-174/210/432 (VILA NOVO PARAÍSO)	RIO DIAS	184	199,5	15,5
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0470	RIO DIAS	IGARAPÉ SCHULLER	199,5	201,2	1,7
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0475	IGARAPÉ SCHULLER	IGARAPÉ NELSON RIBEIRO	201,2	203,8	2,6
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0480	IGARAPÉ NELSON RIBEIRO	IGARAPÉ TAMANDARÉ	203,8	207,3	3,5
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0485	IGARAPÉ TAMANDARÉ	IGARAPÉ CALEFFI	207,3	220	12,7
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0490	IGARAPÉ CALEFFI	IGARAPÉ KALL	220	227	7
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0495	IGARAPÉ KALL	RIO ITÃ	227	234,3	7,3
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0500	RIO ITÃ	IGARAPÉ SECO	234,3	243	8,7
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0505	IGARAPÉ SECO	IGARAPÉ LAGOA	243	244,1	1,1
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0510	IGARAPÉ LAGOA	RIO BARAUANA	244,1	247,7	3,6
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0515	RIO BARAUANA	VILA PETROLINA	247,7	268,1	20,4
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0520	VILA PETROLINA	INÍCIO PONTE S/RIO BRANCO (VISTA ALEGRE)	268,1	293,9	25,8
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0530	INÍCIO PONTE S/RIO BRANCO (VISTA ALEGRE)	R.SEN. HÉLIO CAMPOS (CARACARAÍ)	293,9	305,4	11,5
210	RR	Eixo Principal	Coinc	210BRR0540	R.SEN. HÉLIO CAMPOS (CARACARAÍ)	ENTR BR-174/210/RR-327/347	305,4	315,5	10,1
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0550	ENTR BR-174/210/RR-327/347	INÍCIO TRAV.RIO REPARTIMENTO DO AJARANI	315,5	359,2	43,7
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0570	INÍCIO TRAV.RIO REPARTIMENTO DO AJARANI	MISSÃO CATRIMANI	359,2	468,2	109
210	RR	Eixo Principal	-	210BRR0590	MISSÃO CATRIMANI	DIV RR/AM	468,2	528,2	60
401	RR	Acesso	-	401ARR1005	ESTRADA NORMANDIA (ACESSO BONFIM)	IGARAPÉ ARRAIA	0	7,1	7,1
401	RR	Acesso	-	401ARR1010	IGARAPÉ ARRAIA	FRONT BRASIL/GUIANA (PONTE INTERNACIONAL SOBRE C	7,1	17,9	10,8
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0005	ENTR RR-205 (ACESSO OESTE BOA VISTA)	AV BRASIL/AV VENEZUELA (BOA VISTA)	0	13	13
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0010	AV BRASIL/AV VENEZUELA (BOA VISTA)	INÍCIO PONTE S/RIO BRANCO - PONTE DOS MACUXIS	13	14,8	1,8
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0014	INÍCIO PONTE S/RIO BRANCO - PONTE DOS MACUXIS	FIM PONTE S/RIO BRANCO - PONTE DOS MACUXIS	14,8	16	1,2
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0018	FIM PONTE S/RIO BRANCO - PONTE DOS MACUXIS	ENTR BR-401/432 (VILA SANTA CECÍLIA)	16	23,4	7,4
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0030	ENTR BR-401/432 (VILA SANTA CECÍLIA)	IGARAPÉ AZUL	23,4	25,9	2,5
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0035	IGARAPÉ AZUL	IGARAPÉ SURRÃO	25,9	31,4	5,5
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0040	IGARAPÉ SURRÃO	ENTR RR-206	31,4	41,7	10,3
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0050	ENTR RR-206	IGARAPÉ JUARI	41,7	48,9	7,2
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0060	IGARAPÉ JUARI	IGARAPÉ GARRAFA	48,9	77,1	28,2
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0070	IGARAPÉ GARRAFA	ESTRADA NORMANDIA (ACESSO BONFIM)	77,1	120	42,9
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0080	ESTRADA NORMANDIA (ACESSO BONFIM)	RIO ITACUTÚ (CONCEIÇÃO DO MÁU)	120	150,5	30,5
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0090	RIO ITACUTÚ (CONCEIÇÃO DO MÁU)	ENTR BR-401/433/ESTRADA DO LAGO DO CARACARANÃ	150,5	182,8	32,3
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0100	ENTR BR-401/433/ESTRADA DO LAGO DO CARACARANÃ	INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO	182,8	190,5	7,7
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0110	INÍCIO DA PAVIMENTAÇÃO	ENTR AV.MAURÍCIO HABERT (NORMANDIA)	190,5	198,2	7,7
401	RR	Eixo Principal	-	401BRR0120	ENTR AV.MAURÍCIO HABERT (NORMANDIA)	FRONT BRASIL/GUIANA (NORMANDIA)	198,2	200	1,8
431	RR	Eixo Principal	-	431BRR0005	ENTR BR-174/431 (VILA JUNDIÁ)	RIO JAUAPERI	0	45,6	45,6
431	RR	Eixo Principal	-	431BRR0050	RIO JAUAPERI	SANTA MARIA DO BOIAÇÚ	45,6	125	79,4
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0005	ENTR BR-174/210/432 (VILA NOVO PARAÍSO)	VILA ITÃ	0	29,9	29,9
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0010	VILA ITÃ	RIO ITÃ	29,9	41,3	11,4
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0015	RIO ITÃ	RIO BARAUNA	41,3	66	24,7
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0020	RIO BARAUNA	VILA UNIÃO	66	111	45
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0025	VILA UNIÃO	VILA FELIX PINTO	111	117,3	6,3
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0040	VILA FELIX PINTO	VILA SANTA RITA	117,3	138,3	21
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0050	VILA SANTA RITA	INÍCIO PONTE S/RIO CACHORRO (CANTÁ)	138,3	163,9	25,6
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0060	INÍCIO PONTE S/RIO CACHORRO (CANTÁ)	ENTR RR-461	163,9	169,7	5,8
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0062	ENTR RR-461	INÍCIO PONTE S/ RIO QUITAUAU	169,7	181,7	12
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0065	INÍCIO PONTE S/ RIO QUITAUAU	ENTR RR-461	181,7	183,7	2
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0070	ENTR RR-461	R.RENATO COSTA DE ALMEIDA (CANTÁ)	183,7	189,9	6,2
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0075	R.RENATO COSTA DE ALMEIDA (CANTÁ)	ENTR RR-207	189,9	210,5	20,6
432	RR	Eixo Principal	-	432BRR0080	ENTR RR-207	ENTR BR-401/432 (VILA SANTA CECÍLIA)	210,5	213	2,5
433	RR	Eixo Principal	-	433BRR0010	ENTR BR-401/433/ESTRADA DO LAGO DO CARACARANÃ	COMUNIDADE RAPOSA	0	45,1	45,1
433	RR	Eixo Principal	-	433BRR0030	COMUNIDADE RAPOSA	ENTR RR-319	45,1	65,8	20,7

433	RR	Eixo Principal	-	433BRR0050	ENTR RR-319	ENTR RR-171 (PLACAS)	65,8	122,8	57
433	RR	Eixo Principal	-	433BRR0060	ENTR RR-171 (PLACAS)	RIO CONTIGO (CONTÃO)	122,8	123,7	0,9
433	RR	Eixo Principal	-	433BRR0080	RIO CONTIGO (CONTÃO)	RIO SURUMU (VILA SURUMU)	123,7	155	31,3
433	RR	Eixo Principal	-	433BRR0100	RIO SURUMU (VILA SURUMU)	ENTR BR-174/433 (COMUNIDADE INDÍGENA ENTROCAMEN	155	180,5	25,5

Tabela extraída do site: <https://servicos.dnit.gov.br/dnitcloud/index.php/s/YrJexGNG5TF3ScQ>

1.5. Possibilidade de Acréscimos e Decréscimos na Extensão da Malha: Poderão ocorrer acréscimos e decréscimos nas extensões das malhas rodoviárias apresentadas no item anterior em razão de federalizações e concessões de segmentos rodoviários. Tais acréscimos ou decréscimos não implicarão em necessidade de ajustes nas composições orçamentárias e respectivos preços unitários propostos pelas licitantes, mas somente na possibilidade de ajuste, conforme o caso, dos quantitativos de serviço dos produtos.

1.6. O prazo para execução dos serviços é de 60 meses consecutivos contados a partir da ordem de início dos serviços na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133 de 2021, enquanto o prazo de vigência do contrato é de 66 meses, em consonância com diretriz exarada pela Procuradoria Federal Especializada por meio da Nota nº 00572/2019/PFE-DNIT /PGF/AGU (SEI! nº 2975149) § 12, item c.

1.6.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6.2. No caso de prorrogação do prazo contratual, especificamente para os produtos por demanda de natureza eventual, deverá ser considerado também o que está disposto no subitem 9.1.3 do Acórdão 084/2020 - TCU - Plenário, de 22/01/2020, a seguir transcrito:

"9.1.3. abstenha-se de aditar além do limite legal de 25% os contratos de supervisão e gerenciamento de obras futuramente celebrados, por estar em desacordo com o estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, inclusive quando a modificação do valor ocorrer em razão da prorrogação de prazo de vigência, adotando medidas tempestivas com vistas a realizar nova contratação, caso necessário;"

1.7. **Lotes: Não se Aplica.**

1.7.1. Optou-se pelo não parcelamento ou divisão do objeto da contratação. O parcelamento causaria prejuízo na condução dos serviços, tanto na questão técnica quanto na questão econômica pelo custo que a administração teria em gerir vários contratos concomitantes. Entende-se que a divisão do objeto de contratação poderá incorrer em prejuízos, pois os Produtos mantêm correlações entre si, repercutindo em todas as coordenações/setores da SR e no consequente desempenho das obrigações regimentais da Superintendência. Desta forma, existe a necessidade de alinhamento entre os produtos, para que sejam atingidos os objetivos pretendidos com a contratação.

1.7.2. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe de assessoramento técnico, bem como da coordenação geral das atividades, convertendo-se em eficiência operacional e econômica da contratação. Logo, resta demonstrado que o parcelamento do objeto implicará em prejuízo técnico e gerencial do objeto.

1.8. **Permite Consórcio: Sim.** Será permitida a participação de consórcio, em face de se tratar de apoio, assessoramento e engenharia consultiva aplicada à obras e serviços, que abrange ações diversificadas no objeto a ser executado, cujas complexidades técnicas de execução são distintas, embora complementares.

1.9. A solução de mercado exclusiva para a licitação em tela é a contratação de empresa de consultoria para execução dos serviços técnicos especializados de apoio, assessoramento e engenharia consultiva, cujo mercado é bastante amplo, como demonstra a série histórica das licitações anteriores realizadas pelo DNIT, sempre com número significativo de participantes.

1.10. **Permite Subcontratação: Sim.**

1.10.1. A subcontratação será permitida para os produtos por demanda de nºs 08, 09 e 10. Estes produtos representam um percentual inferior a 30% (trinta por cento) do valor total orçado pelo DNIT para o(s) lote(s), assim como, nas planilhas de composição de seus respectivos preços unitários não contempla categoria profissional para qual foi exigida habilitação profissional da empresa. No caso de a empresa contratada optar por subcontratar partes dos serviços, esta deverá formalizar sua intenção e ter a aprovação da fiscalização do contrato.

1.10.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em todos os demais produtos não mencionados no subitem anterior.

1.11. **Modalidade da Licitação: Concorrência**

1.12. **Critério de Julgamento da Licitação: Técnica e Preço**, em conformidade com o § 1º do art. 36 e § 2º, inciso II do art. 37 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.13. Os serviços objeto da pretendida contratação se caracterizam como **serviços técnicos especializados, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (art. 6º, inciso XVIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).**

1.13.1. **Regime de Execução do Contrato: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE PRODUTO**, por se tratar da execução de serviço por preço certo de unidades determinadas. O regime adotado se deve ao fato de que constam no orçamento referencial produtos por demanda que possuem quantitativos estimados com uma imprecisão intrínseca à sua natureza e que serão acionados conforme as necessidades que surgirem no decorrer da contratação.

1.14. O Acórdão TCU 1977/2013 – Plenário traz sobre o assunto:

"9.1.3. a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;"

1.15. Forma de Execução da Licitação: Eletrônica.

1.16. Modo de Disputa da Licitação: Fechado, em conformidade com o § 1º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.17. Serviço Contínuo: Não. Uma vez que possuem natureza, escopo e prazo específicos, que serão definidos conforme demanda formalizada apresentada pelo DNIT, os serviços a serem contratados não são caracterizados como serviços contínuos.

1.18. Dos orçamentos e Preços de Referência: Os preços unitários que deram origem aos valores do orçamento referencial, foram extraídos da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, publicada no Boletim Administrativo nº 163 de 25 de agosto de 2020.

- Orçamento Referencial Assessoramento RR (24253159)

1.18.1. Mês/Ano de Referência: SICRO do mês OUTUBRO/2025

1.18.2. No orçamento de referência do DNIT foram consideradas as taxas descritas a seguir, as quais deverão ser consideradas como limite pelas licitantes:

BENEFÍCIOS DE DESPESAS INDIRETAS - BDI				
1	A - Despesas indiretas		% sobre PV	% sobre CD
1.1	Administração Central	Variável - f (CD)	6,89%	10,00%
1.2	Despesas Financeiras	1,17% sobre (PV – Lucro)	1,07%	1,56%
1.3	Riscos	0,50% do PV	0,50%	0,73%
1.4	Garantias Contratuais	0,10% do PV	0,10%	0,15%
Subtotal 1			8,56%	12,43%
2	B - Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
2.1	Lucro Operacional	Variável - f (CD)	8,27%	12,00%
Subtotal 2			8,27%	12,00%
3	C - Tributos		% sobre PV	% sobre CD
3.1	PIS	1,65% do PV	1,65%	2,39%
3.2	COFINS	7,6% do PV	7,60%	11,03%
3.3	ISSQN*	3,00% do PV	3,00%	7,26%
Subtotal 3			12,25%	20,68%
Total - BDI (%)			29,08%	41,74%

(*) Limite máximo adotado de 5%; valor variável em função da legislação do município de Boa Vista/RR. As empresas licitantes deverão adotar as alíquotas pertinentes.

Ofício-Circular nº 1894/2025 (SEI DNIT nº 20669412)

1.19. No orçamento de referência desta autarquia foram consideradas as taxas descritas conforme apresentadas no orçamento referencial, as quais deverão ser consideradas como limite pelas licitantes.

1.20. Acerca do BDI, cabe elucidar o item 9.2 do ANEXO I da Nova tabela de Consultoria do DNIT, publicada junto à RESOLUÇÃO Nº 11, DE 21 DE AGOSTO DE 2020:

“9.2 Considerações Gerais: Os percentuais referenciais aqui indicados poderão ser alterados pelo responsável pela elaboração dos instrumentos convocatórios, em contratações nas quais existam características particulares que conflitem com as premissas adotadas, desde que devidamente justificado.”

1.21. As Despesas Financeiras foram calculadas em função da taxa de juros básica do Banco Central (SELIC), aplicado sobre o preço de venda, excluído o lucro operacional, durante o período do mês, conforme expressão: $DF = [(1+SELIC)]^{1/12-1}$. 257ª Reunião do Copom. Ofício-Circular nº 2699/2024 (SEI DNIT nº 17818943)

1.22. Na obtenção da alíquota de 12,25% para o item “Tributos”, foram considerados os percentuais para PIS, COFINS e ISSQN de 1,65%, 7,60% e 3,00%, respectivamente, adotando-se como premissa o Regime Tributário do LUCRO REAL. Ressaltando que a Contratada é a única responsável pela cotação dos encargos tributários, não sendo o mérito de análise deste Contratante, desde que respeitado o mínimo previsto para PIS, COFINS e ISSQN de 0,65%, 3,00% e 3,00%, respectivamente.

1.23. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

- cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

1.24. Para fins de isonomia no processo de análise da(s) proposta(s), a Licitante deverá obedecer a estrutura e metodologia de cálculo do BDI em consonância com a tabela apresentada no item 1.17.1 deste Termo de Referência e com entendimento descrito anteriormente.

1.25. Desta forma, o percentual de alíquota de ISSQN a ser adotado na Composição do Orçamento Proposto deverá ser igual ao que será efetivamente cobrado pelo(s) respectivo(s) Município(s) da(s) Cidade(s) onde será(ão) instalado(s) o(s) escritório(s) da(s) empresa(s) que vier(em) a ser vencedora(s) da licitação, a saber:

- Lote Único – Boa Vista/RR, ISSQN = 3,00 %.

1.26. **Exclusividade / Benefício ME/EPP (Art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores): Não Aplicável.** Não haverá exclusividade/benefício, em face do valor a ser contratado ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e por não se tratar de aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

1.27. Contato do responsável:

Responsável	Cargo	e-mail	Telefone
Deusiana Ferreira Costa Gouveia	Superintendente Regional	deusiana.gouveia@dnit.gov.br	(95) 2121-4930 / 49310

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Nos termos da Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, que dispõe sobre o Regimento Interno do DNIT, são atribuições da Superintendência Regional e das suas setoriais subordinadas:

"Art. 144. Às Superintendências Regionais compete, no âmbito das respectivas Superintendências Regionais:

- programar, coordenar, fiscalizar e orientar a execução de planos e programas com vistas ao diagnóstico, ao prognóstico e às ações nas áreas de engenharia e operações rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias, para garantir a fluidez do tráfego e a navegabilidade dos rios, em condições operacionais e econômicas ideais, com segurança e zelo pela preservação do meio ambiente;
- implementar as políticas formuladas pela Diretoria Colegiada para o planejamento, para a administração, para a manutenção, para o melhoramento, para a expansão e para a operação da infraestrutura de transportes do Sistema Federal de Viação;
- propor normas e suas alterações relativas à utilização da infraestrutura de transportes integrante do Sistema Federal de Viação no âmbito de sua competência;
- fornecer à Diretoria Colegiada informações e dados para subsidiar a formulação dos planos gerais de outorga dos segmentos da infraestrutura de transportes;
- acompanhar e fiscalizar os programas, os estudos, os projetos, os serviços e as obras de construção, de manutenção, de conservação, de restauração, de operação, de meio ambiente, de desapropriação e reassentamento de hidrovias, ferrovias, rodovias e portos;
- aprovar os estudos, os anteprojetos, os projetos de engenharia e os planos de trabalho de obras e serviços;
- aprovar os planos anuais de desapropriação e reassentamento e outros;
- realizar campanhas e programas educativos com vistas à redução de acidentes nas vias, em articulação com órgãos e entidades setoriais;
- elaborar relatório anual, e quando solicitado, das atividades desenvolvidas, encaminhando-o à Diretoria Colegiada;
- adquirir e alienar bens, adotando os procedimentos legais adequados para efetuar sua incorporação e desincorporação;
- administrar orçamento, pessoal, patrimônio, material e recursos logísticos;
- adotar providências para a obtenção do licenciamento ambiental das obras e atividades executadas em sua esfera de competência;

- elaborar e submeter anualmente à Diretoria de Planejamento e Pesquisa a sua proposta orçamentária, bem como as alterações orçamentárias que se fizerem necessárias no decorrer do exercício;
- analisar e monitorar a situação dos pavimentos das rodovias, das superestruturas ferroviárias, das hidrovias, dos portos e eclusas, das obras de arte especiais, das obras de arte correntes, da faixa de domínio e das AET;
- controlar e emitir as medições de serviços;
- supervisionar a pesagem de veículos, o controle de velocidade, o uso da faixa de domínio e a operação aquaviária;
- exercer o gerenciamento administrativo e técnico das áreas e das Unidades Locais sob sua coordenação;
- auxiliar a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas na realização do mapeamento de competências;
- coordenar o processo de planejamento estratégico, sob supervisão da Diretoria-Executiva;
- indicar servidores para atuar como membros das JARI, conforme definido pelo Diretor-Geral;
- nomear servidores e supervisionar sua atuação como agentes da Autoridade de Trânsito, no âmbito de sua competência;
- coordenar o desenvolvimento dos levantamentos de campo necessários à definição das intervenções e soluções de manutenção e de eliminação de pontos críticos nas vias, compilando-os para formatação dos projetos ou anteprojetos;
- elaborar termo de referência, orçamento e atos preparatórios para os contratos de levantamento de elementos técnicos necessários aos projetos de engenharia afetos à sua área de atuação;
- ratificar, quando configurada situação emergencial, as declarações de emergência expedidas pelas áreas sob sua coordenação;
- administrar o patrimônio aquaviário e ferroviário e o acervo técnico documental;
- zelar pela preservação do patrimônio histórico e cultural do setor ferroviário;
- nomear comissão de reconhecimento de faixa de domínio existente, comissão de desapropriação, prepostos técnicos ou assistentes técnicos do DNIT no âmbito das atividades relacionadas à desapropriação e reassentamento;
- indicar, para aprovação do Diretor-Geral, servidores para o desempenho da atividade de agente de integridade;
- levar ao conhecimento da Auditoria Interna as demandas recebidas dos órgãos de controle e encaminhar previamente as respostas formuladas; e
- inserir os novos serviços aprovados no SIAC de contratos administrativos geridos pela Superintendência Regional.

2.2. Assim, embora a execução dos serviços acima relacionados seja de responsabilidade das Superintendências Regionais do DNIT nos Estados, constitui política do Órgão a contratação de empresas de consultoria para subsidiá-lo e assessorá-lo nessa atividade, em decorrência da transitoriedade desses serviços.

2.3. Sobre o assunto, prescreve a Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021:

“Art. 06, XVIII Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:
estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
pareceres, perícias e avaliações em geral;
assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
– fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços” (...)

2.4. Percebe-se, portanto, que se admite a contratação de empresas de consultoria para assessorar e complementar a ação gerenciadora do órgão encarregado da execução de obras e serviços.

2.5. A execução dos Serviços Técnicos de Apoio e Assessoramento em Engenharia Consultiva Especializada e Multidisciplinar deverão ser executados por empresa de consultoria especializada em engenharia rodoviária, a(s) qual(is) deverá(ão) atuar no gerenciamento de obras e serviços, no acompanhamento técnico e ambiental, no controle de obras, na gestão de projetos, na prestação de serviços de consultoria especializada, na realização de inspeções extraordinárias de emergência, no apoio da realização de levantamentos, estudos, ensaios e também na análise e aceitação de projetos e anteprojetos sob a Jurisdição da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima

2.6. De forma geral, a(s) empresa(s) deverá(ão) atuar fornecendo todo o apoio necessário na condução das ações de competência das Superintendências Regionais, de maneira a colocar em prática, de maneira satisfatória, todo o planejamento do órgão, sendo necessário para isso, que disponha constantemente de dados e informações devidamente consolidadas, que possibilitem a interpretação de eventos e a verificação de não conformidades, bem como propiciem tomadas de decisões adequadas.

2.7. Sob sua responsabilidade, no âmbito da Serviços e obras de Engenharia, a Superintendência Regional do Estado de Roraima possui no momento 23 (trinta e três) contratos em andamento que somam R\$ 777.439.035,85 (setecentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), aproximadamente. Os contratos abrangem a execução dos serviços de manutenção, conservação e recuperação, implantação e manutenção de dispositivos de segurança e de sinalização rodoviária, manutenção de obras de artes especiais, supervisão e serviços ambientais para obras de duplicação e restauração rodoviária, supervisão ou elaboração de projetos básicos e executivos, implantação e supervisão e apoio à fiscalização nas obras de duplicação, manutenção e restauração com melhoramentos nas rodovias da malha rodoviária federal.

2.8. Estes empreendimentos de grandes magnitudes, demandam em reforço significativo nas estruturas da SR/DNIT/RR, com foco permanente e exclusivo de todas as etapas de execução das obras, trazendo celeridade e evitando os entraves historicamente verificados em empreendimentos com a mesma envergadura. A SR do DNIT/RR e a Unidades Locais contarão com o apoio e assessoramento, desde o desenvolvimento de concepção de um projeto até a entrega final das benfeitorias aos usuários.

2.9. Tais atividades são passíveis de processos de licenciamento ambiental e de desapropriações, que são provenientes de ações de planejamento que viabilizam a coordenação das atividades com mais eficiência.

2.10. Abaixo, são relacionados os contratos vigentes e em andamento no presente momento:

RELAÇÃO DE CONTRATOS ATIVOS		
Número do Contrato	Empresa Executora	Objeto
07 00081/2025	19.758.842/0001-35 - LCM CONSTRUÇÃO E COMERCIO S/A	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS DE MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA (CONSERVAÇÃO/ RECUPERAÇÃO) RODOVIA BR-174/210 RR (Novo Paraíso) - Ent. BR-401; Subtrecho: Vila Félix Pinto - Ent. BR-401; Seg. km 117,3 - km 213,00 Ext. 95,70
9/49	09.608.622/0001-71 - OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA - EPP	Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico e executivo de engenharia, necessários à implantação e concretos e seus encaixamentos na BR-432 RR, do km 0,0 ao km 117,3.
00 00860/2024	12.694.523/0001-64 - CONSÓRCIO ESFERA-PRIME	Execução dos serviços de Implantação e Manutenção de Dispositivos de Segurança e de Sinalização Rodoviária, no âmbito do Programa de Modernização das Rodovias Federais BR-174/210, com extensão de 588,40km, no estado de Roraima, Lote 18
07 00618/2024	20.569.802/0001-24 - CONSTRUTORA LOSANGO LTDA	OBRAS DE EMERGÊNCIA COM SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO EM SEGMENTO DA RODOVIA BR-174/210 RR, TRECHO SITUADO ENTRE OS KM 15,93 AO KM 17,16, BEM COMO A RECUPERAÇÃO DA OBRA DE ARTE ESPECIAL QUE COMPROMETIDA, SITUADA NO KM 16,39, DA RODOVIA BR-432 RR
07 00768/2024	11.726.586/0001-92 - J.M CONSTRUTORA LTDA	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS DE MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA (CONSERVAÇÃO/ RECUPERAÇÃO) NA RODOVIA BR-174/210 RR, NO ÂMBITO DO PLANO ANUAL DE TRABALHO E ORÇAMENTO; PATO
26 00008/2024	03.367.118/0001-40 - CONSÓRCIO BR-210/RR (SINARCO / MINAS)	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO NA RODOVIA BR-210/RR
26 00210/2023	08.697.901/0001-96 - SINAURB SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	Execução de Serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) Rodoviária referentes ao Plano Anual de Trabalho e Orçamento - P.A.T.O., rodovia: BR-174/RR
26 00232/2023	08.697.901/0001-96 - SINAURB SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	Execução de Serviços de Manutenção rodoviária referentes ao P.A.T.O., rodovia: BR-174/RR, Subtrecho: Entronc. RR-400 (Pedra Pin Brasil/Venezuela (Marco BV-8); Segmento: km 627,60 - km 714,50; Extensão: 86,90 km
26 00236/2023	08.697.901/0001-96 - SINAURB SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	Execução de Serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) Rodoviária referentes ao Plano Anual de Trabalho e Orçamento - P.A.T.O., rodovia: BR-174/RR
26 00568/2023	03.745.876/0001-55 - AGUIA EMPREENDIMENTOS LTDA	Execução de Serviços de manutenção rodoviária referentes ao Plano Anual de Trabalho e Orçamento - P.A.T.O., rodovia: BR-210/RR, Lote 1, Subtrecho: Rio Jatapu - São João da Baliza; segmento: km 45,30 ao km 118,40; extensão: 73,10 km em pista simples.
26 00569/2023	08.739.239/0001-90 - A. RODRIGUES RAMOS ENGENHARIA LTDA	Execução de Serviços de Manutenção rodoviária referentes ao P.A.T.O., rodovia: BR-210/RR, lote 2, Segmento: km 118,40 - km 119,10 km 119,10 - km 183,90 em pista simples; Extensão: 64,80 km em Pista Simples e 0,70 em Pista dupla.
26 00607/2023	20.569.802/0001-24 - CONSTRUTORA LOSANGO LTDA	Execução de Serviços de Manutenção rodoviária referentes ao P.A.T.O., rodovia: BR-174/RR, lote 2.1, Subtrecho: Rio Camuã e Entr. 1 Pintada; Segmento: km 522,50 - km 627,90 e acesso BR-174 km 0,0 - km 12,00 em pista simples.
26 00573/2022	03.718.826/0001-89 - AGO ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (CONSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO) REFERENTES AO PLANO ANUAL DE TRABALHO E ORÇAMENTO; P.A.T.O., RODOVIA: BR-174/RR, TRECHO: DIV. AM.RR (RIC 0,00) / FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA (MARCO BV-8) KM 713,60; SUBTRECHO: CARACARAÍ - ENTR. BR-401 (BOA VISTA, K BR-174 - SUL (KM 493,60) - ENTR. BR-174 - NORTE (CONTORNO OESTE BOA VISTA, KM 522,00); SEGMENTO: KM 367,10 - KM 493,60 (CONTORNO OESTE); EXTENSÃO: 154,00 KM EM PISTA SIMPLES E 1,20 KM EM PISTA DUPLA
26 00014/2021	19.758.842/0001-35 - LCM CONSTRUÇÃO E COMERCIO S/A	Execução de Serviços de Manutenção rodoviária referentes ao P.A.T.O., BR-401/RR - Lote 2, Subtrecho: Entr. Acesso Bonfim - Norma Segmento: km 107,00 - km 185,20; Extensão: 78,20 km.
26 00068/2021	19.758.842/0001-35 - LCM CONSTRUÇÃO E COMERCIO S/A	Execução de Serviços de Manutenção rodoviária referentes ao P.A.T.O., BR-401/RR - Lote 1, Subtrecho: Rio Branco e Acesso Bonfim (km 106,90) e Fronteira Brasil/Guiana; Segmento: km 3,0 - km 107,0 e km 0,0 - km 17,90; Ext.: 121,90 km.
26 00179/2021	33.177.148/0001-55 - CONSÓRCIO BUREAU VERITAS E AGÊNCIA E	Execução dos serviços técnicos especializados de supervisão e apoio à fiscalização na implementação das ações de operações rodoviárias sob a jurisdição da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima no Lote 08.
26 00211/2021	11.726.586/0001-92 - J.M CONSTRUTORA LTDA	Serviços de Manutenção rodoviária referentes ao Plano Anual de Trabalho e Orçamento - P.A.T.O., rodovia: BR-431/RR, Subtrecho: Lote 1 (Vila Jundiá) - Rio Jaupari; Segmento: km 0,0 - km 45,30; Extensão: 45,30 km.
26 00619/2021	80.996.861/0001-00 - PROSUL - PROJETOS SUPER PLANEJ LTDA	Execução dos Serviços Técnicos Especializados de Supervisão e Apoio à Fiscalização na Execução das Ações de Manutenção Rodoviária, sob a Jurisdição da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima.
26 00728/2021	08.156.424/0001-51 - MAIA MELO ENGENHARIA LTDA	Contratação de empresa especializada para a Elaboração de Projetos Básico e Executivo de Implantação de trecho pavimentado da RODOVIA BR-174/210 RR
26 00504/2020	06.562.920/0001-80 - ENPROL ENGENHARIA E PROJETOS LTDA.	APOIO AOS SERVIÇOS DE DESAPROPRIAÇÃO E APOIO À INSTRUÇÃO E CONDUÇÃO DOS PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO, EXIGIDOS PELAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA BR-432/RR
26 00568/2020	11.726.586/0001-92 - J.M CONSTRUTORA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (CONSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO) REFERENTES AO PLANO ANUAL DE TRABALHO E ORÇAMENTO; P.A.T.O., RODOVIA: BR-433/RR, TRECHO: ENT. BR-401/RR - ENT. BR-401/RR
26 00569/2020	11.726.586/0001-92 - J.M CONSTRUTORA LTDA	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (CONSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO) RODOVIÁRIA REFERENTES AO PLANO ANUAL DE TRABALHO E ORÇAMENTO; PATO, RODOVIA: BR-433/RR, TRECHO: ENTRONCAMENTO BR-401/RR e ENTRONCAMENTO BR-401/RR KM 0,00 e ENTRONCAMENTO RR-319/RR KM 90,50; SEGMENTO: KM 0,00 e EXTENSÃO: 90,50 KM
26 00357/2018	92.779.503/0001-25 - CONSÓRCIO CASTILHO-COEMA	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES DE RESTAURAÇÃO DA RODOVIA BR-174/RR TC 774/2009 (LOTE 1.4).

Tabela extraída do SIAC: https://sisdnit.dnit.gov.br/sisdnit/jsp/siac/consulta_contrato.do?tipoAcao=reset, acessado em agostos de 2025

- 2.11. Além dos projetos e das obras em andamento, novos empreendimentos poderão ser contratados em função da necessidade de investimentos sobre a malha rodoviária.
- 2.12. Para poder realizar todas as atividades/programas, faz-se necessário a atuação de uma equipe multidisciplinar, com profissionais de várias áreas de atuação, conhecimentos, capacitados e habilitados. Entretanto a SR/DNIT/RR conta hoje com reduzido quadro de recursos humanos, sendo que há iminência de alguns servidores se aposentarem, diminuindo ainda mais a capacidade de atendimento às demandas desta Superintendência.
- 2.13. Busca-se assim, apoio técnico-administrativo à atuação dos servidores lotados na Superintendência Regional de Roraima, que trabalham na análise de medições, apostilamentos, termos aditivos e tramitações de processos diversos. As fiscalizações de contratos, por sua vez, exigem reuniões de tratativas com as empresas contratadas para definições de projetos, questionamentos e revisões de soluções em fase de obra, gerando alterações, aditivos de custo e/ou de prazo, visitas a obras e outras atividades para garantir a viabilidade e fluidez das execuções.
- 2.14. As atividades e atribuições de apoio e assessoramento técnico de engenharia consultiva a serem contratadas **não se confundirão com a execução das atividades e atribuições contratuais vigentes para empreendimentos específicos (projetistas, supervisoras, gerenciadoras, construtoras), a fim de se evitar sobreposição de serviços.**
- 2.15. **Indicação da fonte de recursos suficientes para a contratação:** Consta Indicação de Funcional Programática por onde correrão as despesas e Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 15 a 17).
- 2.16. Nas Declarações de Existência de Recursos Orçamentários e nas Declarações Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 15 a 17), consta informação de que a despesa prevista para atender o empreendimento tem adequação orçamentária e financeira com a **Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024**, e possui compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**
- 3.1. **Escopo Básico dos Serviços**
- 3.1.1. O “apoio, assessoramento e engenharia consultiva” deverá ser executado por empresa ou consórcio, multidisciplinares, especializadas em gestão e assessoramento de grandes empreendimentos de obras de infraestrutura, com habilitação requerida neste instrumento, para dar o suporte necessário e indispensável à Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima na condução adequada e eficiente de obras e serviços.
- 3.2. **Abrangência**
- 3.2.1. Para a otimização das atividades desenvolvidas nesta Superintendência Regional, faz-se necessária a contratação de uma consultoria técnica, multidisciplinar, que auxilie através do fornecimento de informações complementares, o planejamento e acompanhamento das obras geridas, sendo responsável por:
- 3.2.2. Apoiar e subsidiar tecnicamente os Serviços da Superintendência Regional nas ações relacionadas à implantação dos processos e fluxos de informações mapeados e disponíveis, conforme as Instruções de Serviços e Normativas vigentes do Órgão, somando ao propósito da administração pública, o aprimoramento contínuo do gerenciamento dos empreendimentos a partir da estrutura existente;
- 3.2.3. Subsidiar o Superintendente Regional, a Coordenação de Engenharia e seus Serviços correlatos de Manutenção e Restauração, de Construção, de Operações Rodoviárias, de Planejamento e Projetos, de Desapropriação, Reassentamento e Meio Ambiente no suporte e apoio ao planejamento e no acompanhamento dos empreendimentos na malha rodoviária federal sob sua jurisdição;
- 3.2.4. Auxiliar a estruturação, o acompanhamento e a manutenção das informações técnicas e administrativas relativas aos empreendimentos para cada etapa envolvida nas obras sob sua responsabilidade;
- 3.2.5. Executar os Serviços de Assessoria Técnica, objeto desta contratação, que estão estruturados em 11 (onze) produtos, sendo 08 por frequência mensal e 03 por demanda, conforme as atividades discriminadas neste Termo de Referência;
- 3.2.6. Suporte no acompanhamento e controle na execução dos contratos, zelando pelo cumprimento das determinações normativas pertinentes;
- 3.2.7. Sugerir, prontamente, soluções técnicas para os problemas executivos ou construtivos ocorridos no desenvolvimento dos trabalhos, levando em conta os aspectos econômicos envolvidos e as consequências e impactos possíveis para a Superintendência e para a contratada;
- 3.2.8. Apoio na realização do acompanhamento físico-financeiro da execução contratual, sugerindo medidas cabíveis para atendimento das metas e prazos estabelecidos;

- 3.2.9. Dar suporte ao Gestor e Fiscais dos contratos na realização de avaliações e medições da execução contratual das contratadas;
- 3.2.10. Observar e fazer cumprir as obrigações contratuais por parte das contratadas;
- 3.2.11. Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada -, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.
- 3.2.12. Suporte na realização das conferências das medições ratificando/retificando as informações juntamente com o Fiscal técnico;
- 3.2.13. Apoio na análise e solucionar as solicitações das contratadas, através de critérios práticos e objetivos, em consonância com os interesses da SR/DNIT/RR, a quem deverá comunicar, de imediato, os fatos ocorridos e respectivos resultados;
- 3.2.14. Suporte ao DNIT para diligenciar no rigoroso cumprimento dos prazos de entrega ou conclusão, tanto de sua parte quanto das contratadas, e de relatórios, medições, faturas, programações e outros;
- 3.2.15. Elaborar relatórios periódicos com informações de caráter técnico, financeiro e administrativo, necessárias para documentar e manter a Superintendência informada sobre o real andamento da execução contratual;
- 3.2.16. Assessorar a Administração nos recebimentos Provisórios e Definitivos das obras e serviços executados;
- 3.2.17. Acompanhar o andamento das obras do Fórum de Desempenho junto às Supervisoras, bem como visualizar os trechos descobertos que necessitam de ação imediata e principalmente os que estão com execução deficitária em relação ao previsto;
- 3.2.18. Avaliar a aderência do Plano Nacional de Manutenção Rodoviária (PNMR) com os contratos e/ou instrumentos congêneres e projetos em elaboração;
- 3.2.19. Apoio na elaboração de Projetos, Anteprojetos e Planos de Trabalho, bem como os “*As Built*”;
- 3.2.20. Apoio à fiscalização na análise e aceitação de projetos básico e executivo do RDC integrado;
- 3.2.21. Apoio à fiscalização na análise e aprovação de Revisões de Projeto em fase de Obras;
- 3.2.22. Apoio à fiscalização na análise de propostas de prorrogação de Planos de Trabalho e Orçamento;
- 3.2.23. Apoio na realização de inspeções e ensaios extraordinários de emergência, quando não houver outro contrato pela Superintendência para a referida ação;
- 3.2.24. Disponibilizar serviços de consultoria especializada;
- 3.2.25. Realizar capacitação e treinamentos dos profissionais mobilizados e dos servidores da Superintendência, a partir da identificação da necessidade técnica;
- 3.2.26. Disponibilizar licenças dos softwares que se fizerem necessárias à completa execução dos serviços;
- 3.2.27. Assessoramento para consolidar a utilização de ferramentas SIG/GIS;
- 3.2.28. Assessorar na implantação e gerenciamento do BIM - Building Information Modeling.

3.3. Natureza

- 3.3.1. Trata-se da execução dos serviços de “apoio, assessoramento e engenharia consultiva” ao quadro técnico do DNIT no Estado de Roraima no desenvolvimento de suas atividades, visando, em síntese, estabelecer as diretrizes metodológicas no desenvolvimento das atividades relacionadas no Anexo I – Estudo Técnico Preliminar, em apoio e absoluta consonância com as diretrizes estabelecidas pelo DNIT.
- 3.3.2. O “apoio, assessoramento em engenharia consultiva” deverá ser executado por **empresa** o u **consórcio**, multidisciplinares, especializadas em gestão e assessoramento de grandes empreendimentos de obras de infraestrutura, com habilitação requerida neste instrumento, para dar o suporte necessário e indispensável à Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima na condução adequada e eficiente de obras e serviços.
- 3.3.3. Outro aspecto deve ser destacado sobre a natureza das atividades objeto do presente Termo de Referência: a natureza das atividades de apoio/assessoramento apresenta um entrelaçamento característico entre os acompanhamento, por vezes in loco, desses instrumentos por meio da aplicação dos normativos vigentes na área rodoviária do DNIT, sendo que ambos estão lastreados de robustos conceitos técnicos inerentes à engenharia rodoviária, econômicos financeiros, contábeis, estatísticos e aos princípios relacionados aos regimentos administrativos, jurídicos e técnicos de contratos administrativos, convênios e instrumentos congêneres de construção rodoviária, bem como à relação econômico-financeira de instrumentos deste porte.
- 3.3.4. Toda a documentação técnica, procedimentos internos, técnicas e experiências acumuladas, métodos de contabilidade, estudos e sistemas tecnológicos necessários ao atendimento do escopo do objeto, produzidos pela Contratada relativos aos serviços prestados, serão de propriedade exclusiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que deles se utilizará conforme melhor lhe convier, a qualquer tempo.

3.4. Responsabilidades

- 3.4.1. A licitante vencedora do certame será responsável:
- 3.4.2. Por todos os serviços concernentes ao “apoio, assessoramento em engenharia consultiva” dos empreendimentos e serviços, cuja jurisdição seja da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima;
- 3.4.3. Pelo fornecimento frequente à fiscalização da SR/DNIT/RR de informações e/ou relatórios contendo possíveis não conformidades quanto ao cumprimento das normas, instruções e especificações técnicas pela(s) empresa(s) executora(s) e supervisora(s) do(s) empreendimento(s) ou, quando couber, de requisitos exigidos pelas Seguradoras nas Apólices de Seguros, permitindo, em caso de necessidade, que a Superintendência possa acionar a Seguradora quanto às respectivas Coberturas dos Seguros Garantia;
- 3.4.4. Pelo acompanhamento dos prazos de validade das Apólice(s) de Seguros, para cada um dos empreendimentos;
- 3.4.5. Pelo “apoio e assessoramento” à Administração nos recebimentos Provisórios e Definitivos das obras e serviços executados;
- 3.4.6. Por disponibilizar à fiscalização do DNIT (SR/RR e Unidades Locais) relatórios fotográficos de todas as etapas dos empreendimentos considerados relevantes e de acordo com o que for solicitado;
- 3.4.7. Pela identificação proativa, com base nas informações disponíveis e/ou geradas pela própria contratada, de eventuais distorções no planejamento inicial, no que concerne à qualidade, prazo e custo, propiciando à Superintendência tomadas de decisões tempestivas no sentido de corrigi-las;
- 3.4.8. Pelos dados, informações, elementos, registros, análises e conceituações sobre as obras, construtoras e supervisoras que vierem a ser disponibilizados à fiscalização da SR/DNIT/RR;
- 3.4.9. Pelo apoio no acompanhamento físico-financeiro de todos os contratos e convênios, necessários ao acompanhamento do(s) empreendimento(s);
- 3.4.10. Juntamente com a SR/DNIT/RR, pela integração das atividades exercidas por todos os entes públicos e privados envolvidos no empreendimento (órgãos públicos da administração federal, estadual e municipal, construtoras, consultoras, concessionárias de serviços públicos etc.);
- 3.4.11. Pela obrigatoriedade de repassar toda e qualquer informação gerada à fiscalização, visto que todo o material será de propriedade da SR/DNIT/RR. Informações a terceiros deverão ser previamente autorizadas por representante credenciado do DNIT junto ao empreendimento;
- 3.4.12. Por apoiar a Superintendência no atendimento às diretrizes do Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS, para fins de regularização e licenciamento ambiental;
- 3.4.13. Apresentar todos os dados de georreferenciamento utilizando o Datum Sirgas 2000 e coordenadas em grau decimal;
- 3.4.14. Por promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como, fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI’s necessários, fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
- 3.4.15. Assessorar a esta Superintendência na implementação do BIM, em conformidade com o Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020, que estabelece a utilização do *Building Information Modeling* na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal.
- ### 3.5. Objetivos
- 3.5.1. Fortalecer a capacidade de fiscalização e gestão da Superintendência Regional de Roraima por meio do apoio e execução das atividades de suporte, sob a

coordenação dos servidores da referida Superintendência Regional, realizado por equipe multidisciplinar, com vínculo profissional, formada por profissionais capacitados e, quando couber, devidamente registrados no Conselho Profissional competente. Com finalidade de garantir o cumprimento deste objetivo, a empresa deverá:

- Assegurar o fiel cumprimento das determinações da SR/DNIT/RR e das demais condições contratuais;
- Subsidiar a SR/DNIT/RR no cumprimento de suas atribuições ordinárias e contínuas ou naquelas extraordinárias caso demandada;
- Cumprir as atividades descritas nos escopos individuais dos produtos que compõem o orçamento deste processo, assegurando o fornecimento de todo e qualquer insumo ou equipamentos necessários à execução dos serviços, garantindo condições de trabalho e prezando por soluções que garantam maior produtividade da equipe com fluxo contínuo e ininterrupto das atividades;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

3.5.2. Os serviços de Apoio, Assessoramento em Engenharia Consultiva deverão ser executados por empresa de consultoria especializada, de acordo com habilitação requerida no edital, para assessorar e dar apoio às atividades concernentes à SR/DNIT/RR e Unidades Locais com informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

3.5.3. As indicações acima não são exaustivas, sendo considerado incluso no objeto a execução de todas as atividades necessárias ou correlatas para o atendimento pleno das atividades da Superintendência Regional de Roraima (SR/DNIT/RR).

4. REQUISITOS DA CONTRAÇÃO

4.1. Subcontratação

4.1.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.1.2. Os serviços a serem executados integrantes das ações de prestação de serviços técnicos de apoio, assessoramento em engenharia consultiva constantes deste Termo de Referência, demandam diversidade de conhecimentos ao longo da execução do contrato, sendo compatível com o bom andamento do mesmo a possibilidade de subcontratação de parte do objeto.

4.1.3. A subcontratação será permitida para os produtos por demanda, no caso para os produtos 08, 09 e 10. Estes produtos representam um percentual inferior a 30% (trinta por cento) do valor total orçado pelo DNIT para este Objeto, assim como, nas planilhas de composição de seus respectivos preços unitários não contemplam categoria profissional para qual foi exigida habilitação profissional da empresa. No caso de a empresa contratada optar por subcontratar partes dos serviços, esta deverá formalizar sua intenção à fiscalização do contrato.

4.1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.2. Garantia da Contratação

4.2.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.2.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.2.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.2.4. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.2.5. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.2.6. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.2.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.2.8. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.2.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.2.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.2.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.2.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.2.13. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.2.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.2.15. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.2.16. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.2.17. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.2.18. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.2.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.2.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.2.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.2.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.2.23. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.2.24. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.2.25. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.2.26. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.2.27. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

- 4.2.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.2.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.2.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.2.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- 4.2.32. A prestação de garantias nas contratações de obras, serviços e compras pelo DNIT, bem como as orientações e os procedimentos para os recebimentos e registros dos documentos referentes aos depósitos de interesse do Autarquia, exigidos como garantias contratuais, serviços e compras são disciplinadas pela Instrução de Normativa DNIT SEDE nº46, de 19 de agosto de 2021.
- 4.3. **Garantia Adicional**
- 4.3.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia adicional nos termos do art. 59, § 5º da Lei nº 14.133 de 2021, *in verbis*:
- "§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei."*
- 4.4. **Transição Contratual**
- 4.4.1. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 4.5. **Vistoria**
- 4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.
- 4.5.2. As informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto à Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima, por meio do telefone (95) 2121-4930 / 4931
- 4.5.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.5.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.5.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.5.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 4.6. **Sustentabilidade**
- 4.6.1. A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:
- a) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
 - b) Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
 - c) Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
 - d) Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
 - e) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf/view>;
 - f) Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
 - g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
 - h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010;
 - i) Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
 - j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
 - k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;
 - l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
 - m) Atendimento às Instruções de Serviços do DNIT, principalmente a [Instrução Normativa nº 61, de 17 de setembro de 2021](#), que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas – RAC.

5. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

- 5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.2. Início da execução do objeto: 60 meses da emissão da ordem de início dos serviços;
- 5.1.3. As Atividades detalhadas neste Termo de Referência expressam os serviços acessórios e complementares de assessoramento técnico por equipe multidisciplinar, prestados junto aos servidores do DNIT, conforme já descrito neste Termo de Referência, deverão sempre buscar as melhores práticas, inclusive em âmbito internacional, de forma a promover a constante evolução da qualidade dos serviços executados.
- 5.1.4. As atividades se darão em atendimento às demandas da SR/RR e sua(s) Unidade(s) Local(is), e serão distribuídas conforme definido pela fiscalização ou ainda por meio de sistema que vier a ser implementado, com indicação de prazo de atendimento, quando couber. A contratada deverá executar as atividades seguindo os normativos técnicos e legais em vigência, e a relação das atividades executadas no período de referência deverão compor os relatórios mensais, que serão entregues para efeito de medição e pagamento.
- 5.1.5. Os relatórios mensais deverão conter registro de todos os trabalhos executados pela equipe alocada no período de referência, contemplando informações que permitam à fiscalização a avaliação analítica da produtividade planejado/demandado pela SR/RR e suas Unidades Locais.
- 5.1.6. Em cada relatório mensal, em capítulo próprio, deverá ser informado o número de demandas registradas no período, considerando: a entrada, situação da análise e finalização.
- 5.1.7. Também nos relatórios mensais deverá ser informado o percentual de atendimento e o eventual desvio de produtividade, para que a fiscalização possa avaliar a aferição da nota mensal da eficiência da Contratada, considerando o disposto no Instrumento de Medição por Resultado – IMR.
- 5.1.8. As atividades efetivamente desempenhadas pela equipe mobilizada constituem o registro das atividades desenvolvidas e deverão integrar o relatório mensal de atividades.

5.1.9. Todos os documentos e minutas produzidos no âmbito do contrato serão inseridos (ou enviados) para ao menos um dos sistemas utilizados pela SR/RR no desenvolvimento de suas atividades cotidianas, como:

- Software/sistema para acompanhamento/controle das demandas (ex. Trello ou outro sistema que vier a substituí-lo);
- Sistema Eletrônico de Informações – SEI/DNIT (ou outro sistema que vier a substituí-lo);
- SISDNIT e seus módulos (ex: SIAC, SIPROD) (ou outro sistema que vier a substituí-lo);
- Outros sistemas utilizados pela SR/RR (ex: NPO ou outros sistemas que vierem a substituí-los);
- E-mail corporativo DNIT (ao endereço dos servidores demandantes SR/RR).

5.2. Local de Prestação dos Serviços

5.2.1. O futuro contrato para os serviços de “apoio, assessoramento em engenharia consultiva” contará com a alocação da equipe dos produtos na sede da Superintendência Regional do DNIT, na cidade de Boa Vista, nas Unidades Locais subordinadas a SR e na(s) dependência(s) do(s) escritório(s) da contratada, conforme necessidade e de acordo com a respectiva demanda de serviços e quando da mobilização.

5.2.2. Fica resguardado o direito da SR/DNIT/RR, conforme conveniência administrativa solicitar que as equipes se desloquem para visitas técnicas aos trechos, visando a coleta de informações pertinentes à elaboração dos produtos.

6. NORMATIVOS E MANUAIS

6.1. Será exigido o cumprimento integral do estabelecido nos manuais, normas, instruções, especificações do DNIT e demais documentos aplicáveis às obras e serviços objeto do presente Termo de Referência.

6.2. Os manuais, normas e especificações gerais de obras rodoviárias do DNIT e, DNER, quando não houver, ainda, a correspondente do DNIT (podem ser obtidos no “site” do DNIT: www.dnit.gov.br).

6.3. A empresa contratada deverá, no desempenho de suas atribuições contratuais, seguir todos os normativos vigentes do DNIT, incluindo aqueles que sejam alterados, substituídos ou criados ao longo do período de vigência do contrato.

6.4. No caso de normativos alterados, substituídos ou criados, caberá à fiscalização do contrato verificar se as alterações normativas implicam em necessidade de alteração, por meio de Aditivo Contratual, das composições de preço unitário dos produtos contratados, ou mesmo na criação de produtos novos, desde que não haja fuga ao objeto original.

6.5. Apresenta-se na sequência as principais Normas, Manuais e Instruções de Serviços. Destaca-se que a lista abaixo não é exaustiva, aplicando-se todos os normativos técnicos e legislação pertinentes, em suas versões mais atuais.

6.5.1. Manuais

- Manual de Pavimentação – IPR 719 – DNIT/2006;
- Manual de Conservação Rodoviária – IPR 710 – DNIT/2005;
- Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos – IPR 720 – DNIT/2006;
- Manual de Sinalização Rodoviária – Publicação IPR 743 (DNIT, 2010), nos casos em que o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN for omissos;
- Manual de Inspeção de Pontes Rodoviárias – IPR 709 – DNIT /2004;
- Manual de Projeto de Obras-de-Arte Especiais – DNER/2006;
- Manual de Construção de Obras-de-Arte Especiais – DNER/1995;
- Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias – IPR 730 – DNIT/2006;
- Manual Rodoviário de Conservação, Monitoramento e Controle Ambiental – IPR 711- DNIT/2005;
- Manual de Recuperação de Pavimentos Rígidos de 2010 – Publicação IPR 737;
- Manual de Sinalização de Obras e Emergências (Publicação IPR 738 – DNIT, 2010), nos casos em que os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do CONTRAN forem omissos;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação – Resolução CONTRAN nº 180/2005;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume II – Sinalização Vertical de Advertência – Resolução CONTRAN nº 243/2007;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume III – Sinalização Vertical de Indicação – Resolução CONTRAN nº 486/2014;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume IV – Sinalização Horizontal – Resolução CONTRAN nº 236/2007;
- Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do CONTRAN, Volume VII – Sinalização Temporária – Resolução CONTRAN nº 690/2017.

6.5.2. Resoluções - DNIT

- Resolução nº 11/2020 – Institui a nova Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Resolução nº 20/2020 – Aprova a 2ª atualização do texto do Manual de Diretrizes para Gestão, Acompanhamento e Fiscalização de Contratos no âmbito do DNIT;
- Resolução/CONSAD nº 39/2020 – Regimento Interno do DNIT;
- Resolução nº 10/021 – Estabelece procedimentos a serem utilizados na elaboração de projetos e execução dos serviços do Programa de Contratos de Recuperação e Manutenção Rodoviária - CREMA;
- Resolução nº 13/2021 – Estabelece os procedimentos e critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos decorrente do acréscimo ou decréscimos, conforme o caso, dos custos de aquisição de materiais asfálticos, assim como para a abertura de critério de pagamentos objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação, além de regulamentar a forma de cálculo dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais;
- Resolução DG nº 14/2021 – Dispõe sobre o reaproveitamento do RAP (Reclaimed Asphalt Pavement);
- Resolução nº 20/ 2021 – Aprova o Guia de Contratações Emergenciais;
- Resolução nº 3/2022 – Aprova o Manual de Convênios e Congêneres;
- Resolução nº 5/2022 – Dispõe sobre a utilização do Índice de Condição da Manutenção das rodovias pavimentadas e não pavimentadas sob jurisdição do DNIT;
- Resolução nº 8/2022 – Estabelece a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO e à execução, medição, fiscalização, prorrogação e adequação de contratos de PATO.

6.5.3. Instruções Normativas

- Instrução Normativa nº 12/2022 – Fixa os procedimentos para Revisão de Projetos de Engenharia de infraestrutura rodoviária na Fase de Obras e inclusão, alteração ou exclusão de escopo de obras e serviços em contratação integrada, no âmbito do DNIT;
- Instrução Normativa nº 05/2019 – Institui rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade por Custos Ambientais- PRCA;
- Instrução Normativa nº 6/2019, alterada pela IN nº 10/2019 e pela IN nº 52/2021 – Institui o rito procedimental conexo ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade-PAAR - Alterada pela Instrução Normativa nº 10/2019 e Instrução Normativa nº 52/2021;

- Instrução Normativa nº 25/2020 – Estabelece procedimentos a serem utilizados no acompanhamento de obras rodoviárias, assim como institui modelos de relatórios de supervisão de obras no âmbito do Programa CREMA da Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária – CGMRR/DIR/DNIT;
- Instrução Normativa nº 3/2021 – Estabelece critérios e procedimentos a serem utilizados na elaboração e atualização de projetos, na contratação, e na execução do novo Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária - BRLEGAL 2;
- Instrução Normativa nº 15/2021 – Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para recebimento de obras de pavimentos novos e restaurados que foram objeto de intervenções de caráter estrutural no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Instrução Normativa nº 26/2021 – Define os procedimentos a serem observados visando o fornecimento de atestados técnicos de execução de obras e serviços de engenharia;
- Instrução Normativa nº 27/2021 – Estabelece procedimentos para a hierarquização de empreendimentos no âmbito do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas (PROARTE) para a implementação do Building Information Modeling (BIM) no âmbito do DNIT;
- Instrução Normativa nº 39/2021 – Institui metodologia para avaliação de desempenho de empresas de engenharia consultiva e para avaliação de desempenho de empresas de engenharia de infraestrutura que são contratadas pelo DNIT para execução de obras e serviços;
- Instrução Normativa nº 42/2021 – Dispõe sobre a regulamentação do procedimento de aprovação dos artefatos licitatórios no âmbito do DNIT;
- Instrução Normativa nº 44/2021 – Dispõe sobre os critérios para submissão, análise e aprovação de composições de custos unitários de serviços não constantes do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, também denominado de procedimento de análise e aprovação de preços novos;
- Instrução Normativa nº 08/DG-COTEC/DG/DNIT SEDE, de 15 de maio de 2025, – Dispõe sobre a prestação de garantias nas contratações de obras, serviços e compras pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Instrução Normativa nº 53/2021 – Dispõe sobre os requisitos ambientais a serem contemplados nos termos de referência para a elaboração de projetos de engenharia dos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, objetivando o atendimento da legislação ambiental, aplicável ao licenciamento dos empreendimentos de infraestrutura de transportes, a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Instrução Normativa nº 55/2021 – Estabelece diretrizes para o levantamento de bases ou estações de referência materializadas em campo, através de marcos geodésicos implantados, bem como de pontos de controle foto identificáveis e demais pontos de campo obtidos através da utilização de métodos e tecnologias de posicionamento geodésico por satélites GNSS. Ainda, estabelece diretrizes a respeito dos formatos de entrega dos produtos resultantes dessas atividades de levantamento;
- Instrução Normativa nº 57/2021 – Dispõe sobre o cadastramento de contratos no Sistema de Acompanhamento de Contratos - SIAC e procedimentos e responsabilidades relativos a processos de suporte documental e de pagamento de medição de contratos no âmbito do DNIT;
- Instrução Normativa nº 58/2021, alterada pela IN nº 4/2022 – Dispõe sobre critérios para a avaliação de capacidade técnico- operacional, técnico-profissional e qualificação econômico-financeira para as licitações de obras e serviços de engenharia no âmbito deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Instrução Normativa nº 01/2023 – Regularizar a aplicação dos índices de reajustamentos de obras no âmbito do DNIT;
- Instrução Normativa nº 61/2021 – Dispõe sobre a Responsabilidade Ambiental das Contratadas (RAC) e determina, em rol exemplificativo, as especificações, critérios e procedimentos ambientais a serem atendidos;
- Instrução Normativa nº 62/2021 – Regula critérios para utilização dos custos referenciais dispostos nos sistemas de custos referenciais do DNIT nos casos especiais que disciplina;
- Instrução Normativa nº 64/2021 – Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados no Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária – BRLEGAL;
- Instrução Normativa nº 65/2021 – Disciplina a gestão de resíduos sólidos no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Instrução Normativa nº 69/2021 – Define a atividade permanente de manutenção da malha viária sob responsabilidade do DNIT;
- Instrução Normativa nº 2/2022, retificada no BA nº 158 de 19 de agosto de 2022 – Dispõe sobre a elaboração, análise, aceitação e aprovação de projetos de engenharia de infraestrutura de transportes no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Instrução Normativa nº 7/2022 – Estabelece as diretrizes e procedimentos a serem adotados para indicação e estudo de ocorrências minerais de emprego imediato na construção civil, com o apoio do mapeamento geológico geotécnico, auxiliando os estudos preliminares de Engenharia Rodoviária do DNIT;
- Instrução Normativa nº 8/2022 – Dispõe sobre a padronização de procedimentos referentes aos programas de manutenção e restauração rodoviária no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;
- Instrução Normativa nº 9/2022 – Estabelece os procedimentos a serem utilizados no planejamento e execução de obras e serviços do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas – PROARTE.

6.5.4. Instruções de Serviço

- Instrução de Serviço DG nº 15, de 30 de julho de 2010 – Regula a execução, de forma concomitante em um mesmo segmento, de contratos de conservação com contratos de construção ou de restauração;
- Instrução de Serviço DG nº 23, de 29 de dezembro de 2010 – Regulamenta a destinação e o tratamento dado ao material resultante dos serviços de fresagem;
- Instrução de Serviço DG nº 11 de 25 de setembro de 2017 – Dispõe sobre a rotina de procedimentos relativos à análise dos critérios de vantajosidade nas prorrogações de prazo para contratos de manutenção rodoviária (Conservação/recuperação) Resolução nº 8/2022 de 23 de junho de 2022 - Estabelece a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO e à execução, medição, fiscalização, prorrogação e adequação de contratos de PATO;
- Instrução Normativa nº 9/2022 de 26 de abril de 2022 – Estabelece procedimentos a serem utilizados na execução de obras e serviços do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas – PROARTE;
- Instrução de Serviço DG nº 8, de 26 de março de 2019 – Dispõe sobre a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento – P.A.T.O. e à execução, medição e fiscalização de contratos de P.A.T.O.;
- Instrução de Serviço nº 18/2019/DNIT, de 18 de setembro de 2019 – Estabelece no âmbito do DNIT, critérios e procedimentos necessários à contratação de Planos Anuais de Trabalho e Orçamento – P.A.T.O por parâmetro de desempenho Resolução nº 8 de 23 de junho de 2022 - Estabelece a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO e à execução, medição, fiscalização, prorrogação e adequação de contratos de PATO;
- Instrução de Serviço nº 23/DNIT SEDE, de 09 de dezembro de 2019 – Define metodologia para integrar as ações dos programas de Manutenção, Restauração e BR-Legal e define o fluxo de informações no âmbito do DNIT; Instrução Normativa nº 8/2022 de 26 de abril de 2022 - Dispõe sobre a padronização de procedimentos referentes aos programas de manutenção e restauração rodoviária no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

6.5.5. Portarias

- Portaria nº 657/2013 – Estabelecer orientações no âmbito da CGDESP/DPP sobre a elaboração e apresentação de Anteprojetos de Engenharia;
- Portaria nº 434/2017 – Diretrizes em relação aos custos de referência para o transporte fluvial dos produtos asfálticos;
- Portaria nº 1.977/2017 – Diretrizes sobre preços de produtos asfálticos;
- Portaria/DG/PFE nº 1/2019 – Estabelece no âmbito do DNIT, procedimentos relativos à tramitação interna dos autos de infração, notificações e demais sanções administrativas aplicadas à autarquia pelos órgãos de fiscalização ambiental, com definição de competências e prazos para a defesa dos interesses

da autarquia;

- Portaria nº 4.675/2019 – Estabelece critérios de delegação de competência às Superintendências Regionais para a elaboração, análise, aceitação e aprovação de EVTEA's, Anteprojetos de engenharia, Projetos Básicos, Projetos Executivos, objetos de competência da DPP;
- Portaria nº 4.717/2019 – Estabelece regra de transição para a obtenção de licença prévia ambiental no âmbito do regime de contratação integrada do RDC, instituído pela Lei nº 12.462/2011;
- PORTARIA Nº 769, DE 31 DE JANEIRO DE 2025 – Delega e subdelega competências para licitar e contratar aos Superintendentes Regionais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT nos Estados e Distrito Federal.

6.5.6. Normas

- Norma DNIT 007/2003-PRO – Levantamento para avaliação da condição de superfície de subtrecho homogêneo de rodovias de pavimentos flexíveis e semirrígidos para gerência de pavimentos e estudos e projetos Procedimento;
- Norma DNIT 010/2004-PRO – Inspeções em pontes e viadutos de concreto armado e pretendido - Procedimento;
- Norma DNIT 011/2004-PRO – Gestão de Qualidade em Obras Rodoviárias -Procedimentos;
- Norma DNIT 013/2004-PRO – Requisitos para a qualidade em obras rodoviárias - Procedimento;
- Norma DNIT 014/2004-PRO – Requisitos para a qualidade em supervisão de obras rodoviárias - Procedimento; Norma DNIT 070/2006-PRO – Condicionantes Ambientais das Áreas de Uso de Obras - Procedimento;
- Norma DNIT 409/2017-PRO – Medida da retrorrefletividade com uso de equipamento dinâmico - Procedimento; NBR 6.123/1988 Errata 2:2013 – Forças devidas ao vento em edificações - Procedimento;
- NBR 13.133/2021 – Levantamentos Topográficos - Procedimento;
- NBR 7.187/2003 – Projeto de pontes de concreto armado e de concreto pretendido - Procedimento; NBR 8.681/2003 – Ações e segurança nas estruturas - Procedimento;
- NBR 14.931/2004 – Execução de estruturas de concreto - Procedimento;
- NBR 7.480/2007 – Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado - Especificação;
- NBR 8.800/2008 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios - Procedimento; NBR 7.211/2009 – Agregados para concreto - Especificação;
- NBR 14.890/2011 – Sinalização vertical viária - Suportes metálicos em aço para placas – Requisitos; NBR 6.970/2012 – Segurança no tráfego - Defensas metálicas zincadas por imersão a quente;
- NBR 6.971/2012 – Segurança no tráfego - Defensas metálicas - Implantação; NBR 14.891/2012 – Sinalização vertical viária - Placas;
- NBR 7.188/2013 – Carga móvel rodoviária e de pedestres em pontes, viadutos, passarelas e outras estruturas; NBR 13.159/2013 – Sinalização horizontal viária - Termoplástico aplicado pelo processo de aspersão;
- NBR 14.323/2013 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios em situação de incêndio; NBR 14.428/2013 – Sinalização vertical viária - Pórticos e semipórticos zincados - Projeto, montagem e manutenção;
- NBR 14.429/2013 – Sinalização vertical viária - Pórticos e semipórticos zincados por imersão a quente - Requisitos; NBR 15.482/2013 – Sinalização horizontal viária - Termoplásticos - Métodos de ensaio;
- NBR 6.118/2014 – Projeto de estruturas de concreto - Procedimento;
- NBR 15.402/2014 – Sinalização horizontal viária - Termoplásticos - Procedimentos para execução da demarcação e avaliação; NBR 15.405/2016 – Sinalização horizontal viária – Tintas – Procedimentos para execução da demarcação e avaliação;
- NBR 8.953/2015 – Concreto para fins estruturais - Classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência; NBR 11.904/2015 – Sinalização vertical viária - Placas de aço zincado;
- NBR 12.655/2015 – Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação - Procedimento;
- NBR 15.591/2015 – Sinalização vertical viária - Estrutura e fixação de placas em poliéster reforçado com fibras de vidro;
- NBR 16.410/2015 – Sinalização horizontal viária - Avaliação da retrorrefletividade utilizando equipamento dinâmico com geometria de 15 m ou 30 m;
- NBR 15.405/2014 – Sinalização horizontal viária - Tintas - Procedimentos para execução da demarcação e avaliação; NBR 15.486/2016 – Segurança no tráfego - Dispositivos de contenção viária - Diretrizes de projeto e ensaios de impacto;
- 3NBR 15.741/2016 – Sinalização horizontal viária - Laminado elastoplástico para sinalização - Requisitos e métodos de ensaio; NBR 15.870/2016 – Sinalização horizontal viária - Plástico a frio à base de resinas metacrílicas reativas - Fornecimento e aplicação; NBR 7.396/2017 – Sinalização horizontal viária - Material para sinalização - Terminologia;
- NBR 9.062/2017 – Projeto, execução e controle de estruturas de concreto pré-moldado, armado ou pretendido; NBR 16.592/2017 – Sinalização vertical viária - Dispositivos de sinalização de alerta (marcadores) - Requisitos; NBR 15.577/2018 – Agregados - Reatividade álcali-agregado;
- NBR 6.122/2019 – Projeto e execução de fundações - Procedimento;
- NBR 9.452/2019 – Inspeção de pontes, viadutos e passarelas de concreto - Procedimento; NBR 11.768/2019 – Aditivos químicos para concreto de cimento Portland - Requisitos;
- NBR 15.766/2019 – Sinalização horizontal viária - Dispositivo refletivo de vidro temperado incrustado - Requisitos e métodos de ensaios;
- NBR 7.482/2020 – Fios de aço para estruturas de concreto pretendido - Especificação;
- NBR 7.484/2020 – Barras, cordoalhas e fios de aço destinados a armaduras de protensão - Método de ensaio de relaxação isotérmica;
- NBR 9.050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- NBR 13.275/2020 – Sinalização vertical viária – Chapas planas de poliéster reforçado com fibras de vidro, para confecção de placas de sinalização – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 14.723/2020 – Sinalização horizontal viária — Medição de retrorrefletividade utilizando equipamento manual com geometria de 15 m — Método de ensaio;
- NBR 14.962/2020 – Sinalização vertical viária – Suportes metálicos em aço para placas – Projeto e implantação;
- NBR 15.426/2020 – Sinalização vertical viária – Método de medição da retrorrefletividade em campo, utilizando retrorrefletômetro portátil;
- NBR 15.438/2020 – Sinalização horizontal viária – Tintas – Métodos de ensaio; NBR 15.692/2020 – Segurança no tráfego – Cilindro canalizador de tráfego;
- NBR 16.307/2020 – Sinalização horizontal viária – Medição de retrorrefletividade utilizando equipamento manual com geometria de 30 m - Método;
- NBR 7.483/2021 – Cordoalhas de aço para estruturas de concreto pretendido – Especificação;
- NBR 13.699/2021 – Sinalização horizontal viária – Tinta à base de resina acrílica emulsão em água; NBR 14.636/2021 – Sinalização horizontal viária – Tachas refletivas viárias – Requisitos;
- NBR 14.644/2021 – Sinalização vertical viária – Películas – Requisitos;
- NBR 16.033/2021 – Sinalização vertical viária – Suporte polimérico de materiais reciclados – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 16.179/2021 – Sinalização vertical viária – Chapas de alumínio composto para confecção de placas de sinalização – Requisitos e métodos de ensaio;
- NBR 16.184/2021 – Sinalização horizontal viária – Esferas e microesferas de vidro – Requisitos e métodos de ensaio;
- Norma ASTM E 867-82 – Índice de Irregularidade Longitudinal;
- Elementos de aço: caso sejam utilizados, pode-se considerar as normas estrangeiras para pontes metálicas, reconhecidas internacionalmente, como a Norma AASHTO - Standard Specifications for Highway Bridges - 17ª Edition 2002, e Normas Alemã, Inglesa e Canadense.
- NORMAN – 11/DPC/MARINHA DO BRASIL – Normas da Autoridade Marítima para obras, dragagens, pesquisas e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras.

6.5.7. Publicação IPR 726 – Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários

- IS-201 – Estudos de Tráfego em Rodovias;
- IS-202 – Estudos Geológicos;
- IS-203 – Estudos Hidrológicos;
- IS-204 – Estudos Topográficos para Projetos Básicos de Engenharia para Construção de Rodovias Rurais;
- IS-206 – Estudos Geotécnicos;
- IS-207 – Estudos de Traçado;
- IS-208 – Projeto Geométrico;

- IS-209 – Projeto de Terraplenagem;
- IS-210 – Projeto de Drenagem;
- IS-211 – Projeto de Pavimentos Flexíveis;
- IS-213 – Projeto de Interseções, Retornos e Acessos;
- IS-214 – Projeto de Obras de Arte Especiais;
- IS-215 – Projeto de Sinalização;
- IS-216 – Projeto de Paisagismo;
- IS-217 – Projeto de Dispositivo de Proteção (Defensas e Barreiras);
- IS-218 – Projeto de Cercas;
- IS-219 – Projeto de Desapropriação;
- IS-220 – Orçamento da Obra;
- IS-225 – Projeto de Pavimentos Rígidos.

6.5.8.

Demais Documentos

- Lei Federal nº 12.651/2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 140/2011 – Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;
- Lei Federal nº 11428/2008 – Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências;
- Lei nº 9.503/1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro; Anexo II – Resolução CONTRAN nº 160/2004;
- Decreto Federal nº 6.660/2008 – Regulamento dos dispositivos da Lei nº 11.428/2008;
- Decreto 8.437/2015 – Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea “h”, e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União;
- Resolução CONTRAN nº 600/2016 – Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada física) em vias públicas, disciplinada pelo parágrafo único do art. 94 do Código de Trânsito Brasileiro e proíbe a utilização de tachas, tachões e dispositivos similares implantados transversalmente à via pública;
- Resolução Nº 601 de 24 de maio de 2016 – Estabelece os critérios e padrões para a instalação de sonorizador nas vias públicas, disciplinados pelo Parágrafo Único do Artigo 94 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
- Resolução Conama nº 428/2010, alterada pelas Resolução nº 473/2015 – Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o art. 36, §3º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências;
- Resolução Conama nº 369/2006 – Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APPe;
- Portaria Interministerial nº 1, de 4 de novembro de 2020 – Dispõe sobre a regularização ambiental federal de Rodovias Federais pavimentadas;
- Portaria MMA nº 443/2014 – Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção;
- Memorando-Circular nº 04/2016/CGMAB/DPP;
- Memorando-Circular nº 959/2018/CAAOS/CGMAB/DPP/DNIT SEDE – Envia decisão do Ibama sobre procedimento para supressão de espécies exóticas e nativas em casos emergenciais;
- Memorando-Circular 1298/2018/CAAOS/CGMAB/DPP/DNIT SEDE – Complementações as Orientações contidas no Memorando Circular nº 959/2018/CAAOS/CGMAB/DPP/DNIT SEDE;
- Ofício nº 8/2017/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC-IBAMA – Alteração de Procedimentos para Obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação.
- Ofício-Circular 5078/2023/ DIREX/DNIT SEDE – O
- rientações sobre as contratações de serviços especializados para apoio e assessoramento técnico de engenharia consultiva.

6.5.9. Caberá a contratada observar as alterações e revogações dos normativos vigentes no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT à época da execução contratual.

7. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

7.1. Os Serviços Técnicos de Apoio, Assessoramento e Engenharia Consultiva na Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima, estão estruturados em 10 (dez) produtos, sendo os mesmos por frequência mensal e por demanda, conforme discriminado no quadro a seguir, a saber:

7.2. Os Produtos 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, representam as unidades de medição dos trabalhos a serem realizados com frequência mensal e os Produtos 08, 09 e 10 representam unidades de medição de serviços a serem prestados com frequência por demanda.

PRODUTO	DESCRIÇÃO	FREQUENCIA
1	Coordenação Geral	MENSAL
2	Apoio ao Planejamento e Assessoramento Gerencial	MENSAL
3	Apoio à Gestão da Infraestrutura - Obras e Serviços	MENSAL
4A	Apoio Técnico e Operacional à Unidade Local - Boa Vista	MENSAL
4B	Apoio Técnico e Operacional à Unidade Local - Rorainópolis	MENSAL
5	Apoio e Assessoramento Técnico à Gestão das Ações de Meio Ambiente e Desapropriação/Reassentamento	MENSAL
6	Apoio à Comunicação Social	MENSAL
7	Apoio ao Processamento de Dados e T.I.	MENSAL
8	Consultoria Especializada	DEMANDA
9	Apoio na Gestão de Projetos	DEMANDA
10	Realização de Estudos, Levantamentos, Ensaios Especiais e Treinamentos	DEMANDA

7.3. Atividades

7.3.1. A apresentação de cada produto deverá ser feita através de Relatórios, Laudos, Pareceres, obedecendo-se, no que couber à estrutura prevista na IAR-01 das Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários – Instruções para Apresentação de Relatórios (Publicação IPR-727);

7.3.2. A mobilização dos profissionais, responsáveis pelo desenvolvimento dos Produtos, também deverá proporcionar a capacitação gradativa dos servidores do Órgão, oferecendo uma aproximação profissional frente ao desenvolvimento das atividades e às soluções técnicas e administrativas adotadas junto às demandas da infraestrutura de transportes representadas por cada um dos Produtos.

7.4. Mobilização

7.4.1. Os Produtos por frequência mensal (01 ao 07) serão automaticamente mobilizados mediante Ordem de Início dos Serviços do Contrato, expedida pela fiscalização.

7.4.2. Os Produtos por demanda (08, 09 e 10), serão mobilizados conforme necessidade, de acordo a respectiva demanda de serviços e mediante comunicação formal da fiscalização.

7.4.3. Além das atividades rotineiras especificadas para cada produto, fica resguardado o direito da fiscalização do contrato de solicitar que as equipes se desloquem para visitas técnicas aos trechos de obras, desde que o escopo da atividade esteja aderente aos Produtos contratados.

7.4.4. Para todos os Produtos, os quais foram apresentadas diferentes composições de equipes, a CONTRATADA deverá mobilizar os profissionais e demais estruturas em conformidade com os itens que serão apresentados a seguir:

7.4.4.1. Coordenador Geral em até 30 (trinta) dias corridos após assinatura do contrato e emissão da ordem de início;

7.4.4.2. Líderes de equipes (Produtos 02, 03, 04A, 04B, 05, 06 e 07): em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após assinatura do contrato e emissão da ordem de início;

7.4.4.3. Para os demais membros de equipe, bem como a estrutura prevista para o contrato, a contratada deverá mobilizar todos os profissionais, em conformidade com a Tabela – Mobilização mínima, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

7.4.5. Tal escalonamento da mobilização tem o objetivo de não comprometer as entregas dos Produtos previstos, evitando assim, prejuízos e atrasos dos mesmos.

7.4.6. Em se cumprindo as regras supracitadas, não há que se falar em glosas nos processos das medições ou até mesmo aplicação de qualquer penalidade à Contratada.

7.4.7. Na fase de execução de contrato, os profissionais que compõem a equipe mínima dos produtos mensais poderão ser compartilhados, desde que não haja prejuízo técnico para o desenvolvimento das atividades.

7.4.8. Possível(is) variação(ões) no montante de serviços poderá(ão) acarretar adequação(ões) na mobilização da equipe referencial prevista para atuar nos produtos mensais. Contudo, independentemente desta flutuação e/ou da eficiência que a Contratada vier a possuir, deverão sempre estar mobilizados minimamente os profissionais mostrados na tabela abaixo:

Tabela mobilização mínima

Equipe Mínima	Código	Quantidade
Coordenador-Geral	P8061	1
Engenheiro Sênior	P8067	3
Engenheiro Pleno	P8066	3
Engenheiro Júnior	P8065	1
Engenheiro Ambiental Sênior	P8059	1
Bacharel em Direito Sênior/Analista Jurídico Sênior	P8003	1
Contador Pleno	P8041	1
Jornalista/Publicitário junior	P8092	1
Analista de desenvolvimento de sistemas sênior	P8009	1
Técnico escritório	P8147	3
Técnico em geoprocessamento	P8155	2
Chefe de Escritório	P8038	1
Auxiliar Administrativo	P8026	1
Técnico ambiental	P8143	1
Técnico (Designer)	P8155	1
Técnico em informática - programador	P8159	1
TOTAL		23

7.4.9. Obs.: No caso em que houver decréscimo ou acréscimos relevantes da malha referencial e/ou do número de contratos a serem assessorados (quando comparado com a malha rodoviária referencial ou número de contratos previstos inicialmente nesta contratação), poderá haver um novo entendimento quanto à mobilização da equipe mínima.

7.4.10. Ainda com relação à mobilização mínima, caso a contratada esteja atendendo aos critérios estabelecidos no presente Instrumento Convocatório, em especial aos indicadores previstos no IMR, não caberá a fiscalização do contrato a exigência de equipe superior a mínima prevista, em face de se tratar de um contrato de performance por Produtos e não de alocação de mão de obra.

7.4.11. Em caso negativo ao item anterior, a fiscalização poderá exigir a mobilização de equipe e estrutura adicional, para que a resposta da Contratada possa estar de acordo com os indicadores presente no Instrumento Convocatório.

7.4.12. O Vínculo à empresa dos profissionais que atuarão nos produtos poderá dar-se como prestação de serviços firmados na qualidade de Pessoa Jurídica.

7.4.13. Ainda tratando sobre o IMR (Instrumento de Medição por Resultado), este indicador em conjunto com o escopo das atividades a serem executadas, são os principais elementos que a fiscalização do contrato terá como elemento de atuação junto ao contrato. Vale reforçar este entendimento para que ambos os entes (Contratante e Contratada) compreendam que o objeto deste contrato é o assessoramento e apoio em engenharia consultiva e não a contratação de mão de obra por posto de trabalho.

7.4.14. Entende-se como mobilizados, no âmbito da presente contratação, os profissionais, veículos, equipamentos e demais itens colocados à disposição do DNIT, seja nas instalações da Superintendência Regional, junto à(s) Unidade(s) Local(is) e no escritório da contratada.

7.4.15. Vale reiterar que para fins de isonomia na contratação, na montagem da proposta de preços para a licitação, NÃO serão permitidas alterações nas composições dos produtos e por consequência, na produtividade e quantidades de todos os Produtos a serem apresentadas pelas licitantes. No entanto, já para a fase de execução do contrato, para a Contratada, lhe é permitida a discricionariedade em relação à produtividade, desde que os Produtos mantenham qualidade compatível com o preconizado neste Instrumento Convocatório.

7.4.16. As composições de preços dos produtos e subprodutos que compõem o Orçamento Referencial da presente contratação tiveram seus dimensionamentos (produtividades, quantidade de profissionais e equipamentos e demais itens constantes das composições) baseados em rendimentos médios verificados em produtos e serviços prestados em contratações similares do DNIT. Assim, a empresa contratada deverá ter ciência dos riscos e das variáveis que são inerentes às atividades de cada produto, devendo disponibilizar na prática contratual os recursos necessários e suficientes para atendimento de todas as demandas, não se restringindo às quantidades/produtividades previstas no orçamento referencial, desde que atendidas às condições previstas neste capítulo.

7.4.17. Por se tratar de um contrato por Produto e não de alocação de mão-de-obra, não caberá a fiscalização do contrato exigir equipe alocada na Superintendência ou Unidade Local ou no escritório da contratada, além da equipe indicada na supracitada tabela de mobilização mínima. Cabe a esta fiscalização, avaliar se os Produtos estão sendo entregues em conformidade com o escopo já estabelecido neste Termo de Referência e aos índices relativos ao IMR.

7.4.18. O futuro contrato de Assessoramento contará com equipes alocadas no escritório da empresa, assim como, nas dependências da Superintendência Regional e/ou da(s) Unidade(s) Local(is), atuando junto à Contratante, de forma a atender plenamente a todas as exigências deste Termo de Referência. Acerca da alocação da equipe/estrutura nas dependências da Superintendência Regional e/ou da(s) Unidade(s) Local(is), poderá ocorrer a situação na qual não será possível a permanência da referida equipe/estrutura nas dependências da Contratante (em virtude de espaço físico ou reforma, por exemplo), onde neste caso, a Contratada deverá alocar a equipe em escritório. Para este caso, poderá ser avaliados os valores relativos à mobiliário e escritório do preço unitário do produto.

7.4.19. O compartilhamento de profissionais, veículos, equipamentos e demais itens, entre os diversos produtos, poderá ocorrer, desde que nenhuma ação de assessoramento fique desfalçada e/ou comprometida, e desde que os profissionais compartilhados tenham capacidade técnica para todas as situações para as quais forem designados.

7.4.20. Todos os profissionais pontuados (Habilitação Profissional) no certame licitatório deverão permanecer mobilizados durante toda a execução do contrato, ou substituídos por profissionais detentores de requisitos similares aos dos profissionais pontuados originalmente.

7.4.21. Os profissionais a serem mobilizados e vinculados ao contrato que será celebrado com a empresa vencedora da licitação deverão atender ao disposto na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, publicada no Boletim Administrativo nº 163, de 25 de agosto de 2020., e em atendimento ao item “Qualificação dos demais profissionais que serão vinculados ao contrato”.

7.4.22. Uma ressalva ao item anterior até por se tratar de uma contratação por Produto, é que durante a mobilização das equipes de cada produto, ou ainda durante a execução do contrato, a Contratada poderá apresentar equipes que, não necessariamente sejam exatamente aquelas previstas na composição inicial dos Produtos. Esse entendimento é condicionado à devida comprovação de que houve ganhos para a Contratante, em termos de número de profissionais e/ou experiência compatível da referida equipe. Ou seja, mantendo-se um grau de equivalência de experiência igual ou superior ao que deveria ser inicialmente mobilizado. Este entendimento vale inclusive para os profissionais habilitados.

7.4.23. O grau de equivalência citado no item anterior também pode ser entendido como o profissional que possui formação em outras áreas da engenharia que não a civil, no entanto, possui experiência na área rodoviária. Outra situação que pode ser avaliada é o profissional que tem as competências necessárias para exercer a função, mas não tem CAT's ou atestados comprobatórios, onde neste caso, por exemplo: títulos de especialização, mestrado, tempo de carteira, atestados emitidos pelo próprio DNIT etc., podem contar como experiência.

7.4.24. Obs. 01: Para fins de isonomia no momento da contratação, este entendimento só vale para o momento da execução do contrato e não da licitação;

7.4.25. Obs. 02: Toda e qualquer situação acerca do tema deste item, deverá ter a anuência prévia da fiscalização.

7.4.26. A título de exemplificação do entendimento do item anterior, a situação na qual a contratada apresenta dois engenheiros sendo um engenheiro sênior e um júnior, no lugar de engenheiros plenos. Neste último caso, desde que seja demonstrado que não haverá dano ao erário, é possibilitada à futura Contratada a proposição supracitada ou outra situação similar.

7.4.27. Ressalta-se, ainda, como hipótese adicional do entendimento supramencionado, a eventual substituição de um profissional Coordenador por engenheiro detentor de título de doutorado em área correlata às atribuições da função, mas que não possua os 10 (dez) anos de experiência comprovada por meio de CAT's. Nessa situação, admite-se a contabilização do título de doutorado como equivalente a até 4 (quatro) anos de experiência profissional específica, desde que o profissional comprove, cumulativamente, ao menos 6 (seis) anos de atuação comprovada por CATs compatíveis ou ainda outras experiências (mencionadas no item 7.3.25 deste termo de referência). Tal substituição estará condicionada à demonstração da compatibilidade do perfil com as exigências funcionais do contrato e à prévia anuência da fiscalização.

7.4.28. A mobilização dos profissionais, responsáveis pelo desenvolvimento dos Produtos, também deverá auxiliar na capacitação gradativa dos servidores do Órgão, oferecendo uma aproximação profissional frente ao desenvolvimento das atividades e às soluções técnicas e administrativas adotadas junto às demandas da infraestrutura de transportes representadas por cada um dos Produtos.

7.4.29. Consideram-se mobilizados os profissionais apresentados pela contratada, independente de ausências legais ou justificadas. No entanto, a contratada não poderá justificar quedas de qualidade, tempestividade ou produtividade por tais ausências, lhe cabendo adotar as providências necessárias para prevenir tais ocorrências.

7.4.30. A Empresa Contratada será a única responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, desta forma, a vinculação empregatícia dos profissionais alocados caberá à Contratada e o contratante não entrará no mérito da forma de contratação dos profissionais, uma vez que se trata de contrato de consultoria de produtos e não de alocação de mão-de-obra.

7.4.31. A critério da Administração e desde que previamente acordado com a fiscalização do contrato, será admitida a atuação de profissionais em regime remoto (home office), total ou parcialmente, observado o pleno atendimento às exigências técnicas do contrato. Essa possibilidade é permitida para viabilizar que a CONTRATADA possa garantir a mobilização dos profissionais com os perfis definidos no presente Termo de Referência e que acolhem a maior exigência técnica entre os produtos modelados. Entretanto, o sistema de gestão de demandas que será implementado pela CONTRATADA, deverá permitir o monitoramento tanto dos colaboradores em regime presencial, como em regime remoto, de forma integrada.

7.4.32. As proposições supracitadas não poderão alterar os valores da proposta inicial da Contratada e não poderão incidir em queda no desempenho do Produto. Estas devem ser apresentadas ao fiscal do contrato, que estando de acordo e por consequência, dando o aceite da proposição da contratada, as mudanças entrarão em vigor no mês subsequente.

7.4.33. A possibilidade de mobilizar quantidades inferiores de profissionais e veículos em relação às quantidades previstas nas composições referenciais deve-se ao fato de que na prática contratual podem ocorrer momentos com maior ou menor volume de atividades e serviços em execução, o que influencia diretamente na quantidade de profissionais necessários para o acompanhamento das demandas. Também é levado em consideração que cada profissional possui uma capacidade produtiva diferente, o que também influencia na quantidade necessária de profissionais para executar uma dada tarefa. No entanto, a referida possibilidade não exime a Contratada de promover um acompanhamento constante de todas as ações de assessoramento junto à Superintendência Regional.

7.4.34. Apresenta-se a seguir a descrição detalhada de cada Produto/Subproduto:

7.5. Produto 01 - Coordenação-Geral

7.5.1. À Coordenação-Geral caberá:

7.5.2. A execução do contrato que ficará encarregada da gestão integral das atividades desenvolvidas no âmbito de todos os demais 09 (nove) produtos da contratação;

7.5.3. Participar de tratativas com os gestores da Superintendência, relativas às questões administrativas do contrato;

7.5.4. Acompanhar as atividades dos Produtos, garantir a qualidade e compatibilidade das informações geradas e operacionalizar eventuais ajustes de escopo que forem solicitados pela SR/DNIT/RR;

7.5.5. Quando demandado, providenciar consultores especializados para atendimento às demandas da Superintendência;

7.5.6. Providenciar junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto do presente Termo de Referência de acordo com a legislação vigente;

7.5.7. Realizar Auditoria Interna permanente no próprio contrato de assessoramento, visando sua integral aderência ao presente Termo de Referência, às normas internas do DNIT e à legislação em vigor, bem como para a melhoria da eficiência e eficácia das suas atribuições;

7.5.8. Providenciar e administrar os recursos materiais e humanos que se fizerem necessários à boa execução das atividades de todos os produtos;

7.5.9. Realizar a capacitação técnica dos profissionais mobilizados e dos servidores do DNIT, quanto à utilização das ferramentas adotadas, sendo renovada em campanhas sistemáticas estabelecidas em cronograma aprovado pelo Órgão;

7.5.10. Adotar os procedimentos constantes do PMBok – “*Project Management Body of Knowledge*”, na gestão do contrato;

7.5.11. Administrar e atribuir tarefas e responsabilidades às equipes dos produtos P02, P03, P04A, P04B, P05, P06 e P07;

7.5.12. Preparar viagens e visitas técnicas a serem realizadas aos locais de obras, proporcionando toda as condições necessárias aos profissionais envolvidos.

7.5.13. As viagens e visitas poderão ser acompanhadas por profissionais da Superintendência e de órgãos de controle e deverão contar, sempre que necessário, com os profissionais tecnicamente habilitados na licitação e com aqueles pertencentes aos produtos concernentes;

7.5.14. Consolidar as atestações das quantidades e qualidade dos serviços prestados pelos produtos de assessoramento para compor o relatório consolidado deste produto. Caso solicitado, os relatórios, deste e dos demais produtos, deverão ser elaborados em formato digital, por meio sistema computacional.

7.6. Critérios de Medição e Pagamentos do Produto 01

7.6.1. O Produto 01 é por frequência mensal e será medido por unidade mês, mediante apresentação, aceitação e aprovação pela fiscalização do contrato, de Relatório que contenha as atividades específicas, executadas no período correspondente ao da medição.

7.6.2. Deverão ainda ser levados em consideração, para fins de medição, os critérios de mobilização dispostos no item 7.4. Mobilização. Ressaltando mais uma vez, que esta equipe estará responsável pelo Suporte às equipes dos demais produtos, sendo a gestão/responsabilidade por esta equipe do Produto 01 única e exclusiva da futura Contratada. Também deverá ser levado em consideração para a medição do referido Produto, o item 11. Instrumento de Medição por Resultado - IMR.

7.6.3. O valor total mensal, para este produto, será igual ao produto do correspondente ao preço unitário constante do Resumo do Orçamento Proposto pela licitante, multiplicado pela unidade mês ou fração de mês correspondente aos dias efetivamente trabalhados, e em conformidade com o disposto no item acima.

Valor:

Obtido a partir da equação:

$$Vm = Pu \times M$$

Onde:

Vm: valor a ser medido no mês;

Pu: preço unitário proposto;

M: Unidade Mês

7.6.4. Requisitos para medição e pagamento:

- Apresentação, aceitação e aprovação do Relatório da Coordenação-Geral;
- Indicador de desempenho classificado como bom ou excelente (Instrução Normativa nº 39/DNIT Sede, de 28 de julho de 2021);
- Instrumento de Medição por Resultado – IMR.

7.6.5. Obs.: Somente poderão ser contabilizados meses fracionados no mês inicial e no mês de encerramento do contrato.

7.7. Produto 02 - Apoio ao Planejamento e Assessoramento Gerencial

7.8. À equipe de Apoio ao Planejamento e Assessoramento Gerencial, caberá:

7.8.1. Coletar, compilar, tabular, consolidar e analisar os dados e informações visando o preparo e disponibilização das informações gerenciais a respeito das atividades desenvolvidas pela SR/DNIT/RR, por intermédio de sistemas informatizados ou não, possibilitando a produção de informações que deverão integrar a estrutura de dados gerenciais;

7.8.2. Prover o suporte técnico necessário à elaboração de Termos de Referência e Atos Preparatórios, objetivando a celebração de instrumento de cooperação técnica e congêneres de empreendimentos futuros;

7.8.3. Desenvolver métodos e mecanismos no estabelecimento de canal de comunicação interna eficaz entre os diferentes setores técnicos;

7.8.4. Apoio no planejamento, promoção, implementação e monitoramento de programas de desenvolvimento tecnológico e de capacitação técnica;

7.8.5. Dar suporte ao Setor de Planejamento e Projetos, nos assuntos concernentes às suas atividades em consonância com as normas vigentes;

7.8.6. Prover suporte técnico no atendimento das demandas de análise dos anteprojetos / projetos de obras relacionadas à infraestrutura de transporte rodoviário, em todas as disciplinas e nas diferentes fases, mediante inspeção de campo, quando necessária, podendo ser acionado concomitante às atividades do presente Produto ao Produto 09.

7.8.7. Prover suporte técnico no atendimento das demandas de análise dos anteprojetos / projetos de obras relacionadas à infraestrutura de transporte rodoviário, em todas as disciplinas e nas diferentes fases, mediante inspeção de campo, quando necessária;

7.8.8. Apoio na análise, sob os aspectos técnicos e legais, os pedidos de revisão de projetos de engenharia em fase de obras, e/ou modificação de prazo, e/ou de reequilíbrios econômicos e financeiros contratuais, elaborados pela(s) consultora(s) e/ou construtora(s), com o objetivo de verificar a motivação, a necessidade e se estão de acordo com as normas em vigor, desde que demandado pela SR/DNIT/RR;

7.8.9. Para os dois itens anteriores, poderá ser acionado, sob demanda, os produtos 08, 09 e 10.

7.8.10. Apoiar na introdução do fator tempo no planejamento do(s) empreendimento(s), para que se possa estabelecer uma rede de precedências e identificar caminhos e atividades críticas, de forma a propor medidas corretivas, para evitar e/ou corrigir desvios e atrasos;

7.8.11. Adotar os procedimentos constantes do PMBok – “*Project Management Body of Knowledge*”, na Gestão dos Empreendimentos;

7.8.12. Mapear os processos e fluxos, identificar as disfunções, propor novas rotinas, procedimentos e metodologias de trabalho para o aperfeiçoamento dos procedimentos técnico-administrativos;

7.8.13. Oferecer permanentemente as orientações necessárias ao melhor aproveitamento dos mecanismos de governança disponibilizados e das melhores práticas;

7.8.14. Deverá desenvolver o aprimoramento da governança, a partir da estrutura existente, atendendo aos fundamentos constantes do “Referencial Básico de Governança”, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, publicado pelo Tribunal de Contas da União – TCU/2013;

7.8.15. Identificar, estruturar e aplicar um programa de capacitação permanente aos gestores do Órgão, junto aos procedimentos e mecanismos de Governança desenvolvidos e implantados;

7.8.16. Fornecer todo suporte técnico necessário a todos os setores técnicos no desdobramento das ações de implantação dos processos e fluxos de informações internas;

7.8.17. Propor eventuais melhorias identificadas no decorrer da execução dos trabalhos, proporcionando o aprimoramento contínuo da gestão a partir da estrutura existente;

7.8.18. Os profissionais alocados na prestação dos serviços poderão realizar atividades instrumentais, acessórias e elaborar manifestações técnicas que, eventualmente, servirão de auxílio e apoio para a prática dos atos/manifestações técnico-administrativas (praticados pelos servidores) e subsídio para a tomada de decisão por parte da autoridade administrativa competente.

7.8.19. Apoiar no acompanhamento da situação administrativa dos contratos e convênios, termos de compromisso e termos de cooperação técnica, compreendendo

prazos, valores e análise de aditivos decorrentes de propostas de alterações contratuais e de delegação de encargos;

7.8.20. Apoiar nas análises processuais, elaboração de minutas de relatos, atas e notas técnicas, subsidiando os pareceres conclusivos e possibilitando a produção de informações que deverão integrar a estrutura de informações gerenciais das deliberações e dos processos administrativos;

7.8.21. Monitorar a movimentação dos processos e identificar os gargalos com vistas à correção do fluxo e apresentar propostas de ações mitigadoras para as demandas recorrentes;

7.8.22. Assessorar na gestão dos contratos e convênios, analisando e orientando a SR/DNIT/RR quanto aos pleitos dos contratados e conveniados, bem como, sobre os direitos e deveres das partes, sobre as cláusulas das penalidades e sobre eventuais rescisões contratuais ou denúncia de convênios;

7.8.23. Examinar previamente, acompanhar o processo e opinar sobre a padronização de instrumentos convocatórios, minutas de editais, contratos, acordos, convênios e demais ajustes (termo de parceria, contratos de gestão e de repasse, termos de colaboração e de fomento, acordos de cooperação técnica ou aditivos contratuais), em consonância às determinações dos Órgãos de Controle Interno e Externo (AUDNIT, PFE, CGU, TCU e MPF, entre outros);

7.8.24. Apoiar na elaboração e fornecimento de respostas, em tempo hábil, a todos os requerimentos, questionamentos, esclarecimentos e justificativas a Órgãos de Controle Interno e Externo (AUDNIT, PFE, CGU, TCU e MPF, entre outros), bem como no acompanhamento de prazos estipulados para as respostas;

7.8.25. Dar suporte técnico às comissões de licitações nas respostas relacionadas aos recursos, impugnações e esclarecimentos do procedimento licitatório;

7.8.26. Estruturar, gerenciar e manter informações administrativas para acompanhamento da legalidade processual, assegurando a otimização dos prazos e a fluidez dos Processos Administrativos no Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

7.8.27. Dar suporte técnico no acompanhamento regional da execução orçamentária, física e financeira (créditos, empenhos, vinculação de empenhos, pagamentos ou repasses efetuados, relatórios de medição, dentre outros) das ações de empreendimentos da malha de infraestrutura a cargo da SR/DNIT/RR, executados mediante contratos, convênios, termos de compromisso e termos de cooperação técnica, abrangendo o fornecimento de subsídios para a preparação de relatórios gerenciais, quando demandados, e no levantamento de informações para atualização de informações dos programas;

7.8.28. Dar suporte ao estudo contábil de balanços, contratos sociais, demonstrativos de resultados dos exercícios em licitações;

7.8.29. Apoiar no atendimento de demandas contábeis, financeiras e orçamentárias no âmbito da Superintendência Regional e Unidades Locais;

7.8.30. Propor alternativas de execução orçamentária em face de restrições e/ou necessidades de créditos suplementares dos empreendimentos geridos pela Superintendência, envolvendo a alocação dos recursos orçamentários para obras e serviços rodoviários; a avaliação da execução orçamentária de cada exercício e a estimativa das necessidades de adequações orçamentárias ao longo do exercício, incluindo a elaboração de minutas de solicitação de créditos suplementares;

7.8.31. Coletar e consolidar as informações e os orçamentos para a disponibilidade de recursos dos empreendimentos a cargo da SR/DNIT/RR;

7.8.32. Levantar a necessidade de recurso orçamentário para perspectivas de empreendimentos futuros (licitações de obras e serviços);

7.8.33. Assessorar a Superintendência e Unidades Locais na efetivação dos processos, metas e indicadores de desempenho orientados pela gestão estratégica do DNIT;

7.8.34. Definir e atribuir métricas (planos e ações estratégicas) e ferramentas que irão garantir a qualidade dos processos de auditoria e resultado das medições, do controle da dualidade (monitoramento e registro dos resultados relacionados a execução das atividades);

7.8.35. Verificar o cumprimento pela(s) empresa(s) executora(s) de Projetos de Engenharia e/ou de Execução de Obras, dos requisitos exigidos pela(s) Seguradora(s) na(s) Apólice(s) de Seguros, para cada Projeto ou Lote de Obras, permitindo, em caso de necessidade, que o DNIT possa acionar a Seguradora quanto a(s) respectiva(s) Cobertura(s) do(s) Seguro(s) Garantia(s);

7.8.36. Controlar e monitorar os prazos de validade da(s) Apólice(s) de Seguro(s), para cada lote de Projeto de Engenharia e/ou de Execução de Obras;

7.8.37. Assessoramento na elaboração de documentação técnica para licitação de estudos, projetos e dispositivos relacionados à operação da infraestrutura terrestre no âmbito da Superintendência Regional;

7.8.38. Assessorar a Superintendência na efetivação dos processos, metas e indicadores de desempenho orientados pela gestão estratégica do DNIT;

7.8.39. Apoiar na estruturação, gerenciamento e manutenção das informações administrativas para acompanhamento da legalidade processual, assegurando a otimização dos prazos e a fluidez dos Processos Administrativos no Sistema Integrado de Informações – SEI, no âmbito da Superintendência;

7.8.40. Verificar, através de parâmetros estabelecidos, os aspectos de gestão da qualidade de acordo com os requisitos especificados nos manuais, normas e especificações de serviços, os custos e os prazos estipulados dos empreendimentos;

7.8.41. No caso de ser identificada alguma irregularidade na elaboração de projeto(s) e/ou na execução das obras, quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos pela(s) Seguradora(s) na(s) Apólice(s) de Seguro(s), assessorar o DNIT na preparação de Notificações dirigidas à(s) Consultora(s) e a(s) Seguradora(s);

7.8.42. Apoio no planejamento, promoção, implementação e monitoramento de programas de desenvolvimento tecnológico e de capacitação técnica, como por exemplo, na implementação do BIM e do GIS no âmbito da Superintendência.

7.9. Critérios de Medição e Pagamento do Produto 02

7.9.1. O Produto 02 é por frequência mensal e será medidos por unidade mês, mediante apresentação, aceitação e aprovação pela fiscalização do contrato, de Relatório que contenha as atividades específicas que foram executadas no período correspondente ao da medição.

7.9.2. Deverão ainda ser levados em consideração, para fins de medição, os critérios de mobilização dispostos no item 7.4. Mobilização. Também deverá ser levado em consideração para a medição dos referidos Produtos, o item 11. Instrumento de Medição por Resultado.

7.9.3. O valor total mensal será igual ao produto do correspondente ao preço unitário constante do Resumo do Orçamento Proposto pela licitante, multiplicado pela quantidade de contratos vigentes (não serão contabilizados os contratos da área administrativa) e em conformidade com o disposto no item acima.

Valor:

Obtido a partir da equação:

$$Vm = Pu \times M$$

Onde:

Vm: valor a ser medido no mês;

Pu: preço unitário proposto;

M: Unidade Mês

7.9.4. Requisitos para medição e pagamento:

- Apresentação, aceitação e aprovação do Relatório de Apoio ao Planejamento e Assessoramento Gerencial;
- Indicador de desempenho classificado como bom ou excelente (Instrução Normativa nº 39/DNIT Sede, de 28 de julho de 2021);
- Instrumento de Medição por Resultado – IMR.

7.9.5. Obs.: A contabilização da quantidade de contratos a ser considerada na medição mensal dependerá da quantidade de contratos para os quais foram apresentadas as devidas informações e controles exigidos no relatório do produto.

7.9.6. Somente poderão ser contabilizados meses fracionados no mês inicial e no mês de encerramento do contrato.

7.10. Produto 03 - Apoio à Gestão da Infraestrutura - Obras e Serviços

7.11. À equipe de Apoio à Gestão da Infraestrutura - Obras e Serviços, caberá:

7.11.1. Proceder no apoio à análise do(s) projeto(s) visando harmonizar e compatibilizar as soluções técnicas, principalmente quanto às Disciplinas que compõem um Projeto de Infraestrutura;

7.11.2. Acompanhar, monitorar, registrar e documentar todo o planejamento, plano de ataque e as etapas de execução e interfaces dos empreendimentos, visando a

elaboração de análises e emissão de pareceres, relatos e notas técnicas, relativos às obras, serviços e informações das empresas que fazem parte dos empreendimentos, que deverão integrar a estrutura de dados e informações gerenciais;

7.11.3. Realização de Auditoria Interna no próprio contrato, bem como apoiar a Superintendência na auditoria dos demais contratos vigentes na SR/RR;

7.11.4. Verificar, através de parâmetros estabelecidos, os aspectos de gestão da qualidade de acordo com os requisitos especificados nos manuais, normas e especificações de serviços, os custos e os prazos estipulados dos empreendimentos;

7.11.5. Comparar a execução física com a execução financeira das obras, de modo a corrigir eventuais desvios, com o objetivo de preparar as informações necessárias para as estimativas do fluxo de pagamentos para os contratos do(s) empreendimento(s), de forma a antecipar a necessidade de efetuar os empenhos necessários à cobertura financeira das medições ou efetuar novos repasses aos convenientes;

7.11.6. Dar suporte técnico SR/DNIT/RR no monitoramento da evolução de estudos e projetos de empreendimentos futuros, e que estão dispostos na malha de infraestrutura do Estado de Roraima;

7.11.7. Acompanhar a elaboração dos projetos como executados – “As Built”, pelas(s) Supervisora(s) e Construtora(s), verificando o atendimento às prescrições do Escopo Básico EB-117 das Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários – DNIT, Ed. 2006, e a adoção dos procedimentos para a obtenção dos elementos necessários à elaboração do projeto como construído “As Built”, que tem como objetivo obter as informações sobre as soluções técnicas adotadas após a execução das obras. E bem como apresentar os indicadores das condições técnicas de caráter estrutural (D0) e funcional (IRI) do empreendimento que foi entregue;

7.11.8. Efetuar o controle da evolução física-financeira do(s) empreendimento(s), mediante informações a serem fornecidas pelas empresas supervisoras e por meio da realização de visitas técnicas às obras, juntamente com a fiscalização. Neste caso deverão ser elaborados relatórios que incluam as Curvas de Valor Agregado (Curvas S), mensal e acumulada, respectivamente;

7.11.9. Participar em conjunto com o(s) contratado(s) e/ou a SR/DNIT/RR, da definição de soluções de questões técnicas ou contratuais dos empreendimentos em andamento, seja por rotina ou por iniciativa de qualquer das partes envolvidas e analisar e propor solução de problemas aos imprevistos surgidos durante a execução do empreendimento;

7.11.10. Analisar os relatórios mensais elaborados pelas supervisoras das obras e avaliar os índices de produtividade, conforme critérios a serem estabelecidos pelo DNIT;

7.11.11. Analisar, sob os aspectos técnicos, os pedidos de revisão de projetos de engenharia em fase de obras, e/ou modificação de prazo, e/ou de reequilíbrios econômicos e financeiros contratuais, elaborados pela(s) consultora(s) e/ou construtora(s), com o objetivo de verificar a motivação, a necessidade e se estão de acordo com as normas em vigor, desde que demandado pela SR/DNIT/RR;

7.11.12. As atribuições típicas e exclusivas da carreira de Procurador Federal não serão realizadas pelo profissional da área de direito a ser alocado na execução do objeto, caso exista alocação desse profissional.

7.11.13. Atuar no acompanhamento físico-financeiro, administrativo e legal, de contratos e convênios, termos de compromisso e termos de cooperação técnica, principalmente, no que se refere ao prazo de execução do(s) empreendimento(s) e atendimento das metas estabelecidas, por meio da análise da evolução da situação física e financeira das obras e serviços. No caso dos convênios, este acompanhamento terá, também, o objetivo de verificar a compatibilidade entre os quantitativos medidos e os repasses efetuados;

7.11.14. Apoiar na verificação da qualidade, adequabilidade de prazos, custos e compatibilidade das soluções técnicas adotadas nos projetos pelas diversas empresas (de modo que o projeto satisfaça às necessidades para as quais será empreendido) e para que as atividades dos serviços da empresa executora sejam cumpridas e validadas no prazo estipulado.

7.12. Critérios de Medição e Pagamento do Produto 03

7.12.1. O Produto 03 é por frequência mensal e será medido por unidade mês, mediante apresentação, aceitação e aprovação pela fiscalização do contrato, de Relatório que contenha as atividades específicas, de cada produto, executadas no período correspondente ao da medição.

7.12.2. Deverão ainda ser levados em consideração, para fins de medição, os critérios de mobilização dispostos no item 7.4. Mobilização. Também deverá ser levado em consideração para a medição dos referidos Produtos, o item 11. Instrumento de Medição por Resultado.

7.12.3. O valor total mensal, de cada produto, será igual ao produto do correspondente ao preço unitário constante do Resumo do Orçamento Proposto pela licitante, multiplicado pela quantidade de contratos vigentes (não serão contabilizados os contratos da área administrativa), e em conformidade com o disposto no item acima.

Valor:

Obtido a partir da equação:

$$V_m = P_u \times M$$

Onde:

V_m: valor a ser medido no mês;

P_u: preço unitário proposto;

M: Unidade Mês

7.12.4. Requisitos para medição e pagamento:

- Apresentação, aceitação e aprovação do Relatório dos Produto 03;
- Indicador de desempenho classificado como bom ou excelente (Instrução Normativa nº 39/DNIT Sede, de 28 de julho de 2021);
- Instrumento de Medição por Resultado – IMR.

7.12.5. Obs.: Somente poderão ser contabilizados meses fracionados no mês inicial e no mês de encerramento do contrato.

7.13. Produtos 04 - Apoio Técnico e Operacional às Unidades Locais

7.13.1. À equipe de Apoio Técnico e Operacional à(s) Unidade(s) Local(is), lotada em cada Unidade Local, caberá:

7.13.2. Coletar, compilar, tabular, consolidar e assessorar a análise os dados e informações visando o preparo e disponibilização das informações gerenciais a respeito das atividades desenvolvidas pela Unidade Local, por intermédio de sistemas informatizados ou não, possibilitando a produção de informações que deverão integrar a estrutura de dados gerenciais a serem disponibilizados para a Superintendência Regional;

7.13.3. Mapear os processos e fluxos, identificar as disfunções, propor novas rotinas, procedimentos e metodologias de trabalho para o aperfeiçoamento dos procedimentos técnico-administrativos;

7.13.4. Fornecer todo suporte técnico necessário a todas as áreas de atuação da Unidade Local no desdobramento das ações de implantação dos processos e fluxos de informações internas;

7.13.5. Propor eventuais melhorias identificadas no decorrer da execução dos trabalhos, proporcionando o aprimoramento contínuo da gestão a partir da estrutura existente da Unidade Local;

7.13.6. Apoiar nas análises processuais, elaboração de minutas de atas e notas técnicas, subsidiando os pareceres conclusivos e possibilitando a produção de informações que deverão integrar a estrutura de informações gerenciais das deliberações e dos processos administrativos da Unidade Local;

7.13.7. Monitorar a movimentação dos processos e identificar os gargalos com vistas à correção do fluxo e apresentar propostas de ações mitigadoras para as demandas recorrentes;

7.13.8. Assessorar na gestão dos contratos e convênios, analisando e orientando a Unidade Local quanto aos pleitos dos contratados e conveniados, bem como, sobre os direitos e deveres das partes, sobre as cláusulas das penalidades e sobre eventuais rescisões contratuais ou denúncia de convênios;

7.13.9. Apoiar na estruturação, gerenciamento e manutenção das informações administrativas para acompanhamento da legalidade processual, assegurando a otimização dos prazos e a fluidez dos Processos Administrativos no Sistema Integrado de Informações – SEI, no âmbito da Unidade Local;

7.13.10. Dar suporte técnico no acompanhamento dos contratos da Unidade Local da execução orçamentária, física e financeira (créditos, empenhos, vinculação de empenhos, pagamentos ou repasses efetuados, relatórios de medição, dentre outros) das ações de empreendimentos, executados mediante contratos, convênios, termos de

compromisso e termos de cooperação técnica, abrangendo o fornecimento de subsídios para a preparação de relatórios gerenciais, quando demandados, e no levantamento de informações para atualização de informações dos programas;

7.13.11. Assessorar as Unidades Locais na efetivação dos processos, metas e indicadores de desempenho orientados pela gestão estratégica do DNIT;

7.13.12. Assessoramento na elaboração de análises e emissão de pareceres e notas técnicas, relativos às obras, serviços e informações das empresas que fazem parte dos empreendimentos da Unidade Local, que deverão integrar a estrutura de dados e informações gerenciais;

7.13.13. Verificar, através de parâmetros estabelecidos, os aspectos de gestão da qualidade de acordo com os requisitos especificados nos manuais, normas e especificações de serviços, os custos e os prazos estipulados dos empreendimentos;

7.13.14. Dar suporte técnico para a Unidade Local no monitoramento da evolução de estudos e projetos de empreendimentos futuros, e que estão dispostos na malha de infraestrutura do Estado de Roraima;

7.13.15. Apoiar na consolidação das informações fornecidas pelas Unidades Locais, sobre as respectivas malhas rodoviárias, a fim de subsidiar as análises estatísticas das rodovias em âmbito nacional, bem como o atendimento do cálculo da CIDE (Contribuição e Intervenção no Domínio Econômico) conforme estabelecido no Decreto 7764/2012;

7.13.16. Participar em conjunto com o(s) contratado(s) e/ou a SR/DNIT/RR, da definição de soluções de questões técnicas ou contratuais dos empreendimentos em andamento, seja por rotina ou por iniciativa de qualquer das partes envolvidas, assessorar na proposição de soluções de problemas aos imprevistos surgidos durante a execução do empreendimento;

7.13.17. Assessorar a análise dos relatórios mensais elaborados pelas empresas contratadas no âmbito da Unidade Local e avaliar os índices de produtividade, conforme critérios a serem estabelecidos pelo DNIT;

7.13.18. Acompanhar, junto à Unidade Local, a execução física com a execução financeira das obras, de modo a corrigir eventuais desvios, com o objetivo de preparar as informações necessárias para as estimativas do fluxo de pagamentos para os contratos do(s) empreendimento(s), de forma a antecipar a necessidade de efetuar os empenhos necessários à cobertura financeira das medições ou efetuar novos repasses aos convenientes;

7.13.19. Acompanhar a elaboração dos projetos como executados – “As Built”, pelas(s) Supervisora(s) e Construtora(s), que tem como objetivo obter as informações sobre as soluções técnicas adotadas após a execução das obras. E bem como apresentar os indicadores das condições técnicas de caráter estrutural (D0) e funcional (IRI) do empreendimento que foi entregue, dirimindo dúvidas sobre as condições físicas e operacionais das rodovias;

7.13.20. Apoiar na verificação da qualidade, adequabilidade de prazos, custos e compatibilidade das soluções técnicas adotadas nos projetos pelas diversas empresas (de modo que o projeto satisfaça às necessidades para as quais será empreendido) e para que as atividades dos serviços da empresa executora sejam cumpridas e validadas no prazo estipulado.

7.13.21. Devido a possíveis futuras contratações, não será prevista quantidade para o Produto 04, considerando a reavaliação da estratégia de atendimento às Unidades Locais e a busca por maior eficiência na alocação de recursos.

7.14. Critério de Medição e Pagamento do Produto 04.

7.14.1. Tal qual os demais produtos supracitados, o Produto 04 é por frequência mensal e será medido por número de Unidades Locais no corrente mês, mediante apresentação, aceitação e aprovação pela fiscalização do contrato, de Relatório que contenha as atividades específicas, executadas no período correspondente ao da medição.

7.14.2. Deverão ainda ser levados em consideração, para fins de medição, os critérios de mobilização dispostos no item 7.4 - Mobilização. Também deverá ser levado em consideração para a medição do referido Produto o Instrumento de Medição por Resultado.

7.14.3. O valor total mensal a ser medido, será igual ao produto do preço unitário constante do Resumo do Orçamento Proposto pela licitante, multiplicado pela quantidade de UL'(s) em que foram realizados os serviços concernentes a este Produto.

Valor:

Obtido a partir da equação:

$$V_m = P_u \times M$$

Onde:

V_m: valor a ser medido no mês;

P_u: preço unitário proposto;

M: Unidade Mês

7.14.4. Requisitos para medição e pagamento:

- Apresentação, aceitação e aprovação do Relatório do Produtos 04A e 04B;
- Indicador de desempenho classificado como bom ou excelente (Instrução Normativa nº 39/DNIT Sede, de 28 de julho de 2021);
- Instrumento de Medição por Resultado – IMR.

7.14.5. Obs.: Somente poderão ser contabilizados meses fracionados no mês inicial e no mês de encerramento do contrato.

7.15. Produto 05 - Apoio e Assessoramento Técnico à Gestão das Ações de Meio Ambiente e Desapropriação / Reassentamento

7.15.1. À equipe de Apoio e Assessoramento Técnico à Gestão das Ações de Meio Ambiente e Desapropriação/Reassentamento, caberá:

7.15.2. Prover ao DNIT, por meio de profissionais habilitados e capacitados, suporte técnico e legal necessário para o cumprimento da legislação ambiental vigente, das condicionantes das Licenças Ambientais pertinentes (LP, LI e LO) e da Autorização para Supressão Vegetal dos empreendimentos afetos a SR/DNIT/RR;

7.15.3. Dar suporte ao Setor de Desapropriação, Reassentamento e Meio Ambiente, nos assuntos concernentes às suas atividades em consonância com as normas vigentes;

7.15.4. Apoiar na análise de projetos e plano de recuperação e/ou mitigação ambiental;

7.15.5. Apoiar na análise de Inventário Florestal;

7.15.6. Assessoramento na realização de vistorias técnicas das obras em andamento para avaliar o atendimento das exigências das licenças ambientais;

7.15.7. Apoiar na análise de componente ambiental de projeto básico e executivo de engenharia;

7.15.8. Apoiar na análise de componente arqueológico de projeto de engenharia e demais estudos demandados pelo órgão interveniente no licenciamento ambiental;

7.15.9. Apoiar na elaboração de documentos técnicos, tais como respostas e/ou pareceres técnicos para órgãos ambientais e intervenientes no processo de licenciamento;

7.15.10. Subsidiar, a partir de análises dos instrumentos legais e jurisprudências, as Defesas Administrativas a serem apresentados junto aos Órgãos Ambientais Fiscalizadores tais como IBAMA, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, Instituto Chico de Conservação da Biodiversidade-ICMbio;

7.15.11. Consolidar e analisar as informações prestadas pela(s) Gerenciadora(s) e/ou supervisora(s) Ambiental(is) do(s) empreendimento(s);

7.15.12. Apoiar na análise dos produtos de desapropriação e reassentamento, conforme escopo definido nos normativos do DNIT que tratam do tema, mediante demanda da SR/DNIT/RR;

7.15.13. Apoiar à SR/DNIT/RR na celebração de acordos na esfera administrativa ou judicial e para a promoção dos registros cartoriais pertinentes;

7.15.14. Consolidar e apresentar, em relatório, todas as informações referentes às desapropriações e relocações dos empreendimentos, de forma a possibilitar ao DNIT uma visão global do avanço das liberações de áreas, necessárias à realização das obras, no tempo adequado, assim como alertar quanto a situações problemáticas que se apresentarem antes e no decorrer da realização dos serviços;

7.15.15. Acompanhar e apoiar na execução da programação estabelecida pela Coordenação de Engenharia no que se refere ao desenvolvimento da operação de infraestrutura terrestre no âmbito da Superintendência Regional;

7.15.16. Suporte na análise dos estudos, anteprojetos e projetos relacionados às operações, avaliar a sua qualidade técnica e recomendar sua aprovação no âmbito da Superintendência Regional;

7.15.17. Assessorar a Coordenação de Engenharia quanto às atribuições do DNIT como Autoridade de Trânsito.

7.16. Critérios de Medição e Pagamento do Produto 05

7.16.1. O Produto 05 é por frequência mensal e será medidos por unidade mês, mediante apresentação, aceitação e aprovação pela fiscalização do contrato, de Relatório que contenha as atividades específicas que foram executadas no período correspondente ao da medição.

7.16.2. Deverão ainda ser levados em consideração, para fins de medição, os critérios de mobilização dispostos no item 7.4. Mobilização. Também deverá ser levado em consideração para a medição dos referidos Produtos, o item 11. Instrumento de Medição por Resultado.

7.16.3. O valor total mensal será igual ao produto do correspondente ao preço unitário constante do Resumo do Orçamento Proposto pela licitante, multiplicado pela quantidade de contratos vigentes (não serão contabilizados os contratos da área administrativa) e em conformidade com o disposto no item acima.

Valor:

Obtido a partir da equação:

$$Vm = Pu \times M$$

Onde:

Vm: valor a ser medido no mês;

Pu: preço unitário proposto;

M: Unidade Mês

7.16.4. Requisitos para medição e pagamento

- Apresentação, aceitação e aprovação do Relatório de Apoio e Assessoramento Técnico à Gestão das Ações de Meio Ambiente e Desapropriação/Reassentamento;
- Indicador de desempenho classificado como bom ou excelente (Instrução Normativa nº 39/DNIT Sede, de 28 de julho de 2021);
- Instrumento de Medição por Resultado – IMR.

7.16.5. Obs.: A contabilização da quantidade de contratos a ser considerada na medição mensal dependerá da quantidade de contratos para os quais foram apresentadas as devidas informações e controles exigidos no relatório do produto.

7.16.6. Somente poderão ser contabilizados meses fracionados no mês inicial e no mês de encerramento do contrato.

7.17. Produto 06 - Apoio à Comunicação Social

7.17.1. Apoio técnico e audiovisual para a realização de eventos de divulgação do andamento dos empreendimentos;

7.17.2. Conceber e elaborar material informativo para divulgação dos empreendimentos e seus resultados;

7.17.3. Acompanhar e monitorar os programas de reassentamentos previstos no(s) Projeto(s) e no(s) Plano(s) Básico(s) Ambiental(is), necessários à realização do empreendimento, e apoiar na análise das pesquisas básicas de vulnerabilidade socioeconômica e do trabalho social desenvolvido pela executora;

7.17.4. Atuar na elaboração de informações a serem prestadas para órgãos governamentais;

7.17.5. Consolidar o levantamento de dados e de informações referentes aos tópicos abordados nos Produto 01, 02, 03, 04A, 04B, 05 e 07, destinadas a alimentar a Assessoria de Comunicação Social do Departamento, na divulgação dos empreendimentos;

7.17.6. Atuar na elaboração, para o DNIT, de minutas de notas que serão disponibilizadas à imprensa sobre a situação dos empreendimentos;

7.17.7. Prover o suporte técnico para atendimento as demandas de comunicação interna e externa, alinhadas aos setores competentes no órgão (Assessoria de Comunicação – ASCOM/DNIT/SEDE).

7.17.8. Cabe ressaltar que este produto só poderá ser demandado, quando não houver a possibilidade de acionar solução igual ou similar em outros contratos existentes no âmbito da Superintendência Regional. Tal orientação, tem o objetivo de evitar a sobreposição de atividades entre os contratos existentes.

7.18. Critério de Medição e Pagamento do Produto 06

7.18.1. O Produto 06 é por frequência mensal e será medido por unidade mês, mediante apresentação, aceitação e aprovação pela fiscalização do contrato, de Relatório que contenha as atividades específicas, de cada produto, executadas no período correspondente ao da medição.

7.19. Deverão ainda ser levados em consideração, para fins de medição, os critérios de mobilização dispostos no item 7.4. Mobilização. Também deverá ser levado em consideração para a medição dos referidos Produtos, o item 11. Instrumento de Medição por Resultado.

7.19.1. O valor total mensal, de cada produto, será igual ao produto do correspondente ao preço unitário constante do Resumo do Orçamento Proposto pela licitante, multiplicado pela quantidade de contratos vigentes (não serão contabilizados os contratos da área administrativa), e em conformidade com o disposto no item acima.

Valor:

Obtido a partir da equação:

$$Vm = Pu \times M$$

Onde:

Vm: valor a ser medido no mês;

Pu: preço unitário proposto;

M: Unidade Mês

7.19.2. Requisitos para medição e pagamento:

- Apresentação, aceitação e aprovação do Relatório dos Produto 06;
- Indicador de desempenho classificado como bom ou excelente (Instrução Normativa nº 39/DNIT Sede, de 28 de julho de 2021);
- Instrumento de Medição por Resultado – IMR.

7.19.3. Obs.: Somente poderão ser contabilizados meses fracionados no mês inicial e no mês de encerramento do contrato.

7.20. Produto 07 - Apoio ao Processamento de Dados e T.I.

7.20.1. À equipe de Apoio ao Processamento de Dados e T.I., caberá:

7.20.2. Realizar a manutenção de sistemas e aplicativos de propriedade da SR/DNIT/RR de acordo com metodologia e técnicas adequadas, visando atender aos objetivos estabelecidos quanto à qualidade, custos,

7.20.3. prazos e benefícios dos diversos setores dos empreendimentos.

7.20.4. Realizar as tarefas pertinentes ao hardware e software, bem como analisar dados, apoiar e auxiliar na implementação de painéis em B.I. (Business Intelligence) do DNIT;

7.20.5. Gerir, organizar e manipular informações e dados pertencentes ao banco de dados pertinentes a equipe dos produtos e a SR/DNIT/RR;

7.20.6. Suporte aos sistemas para monitoramento e acompanhamento físico, financeiro e contábil das obras, estudos e projetos, situação dos contratos e informações de interesse relacionadas aos empreendimentos;

7.20.7. Apoiar e dar suporte a SR/DNIT/RR na utilização de sistemas do DNIT;

- 7.20.8. Mapear tramitação de processos no âmbito da Superintendência Regional e Unidades Locais para interagir com os sistemas existentes (SEI, entre outros);
- 7.20.9. Mapear junto ao Produto P06 - Apoio à Comunicação Social - e junto à Assessoria de Comunicação/ASCOM/DNIT/SEDE a melhor forma de disponibilizar e manter atualizado portal específico para os empreendimentos na internet, a ser estruturado e alojado no portal oficial do DNIT, segundo especificações deste, contendo informações gerenciais relevantes com espaço específico para o arquivamento e disponibilização, desenvolvendo, inclusive, a concepção e elaboração de conteúdo e de alternativas de soluções gráficas para divulgação nas mídias digitais utilizadas pelo DNIT;
- 7.20.10. Apoio na análise das necessidades de infraestrutura de TI da SR/DNIT/RR, indicando as melhores especificações de hardware e software, caso necessário;
- 7.20.11. Armazenar, em ambiente virtual, por meio de um provedor de computação na nuvem, no escritório responsável pelos serviços de acompanhamento gerencial, de acordo com normas técnicas, toda documentação deste contrato relativa ao apoio, assessoramento e engenharia consultiva à SR/DNIT/RR, arquivada de maneira organizada e sistemática.
- 7.21. **Critério de Medição e Pagamento do Produto 07**
- 7.21.1. O Produto 07 é por frequência mensal e será medido por unidade mês, mediante apresentação, aceitação e aprovação pela fiscalização do contrato, de Relatório que contenha as atividades específicas, de cada produto, executadas no período correspondente ao da medição.
- 7.21.2. Deverão ainda ser levados em consideração, para fins de medição, os critérios de mobilização dispostos no item 7.4. Mobilização. Também deverá ser levado em consideração para a medição dos referidos Produtos, o item 11. Instrumento de Medição por Resultado.
- 7.21.3. O valor total mensal, de cada produto, será igual ao produto do correspondente ao preço unitário constante do Resumo do Orçamento Proposto pela licitante, multiplicado pela quantidade de contratos vigentes (não serão contabilizados os contratos da área administrativa), e em conformidade com o disposto no item acima.
- Valor:
- Obtido a partir da equação:
- $$Vm = Pu \times M$$
- Onde:
- Vm: valor a ser medido no mês;
- Pu: preço unitário proposto;
- M: Unidade Mês
- 7.21.4. Requisitos para medição e pagamento:
- Apresentação, aceitação e aprovação do Relatório dos Produto 07;
 - Indicador de desempenho classificado como bom ou excelente (Instrução Normativa nº 39/DNIT Sede, de 28 de julho de 2021);
 - Instrumento de Medição por Resultado – IMR.
- 7.21.5. Obs.: Somente poderão ser contabilizados meses fracionados no mês inicial e no mês de encerramento do contrato.
- 7.22. **Produto 08 - Serviço de Consultoria Especializada**
- 7.22.1. O serviço de Consultoria Especializada será prestado por consultor ou equipe de consultores especializados, com experiência em seus respectivos ramos e poderá ser desenvolvido nas dependências do DNIT (visitas, inspeções, reuniões) ou no escritório da CONTRATADA (relatórios, pareceres, laudos e notas técnicas).
- 7.22.2. A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços de consultoria demandado pela SR/DNIT/RR, sendo que os nomes dos profissionais, consultores, acompanhado dos respectivos curriculum vitae, deverão ser submetidos à prévia análise e aprovação pela fiscalização demandante para confirmação da qualificação profissional exigida.
- 7.22.3. A qualificação mínima dos consultores serão as especificadas na tabela de consultoria do DNIT, sendo: pelo menos 15 (quinze) anos de experiência ou possuir grau de doutor. Para cada serviço solicitado a fiscalização demandante promoverá análise da capacidade dos consultores indicados, conforme as exigências específicas de cada trabalho.
- 7.22.4. À Consultoria Especializada, caberá:
- 7.22.5. Dirimir questões de ordem técnica, de modo a adequar e direcionar as equipes nas análises complexas de acordo com a área de produto pertinente;
- 7.22.6. Assessorar na organização de determinada área ou tarefa/atividade;
- 7.22.7. Orientar e esclarecer em questões relacionadas com a sua área de especialização.
- 7.22.8. Cabe ressaltar que este produto só poderá ser demandado, quando não houver a possibilidade de acionar solução igual ou similar em outros contratos existentes no âmbito da Superintendência Regional. Tal orientação, tem o objetivo de evitar a sobreposição de atividades entre os contratos existentes.
- 7.23. **Critério de Medição e Pagamento do Produto 08**
- 7.23.1. O Produto 08 é por demanda e será medido mediante apresentação, aceitação e aprovação pela fiscalização do contrato, de Relatório que contenha as atividades específicas do produto executadas no período correspondente ao da medição, com apresentação do Laudo técnico elaborado pelo consultor.
- 7.23.2. Cada unidade do Produto 08 será denominada UD 01 (Unidade de Despesas) e corresponderá a uma consultoria especializada equivalente a 50% de mês trabalhado por 01 (um) consultor, onde estão inclusos todos os encargos e despesas com deslocamento e diárias.
- 7.23.3. O valor total a ser medido, será igual à fração correspondente à proposta aprovada pelo DNIT contabilizando a quantidade de UD 01's equivalentes, autorizando assim a execução dos serviços. Assim, o valor do produto a ser medido poderá ser maior ou menor que a unidade referencial do Produto 08.
- 7.24. **Produto 09 - Apoio na Gestão de Projetos**
- 7.24.1. Os serviços propostos para o Produto de Apoio na Gestão de Projetos abrangem o apoio na análise e/ou atualização de projetos, de todas as disciplinas e diferentes fases, e orçamentos, bem como das obras remanescentes.
- 7.24.2. Para a elaboração dos trabalhos a CONTRATADA deverá, a partir da demanda realizada pela SR/DNIT/RR, apropriar os quantitativos da equipe a ser mobilizada, com indicação da qualificação dos profissionais, instalações, despesas gerais, passagens e diárias, com as respectivas quantidades e preços unitários contratados e o período de mobilização para o atendimento à demanda. Caso, para o cumprimento da demanda, haja necessidade de realização de levantamentos de campo, ensaios ou outros, estes deverão ser incluídos na programação dos trabalhos, mas serão medidos dentro do Produto 10.
- 7.24.3. A CONTRATADA poderá subcontratar tais serviços, desde que validado pela SR/DNIT/RR
- 7.24.4. Dentre os serviços contemplados para o Produto 09, estão:
- 7.24.5. Elaborar e apresentar a contratada, quando demandado pela fiscalização do contrato, os processos de Revisão do Projeto na Fase de Obras ou adequações técnicas no projeto, com todas as memórias de cálculo e fundamentação técnica que motivaram as modificações quantitativas e qualitativas, de cada proposta, conforme modelo adotado pelo DNIT, quando for o caso;
- 7.24.6. Adquirir, de forma proativa todas as informações necessárias para o desenvolvimento e conclusão dos serviços;
- 7.24.7. Apoio na análise e/ou adequação e/ou revisão e/ou atualização de projetos e orçamentos no âmbito da infraestrutura rodoviária;
- 7.24.8. Elaboração de análises técnicas, de estudos, projetos, anteprojetos e especificações de obras, desde que esta atividade não entre em conflito com alguma atividade já prevista no escopo de algum contrato de Supervisão ou Gerenciamento da SR;
- 7.24.9. Realizar visita ao local do empreendimento e levantamentos com as partes interessadas. Até que todas as dúvidas ou pendências se esgotem ao longo do desenvolvimento do projeto, novas visitas e reuniões poderão se fazer necessários, devendo a equipe da contratada estar disponível para atender a tais eventos;
- 7.24.10. Realizar os serviços seguindo as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 12 de 08 de junho de 2022 ou a que vier a substituí-la, devendo conter tantos volumes, seções, subseções e anexos quantos forem necessários e suficientes para apresentação do seu detalhamento e compreensão;
- 7.24.11. Apoio na verificação da qualidade, adequabilidade de prazos e custos e compatibilidade das soluções técnicas adotadas pelas diversas empresas projetistas;

- 7.24.12. Apoio em processos de auditorias de qualidade demandadas pela Superintendência ou por órgãos de controle;
- 7.24.13. Apoio na análise dos projetos básicos ou executivos, com o objetivo de se inteirar de suas características técnicas, das soluções de projeto e das condicionantes ambientais e outros aspectos particulares das obras, visando harmonizar e compatibilizar as soluções técnicas, principalmente quanto aos projetos das disciplinas de um empreendimento rodoviário;
- 7.24.14. Elaborar relatório contendo a fundamentação técnica que motivou as modificações quantitativas e qualitativas, de cada proposta;
- 7.24.15. A atualização do projeto executivo de engenharia para execução das obras, assim como todos os serviços previstos serão desenvolvidos sequencialmente dentro das seguintes fases:
- 7.24.15.1. Fase Preliminar:
- Etapas caracterizadas pela coleta e análise de dados, coletados e existentes, com finalidade de estudar soluções a serem propostas e elaboração do Relatório Preliminar, contendo a descrição, cadastros, plantas dos estudos efetuados e plano de trabalho para prosseguimento do projeto, em conformidade com as Instruções de Serviços do DNIT, com o desenvolvimento das seguintes atividades:
- Coleta e análise dos dados existentes do Projeto Executivo Original;
 - Estudos de Traçado;
 - Estudos de Tráfego;
 - Estudos Topográficos;
 - Estudos Hidrológicos;
 - Estudos Hidráulicos de OAEs;
 - Estudos Geológicos;
 - Estudos Geotécnicos;
 - Estudos Geotécnicos – sondagens de OAE; e
 - Componente Ambiental.
- Serão utilizadas, onde couber, as Instruções de Serviço: IS-201; IS-202; IS-203; IS-204; IS-207; IS214; IS-226; IS-246;
- 7.24.15.2. Fase Final:
- Fase em que se fazem os projetos, com apresentação dos Relatórios, contendo estudos e definição das soluções e plano de trabalho a serem adotados na execução das obras, com o desenvolvimento das seguintes atividades:
- Elaboração de Relatório contendo, os Estudos e Soluções a serem adotadas, devidamente justificadas.
 - Relatórios contendo Projeto Geométrico, de Terraplenagem, Pavimentação, Drenagem, Obras de Arte Correntes, OAE's, Obras Complementares, Sinalização, Componente Ambiental, Gráfico linear de localização das Fontes de materiais, Orçamento etc.
- 7.24.16. Assim como no Produto 08, este produto só poderá ser demandado, quando não houver a possibilidade de acionar solução igual ou similar em outros contratos existentes no âmbito da Superintendência Regional. Tal orientação, tem o objetivo de evitar a sobreposição de atividades entre os contratos existentes.
- 7.25. **Produto 10 - Estudos, levantamentos, ensaios especiais e treinamentos**
- 7.25.1. Dentre os serviços contemplados para o Produto 10, estão:
- 7.25.2. A identificação das necessidades técnicas dos servidores e a promoção da capacitação gradativa dos mesmos frente aos trabalhos desenvolvidos, a partir das melhorias introduzidas pela gestão pública e a engenharia consultiva;
- 7.25.3. Realização de capacitação técnica/treinamentos dos profissionais mobilizados e dos servidores da Superintendência, quanto à utilização das ferramentas adotadas;
- 7.25.4. Além dos ensaios e levantamentos de campo, quando demandado pela fiscalização do contrato, o assessoramento poderá ser acionado para o desenvolvimento de estudos técnicos voltados ao planejamento e expansão da malha federal, de caráter exploratório ou estratégico. Esses estudos poderão abranger a análise de alternativas de traçado, a avaliação preliminar de condicionantes técnicas, territoriais e ambientais, e a produção de insumos voltados à estruturação da carteira de investimentos da Superintendência Regional. Os serviços deverão ser executados com base em escopo previamente validado, podendo incluir, conforme o caso, a utilização de ferramentas de análise multicritério, dados geoespaciais, bancos de custos e metodologias de apoio à tomada de decisão.
- 7.25.5. Também será admitida a aquisição de licenças dos Softwares AutoCAD e Civil 3D ou similar; TOPOGRAPH ou similar; MS Project ou similar; ArcGIS ou similar; Compur 90 ou similar; Sistema para solução de Gestão de Ativos; e demais softwares/sistemas que se fizerem necessários à completa execução dos serviços. Vale ressaltar que não será permitida a aquisição de licenças sem a anuência da fiscalização do contrato.
- 7.25.6. Realização de inspeções e ensaios extraordinários de emergência;
- 7.25.7. Suporte aos Produtos 01 a 07, por meio de levantamentos ou outras ações que se fizerem necessários para a execução do referido produto;
- 7.25.8. Suporte aos Produtos 08 e 09, por meio de levantamentos ou outras ações que se fizerem necessários para a execução do referido produto;
- 7.25.9. Quando demandado pela fiscalização do contrato, a consultora dará Apoio Técnico à fiscalização do contrato na realização dos ensaios especiais, os quais deverão ser contratados com empresas especializadas para execução. Dentre outros, os ensaios possíveis de serem realizados constam da relação a seguir, destaca-se que a lista abaixo não é exaustiva:
- Ensaio de Concreto;
 - Densidade do CBUQ com Gama Densímetro;
 - Determinação da Abrasão "Los Angeles" (Agregado);
 - Sondagem Rotativa com Recuperação de Rocha;
 - Sondagem a Percussão – SPT;
 - Cisalhamento Direto de Solo;
 - Difratometria de Raio-X;
 - Esclerometria;
 - Geo-radar;
 - Pêndulo Britânico;
 - Prova de Carga em fundações (estática e dinâmica);
 - Resistência Uniaxial de Rocha;
 - Scanner MIT (barras de transferência);
 - Triaxiais de Solo ou Rocha;
 - Vane Test (Palheta);
 - Monitoramento de Vibrações (Desmonte de Rochas);
 - Prova de carga dinâmica de estruturas;
 - Ensaio de integridade: PIT (pile integrity tester);
 - Outros ensaios/levantamentos que não listados anteriormente.

7.25.10. Ao Veículo Aéreo Não Tripulado – Vant:

7.25.10.1. O uso do veículo aéreo não tripulado deverá ser utilizado nos diversos grupos de processo do empreendimento: estudos, levantamentos, planejamento, execução, monitoramento e controle, a fim de garantir e controlar os requisitos de qualidade, custo e prazo da obra (antes e durante a etapa construtiva e, quando finalizada);

7.25.10.2. O veículo aéreo dará suporte a equipe dos produtos em todos os aspectos dos processos da malha de infraestrutura das equipes: inspecionar, monitorar, mapear, levantar, filmar, fotografar e sobrevoar grandes áreas, dos diversos tipos e panoramas do empreendimento (obras e serviços contratados e futuros) ou outra atividade que a Superintendência entender como necessária;

7.25.10.3. A equipe dos produtos poderá obter dados e avaliar o andamento da obra, ou de uma atividade específica, e então, fundamentar relatório ou perícia e emitir laudo de "conforme" ou "desconforme". Bem como, analisar riscos, classificar e identificar anomalias e falhas, relacionadas aos fatores de construção, manutenção, depreciação, segurança, funcionalidade, comprometimento da vida útil, perda de desempenho, entre outras circunstâncias e áreas de interesse demandadas pela Superintendência: sensoriamento remoto, mapeamento, monitoramento de tráfego, pesquisa etc.;

7.25.10.4. A coleta das informações deverá ser feita através de um veículo de qualidade profissional (câmera, estabilização e posicionamento global) para gerar fotos e vídeos com excelente resolução e oferecer ao cliente os melhores resultados;

7.25.10.5. A inspeção da atividade deverá ser realizada e/ou acompanhada por profissional capacitado, capaz de coletar e fornecer dados tomados por meio de visualização (filmagem e/ou fotografias) referentes aos aspectos de qualidade de um serviço ou produto;

7.25.10.6. As condições do veículo aéreo precisam ser avaliadas com frequência: desempenho, funcionalidade, vida útil, segurança, estado de conservação, manutenção, utilização e operação, de acordo com as especificações do fabricante, a fim de atender as necessidades da SR/DNIT/RR quando solicitadas;

7.25.10.7. É obrigatório possuir seguro com cobertura contra danos a terceiros nas operações de aeronaves aéreas não tripuladas;

7.25.10.8. O cadastro do veículo (aeromodelos ou RPA Classe 3) deverá ser feito pelo Sistema de Aeronaves Não Tripuladas (SISANT) da ANAC.

7.25.10.9. Os ensaios/levantamentos serão demandados pela fiscalização do contrato e caberá à contratada apresentar as cotações de preços dos mesmos, no mercado nacional, sendo necessária obrigatoriamente a apresentação de, no mínimo, (03) três cotações.

7.25.10.10. Compete também à fiscalização do contrato verificar o cumprimento dos critérios de aceitação dos preços para realização dos Ensaio Especiais. Caso não haja na região 03 (três) fornecedores, realizar o máximo de cotações disponível, sendo o mínimo de 01 (uma). Nesse caso, a Superintendência Regional deverá fornecer uma declaração a respeito da situação.

7.25.10.11. Em raciocínio análogo aos Produtos 08 e 09, este produto só poderá ser demandado, quando não houver a possibilidade de acionar solução igual ou similar em outros contratos existentes no âmbito da Superintendência Regional. Tal orientação, tem o objetivo de evitar a sobreposição de atividades entre os contratos existentes.

7.26. Critérios de Medição e Pagamento dos Produtos 09 e 10

7.26.1. Cada unidade referencial dos Produtos 09 e 10 serão denominados UD 02 e UD 03, respectivamente, sendo a quantidade igual 100 % (cem por cento) do valor destinado à realização de levantamentos e/ou ensaios adicionais;

7.26.2. Os valores relativos aos Produtos 09 e 10, somente serão passíveis de medição se estes forem previamente justificados e autorizados pela fiscalização do contrato, assim como, devidamente comprovado(s) através da apresentação de nota(s) fiscal(is) expedida(s) pela(s) empresa(s) executora(s) do(s) levantamento(s) e/ou ensaio(s) ou afins, cuja proposta seja a de menor valor dentre o mínimo de 3 (três) a serem apresentadas à fiscalização.

7.26.3. O Produto 09 é por demanda e será medido por meio da Unidade de Despesas – UD 02. A quantidade de Unidades de Demanda – UD 02, podendo ocorrer duas situações, não necessariamente excludentes:

- Caso a execução da atividade for feita pela CONTRATADA o valor a ser medido será a apropriação apresentada contendo as categorias profissionais, instalações, despesas gerais, passagens e diárias, com as respectivas quantidades e preços unitários contratados, com aplicação do BDI;

- Caso a CONTRATADA execute os serviços por meio de subcontratação, o valor será medido pela soma das notas fiscais relativas ao período da medição, acrescido do BDI diferenciado de 15%, conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 62/DNIT SEDE, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021.

7.26.4. Previamente à autorização pelo SR/DNIT/RR na contratação dos serviços deve a consultora apresentar no mínimo 3 (três) propostas, a qual deve ser aceita a que tiver menor valor da proposta apresentada.

7.26.5. Em não sendo possível o atendimento ao mínimo requerido, deve este ser submetida à Fiscalização do contrato para avaliação, a qual deve conter a fundamentação para a impossibilidade de três cotações.

7.26.6. Com relação ao Produto 10, pode ser aplicado raciocínio análogo ao descrito acima para o Produto 09, sendo que a Unidade de Despesa é a 03 (UD 03).

8. RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Relatório de Coordenação Geral (Produto 01)

8.1.1. O Relatório da Coordenação Geral deverá ser elaborado mensalmente, contendo a discriminação da equipe técnica, dos veículos, equipamentos, imóvel e mobiliário para escritório mobilizado, bem como a descrição das ações desenvolvidas no período. Este relatório deverá apresentar todas as atividades desenvolvidas no mês e o acumulado até a data, bem como todo aspecto administrativo do contrato como medições, recursos utilizados, relatórios elaborados etc.

8.1.2. O escopo do referido relatório deve estar em consonância com o detalhamento indicado no item "Escopo Básico dos Serviços" do presente Termo de Referência, assim como, com a estrutura indicada no item "Estrutura Mínima dos Relatórios Periódicos". O relatório deverá ser disponibilizado no Sistema de Eletrônico de Informações – SEI, e, armazenado na Nuvem.

8.1.3. No primeiro mês de contrato, a Contratada também deve apresentar o **Relatório de Mobilização e Planejamento das Atividades**, devendo ser apresentado, em no máximo, 30 (trinta) dias após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, conforme detalhamento apresentando neste capítulo "Relatório de Mobilização e Planejamento das Atividades".

8.1.4. Para o último mês de contrato ou durante o período entre o encerramento da vigência de execução e vigência do contrato, a Contratada deverá apresentar o **Relatório de Desmobilização e Encerramento**, conforme detalhamento indicado no item "Relatório de Desmobilização e Encerramento das Atividades".

8.1.5. Durante o primeiro mês do contrato, em ação conjunta entre a fiscalização do contrato, Superintendência Regional e Contratada, será validado o(s) escopo(s) do(s) relatório(s) previsto(s) neste item do presente Termo de Referência. Portanto, a contratada deverá antecipar a entrega do relatório, para que seja analisada/validada de maneira prévia pela contratante. Somente após esta etapa, a contratada poderá submeter o relatório final para fins de análise/aprovação por parte do DNIT, e dessa maneira, dar continuidade aos demais processos (medição, pagamento, IMR, entre outros) em conformidade com o Manual de Fiscalização do DNIT.

8.1.6. A qualquer tempo, desde que previamente informado pela Contratante, poderá haver alteração no formato/apresentação do(s) relatório(s) previstos neste item.

8.2. Relatório de Apoio ao Planejamento e Assessoramento Gerencial (Produto 02)

8.2.1. O Relatório de Apoio ao Planejamento e Assessoramento Gerencial deverá ser elaborado mensalmente, devendo o conteúdo estar em consonância com o detalhamento indicado no " do presente Termo de Referência, assim como, com a estrutura indicada no item "Estrutura Mínima dos Relatórios Periódicos".

8.2.2. O relatório deverá ser disponibilizado no Sistema de Eletrônico de Informações – SEI, e, armazenado na Nuvem.

8.2.3. Ao longo de todos os meses do contrato, além do Relatório do Produto 02, a Contratada deverá desenvolver o **Relatório Periódico de Indicadores**, cujo detalhamento consta neste mesmo capítulo.

8.2.4. Um segundo relatório a ser desenvolvido, será o **Relatório do Atlas Gerencial**, porém com frequência anual. O detalhamento deste consta no decorrer deste capítulo.

8.2.5. Como já informado no item anterior, durante o primeiro mês do contrato, em ação conjunta entre a fiscalização do contrato, Superintendência Regional e Contratada, será validado o(s) escopo(s) do(s) relatório(s) previsto(s) neste item do presente Termo de Referência. Portanto, a contratada deverá antecipar a entrega do relatório, para que seja analisada/validada de maneira prévia pela contratante. Somente após esta etapa, a contratada poderá submeter o relatório final para fins de análise/aprovação por parte do DNIT, e dessa maneira, dar continuidade aos demais processos (medição, pagamento, IMR, entre outros) em conformidade com o Manual de Fiscalização do DNIT.

8.2.6. A qualquer tempo, desde que previamente informado pela Contratante, poderá haver alteração no formato/apresentação do(s) relatório(s) previstos neste item.

8.3. Relatórios dos Produtos 03, 04, 05, 06 e 07

8.3.1. Os Relatórios dos Produtos 03, 04, 05, 06 e 07 deverão ser elaborados mensalmente, devendo os seus respectivos conteúdos estarem em consonância com os detalhamentos indicados no presente Termo de Referência, assim como, com a estrutura indicada no item “Estrutura Mínima dos Relatórios Periódicos”.

8.3.2. Os relatórios deverão ser disponibilizados no Sistema de Eletrônico de Informações – SEI, e, armazenado na Nuvem.

8.3.3. Para o Produto 03 (Apoio à Gestão da Infraestrutura - Obras e Serviços), a qualquer momento, a Contratada também deverá desenvolver o Relatório de Avaliação Global do Empreendimento. O detalhamento do escopo do referido relatório consta no item “Relatório de Avaliação Global do(s) Empreendimento(s)” neste mesmo capítulo.

8.3.4. Obs.: No caso do Relatório do Produto 04 (Apoio Técnico e Operacional às Unidades Locais), independentemente do número de Unidades Locais na Superintendência, apenas um relatório mensal deverá ser desenvolvido, compilando todas as atividades executadas nas Unidades Locais.

8.3.5. Como já informado no item anterior, durante o primeiro mês do contrato, em ação conjunta entre a fiscalização do contrato, Superintendência Regional e Contratada, será validado o(s) escopo(s) do(s) relatório(s) previsto(s) neste item do presente Termo de Referência. Portanto, a contratada deverá antecipar a entrega do relatório, para que seja analisada/validada de maneira prévia pela contratante. Somente após esta etapa, a contratada poderá submeter o relatório final para fins de análise/aprovação por parte do DNIT, e dessa maneira, dar continuidade aos demais processos (medição, pagamento, IMR, entre outros) em conformidade com o Manual de Fiscalização do DNIT.

8.3.6. A qualquer tempo, desde que previamente informado pela Contratante, poderá haver alteração no formato/apresentação do(s) relatório(s) previstos neste item.

8.4. **Relatório dos Produtos 08, 09 e 10**

8.4.1. Para os Relatórios dos Produtos sob demanda, no caso, 08, 09 e 10, os mesmos deverão ser apresentados à parte, contendo memória de cálculo dos quantitativos a serem medidos no mês de referência e os levantamentos, estudos, ensaios, projetos, análises, informações, laudos, pareceres etc., gerados no âmbito de cada um deles, conforme o caso.

8.4.2. Para elaboração dos relatórios deverão ser observadas as exigências dispostas no item “Atividades”, além do item “Critério de Medição e Pagamento por Produto” e, no que couber, o item “Estrutura Mínima dos Relatórios Periódicos”.

8.4.3. Como já informado no item anterior, durante o primeiro mês do contrato, em ação conjunta entre a fiscalização do contrato, Superintendência Regional e Contratada, será validado o(s) escopo(s) do(s) relatório(s) previsto(s) neste item do presente Termo de Referência.

8.4.4. Portanto, a contratada deverá antecipar a entrega do relatório, para que seja analisada/validada de maneira prévia pela contratante. Somente após esta etapa, a contratada poderá submeter o relatório final para fins de análise/aprovação por parte do DNIT, e dessa maneira, dar continuidade aos demais processos (medição, pagamento, IMR, entre outros) em conformidade com o Manual de Fiscalização do DNIT.

8.4.5. A qualquer tempo, desde que previamente informado pela Contratante, poderá haver alteração no formato/apresentação do(s) relatório(s) previstos neste item.

8.5. **Relatório de Mobilização e Planejamento das Atividades**

8.5.1. O Relatório de Mobilização e Planejamento das Atividades tem como principal objetivo detalhar a programação dos trabalhos, devendo estar relacionada a equipe técnica mobilizada, após 30 (trinta) dias da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União. O relatório deverá ser disponibilizado no Sistema de Eletrônico de Informações – SEI, e, armazenado na Nuvem.

8.5.2. A Estrutura do Relatório de Mobilização e Planejamento das Atividades deverá contemplar a seguinte estrutura, no que couber, conforme disposto a seguir:

Capa e Contracapa;

Índice;

Apresentação da Contratada;

Caracterização do Contrato de Apoio, Assessoramento e Engenharia Consultiva;

Escopo dos Serviços de Assessoramento Contratados;

Recursos a serem mobilizados;

Aspectos Administrativos;

Produtos que serão entregues (Entregáveis);

Fluxograma das atividades que serão desenvolvidas;

Prazos e Cronograma;

Requisitos Técnicos Aplicáveis ao Contrato;

Plano de Risco;

Plano de Comunicação;

Plano de Qualidade;

Planejamento das Ações do Contrato;

Conclusões e Recomendações; e

Anexos.

Capa e Contracapa;

Índice;

Apresentação da Contratada;

Caracterização do Contrato de Apoio, Assessoramento e Engenharia Consultiva;

Escopo dos Serviços de Assessoramento Contratados;

Recursos a serem mobilizados;

Aspectos Administrativos;

Produtos que serão entregues (Entregáveis);

Fluxograma das atividades que serão desenvolvidas;

Prazos e Cronograma;

Requisitos Técnicos Aplicáveis ao Contrato;

Plano de Risco;

Plano de Comunicação;

Plano de Qualidade;

Planejamento das Ações do Contrato;

Conclusões e Recomendações; e

Anexos.

8.6. **Relatório Periódico de Indicadores**

8.6.1. O Relatório Periódico de Indicadores (frequência mensal) tem como objetivo principal o monitoramento da governança e gestão pública, e tem entre seus objetivos: promover a maturidade da governança pública e a integração das políticas públicas federais, além de induzir o aperfeiçoamento da gestão de riscos e controles internos na administração pública federal.

- 8.6.2. O relatório deverá ser disponibilizado no Sistema de Eletrônico de Informações – SEI, e, armazenado na Nuvem.
- 8.6.3. O relatório deverá apresentar a situação de diversos indicadores (técnicos, econômicos, ambientais, financeiros, entre outros), seja no aspecto qualitativo, seja no aspecto quantitativo. Estes indicadores devem abranger todas as atividades da Superintendência Regional.
- 8.6.4. A Estrutura do Relatório Periódico de Indicadores deverá, no que couber, contemplar os seguintes itens:
- Capa e Contracapa;
 - Índice;
 - Resumos dos principais indicadores;
 - Dashboards;
 - Listagem dos indicadores;
 - Comparativo histórico dos indicadores;
 - Crítica aos resultados dos indicadores;
 - Ações do Contrato para mitigar/melhorar o(s) índice(s) do(s) indicador(es);
 - Sugestão de ações para a Superintendência para mitigar/melhorar o(s) índice(s) do(s) indicador(es);
 - Conclusões e Recomendações;
 - Outras informações Relevantes; e
 - Anexos.
- 8.7. **Relatório de Avaliação Global do(s) Empreendimento(s)**
- 8.7.1. O relatório será elaborado, uma única vez, por empreendimento, e deverá conter um extrato global do(s) empreendimento(s) no âmbito do DNIT, constando os dados físico-financeiros e os indicadores de desempenho apresentados pela(s) Construtora(s), Projetista(s), Supervisoras e/ou Gestora(s) Ambiental (is).
- 8.7.2. O relatório deverá ser disponibilizado no Sistema de Eletrônico de Informações – SEI, e, armazenado na Nuvem.
- 8.7.3. Este relatório será elaborado, uma única vez, com base nos relatórios “*As Built*” apresentados ao DNIT, para cada empreendimento, pelas demais Contratadas da Superintendência e terá como finalidade principal possibilitar uma memória dos serviços executados no(s) empreendimento(s) ao seu término.
- 8.7.4. Caso o empreendimento não possua empresa supervisora, o relatório em questão deverá ser elaborado pela empresa que vier a ser contratada, sendo que os produtos sob demanda poderão ser acionados para auxiliar nesta atividade.
- 8.7.5. O Relatório “*As Built*”, para cada empreendimento, deverá ser conclusivo quanto aos critérios qualitativos e quantitativos de aceitação dos serviços, a fim de que possa servir de documento principal que resguarde a União para o Recebimento Definitivo das obras pela fiscalização dos contratos.
- 8.8. **Relatórios Esporádicos e Específicos**
- 8.8.1. Possuem natureza eventual e deverão ser elaborados conforme demandas especiais do DNIT, a serem disponibilizado no SEI e armazenado na Nuvem.
- 8.9. **Relatório do Atlas Gerencial**
- 8.9.1. O Atlas Gerencial deverá seguir as premissas constantes normativas do Instituto de Pesquisa Rodoviária -IPR, disponível em http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/index_html, e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dentre os quais destacam-se:
- DNIT 125/2010-PAD - Elaboração de desenhos para apresentação de projetos e para documentos técnicos em geral;
 - DNIT 126/2017-PAD - Codificação de documentos técnicos de engenharia;
 - Manual de Editoração - Publicação IPR nº 652;
 - Glossário de termos técnicos - Publicação IPR nº 700;
 - Glossário de termos da qualidade - Publicação IPR nº 701;
 - Glossário de termos técnicos ambientais - Publicação IPR nº 721;
 - NBR 6023:2018: Informação e documentação - Referência - Elaboração;
 - NBR 6024:2012: Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento - Apresentação;
 - NBR 6027:2012: Informação e documentação - Sumário - Apresentação;
 - NBR 6028:2003: Informação e documentação - Resumo - Apresentação;
 - NBR 6029:2006: Informação e documentação - Livros e folhetos - Apresentação;
 - NBR 6034:2004: Informação e documentação - Índice - Apresentação;
 - NBR 10520:2002: Informação e documentação – Citações.
- Associado às disposições normativas listadas, a Atlas Gerencial conter as informações apresentadas a seguir, devendo-se tomá-las como mínimas.
- CAPÍTULO I - INFORMAÇÕES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS**
- Resumo da carteira de contratos estratificada por Setorial da SR, contendo no mínimo:
- Número de contratos;
 - Valor;
 - Extensão (obras, supervisões, gerenciamentos, estudos de viabilidade, projetos, desapropriação, declaração de utilidade pública vigente, gestão e estudo ambiental, licenças de instalação, licenças previas etc.)
 - Execução financeira, contendo no mínimo:
 - Informações atualizadas da LOA (orçamento autorizado, valor empenhando, valor liquidado, valor pago);
 - Restos a pagar – RAP (inscrito, liquidado, pago);
 - Valores liquidados de execução em relação a LOA + RAP.
 - Resumo da malha rodoviária federal e espacialização contendo no mínimo:
 - Malha pavimentada;
 - Malha não pavimentada;
 - Malha planejada.
- CAPÍTULO II- INDICADORES DE DESEMPENHO E RESULTADOS**
- Indicadores afetos à Superintendência e de suas Coordenações Setoriais, contendo no mínimo:
- Nome e indicação do indicador;
 - Modelo matemático e forma de apuração;
 - Periodicidade e forma de coleta;
 - Histórico de apuração;

Análise crítica do desempenho apurado, com recomendação de providências, prazos e responsáveis se constatadas inconsistências ou oportunidades de melhorias.

CAPÍTULO III - ACOMPANHAMENTO DE LEVANTAMENTOS, ESTUDOS E PROJETOS

Mapas temáticos estratificados por Setorial (Construção, Projetos, Manutenção, Meio Ambiente etc.), contendo os elementos gráficos necessários ao pleno entendimento e apresentando, no mínimo:

Rodovias federais;
Principais cidades;
Status dos estudos/projetos/empreendimentos;
Localização dos contratos, inclusive trechos, lotes, pontos, OAEs etc.;
Situação ambiental e de desapropriação e reassentamento;

Planilhas e gráficos gerências de apoio aos mapas temáticos, contendo os elementos necessários ao pleno entendimento, inclusive das evoluções contratuais, e apresentando, de acordo com a característica de cada um dos produtos, no mínimo;

Coordenação;
Empreendimento;
Rodovia;
Trecho (km inicial – final);
Extensão;
Objeto;
Tipo (ação);
Status do Contrato;
Prazos (cronogramas);
Execução física e financeira;
Questões judiciais e afetas à Órgãos de Controle.

CONCLUSÃO

TERMO DE ENCERRAMENTO

8.9.2. O Relatório do Atlas Gerencial será de frequência anual, tendo como objetivo principal um overview de todas as ações da Superintendência Regional ao longo do ano.

8.9.3. O relatório deverá ser disponibilizado no Sistema de Eletrônico de Informações – SEI, e, armazenado na Nuvem.

8.9.4. Como já informado no item anterior, durante o primeiro mês do contrato, em ação conjunta entre a fiscalização do contrato, Superintendência Regional e Contratada, será validado o(s) escopo(s) do(s) relatório(s) previsto(s) neste item do Termo de Referência. Portanto, a contratada deverá antecipar a entrega do relatório, para que seja analisada/validada de maneira prévia pela contratante. Somente após esta etapa, a contratada poderá submeter o relatório final para fins de análise/aprovação por parte do DNIT, e dessa maneira, dar continuidade aos demais processos (medição, pagamento, IMR, entre outros) em conformidade com o Manual de Fiscalização do DNIT.

8.9.5. A qualquer tempo, desde que previamente informado pela Contratante, poderá haver alteração no formato/apresentação do(s) relatório(s) previstos neste item.

8.10. **Relatório de Desmobilização e Encerramento das Atividades**

8.10.1. O Relatório de Desmobilização e Encerramento das Atividades tem como principal objetivo detalhar e listar todas as atividades que foram desenvolvidas no contrato. Este relatório deve ser entregue em no máximo 30 (trinta) dias do encerramento da vigência de execução do contrato. O relatório deverá ser disponibilizado no Sistema de Eletrônico de Informações – SEI, armazenado na Nuvem e ainda com a entrega em HD físico de toda a base de dados utilizadas e entregáveis.

8.10.2. A Estrutura do Relatório de Desmobilização e Encerramento das Atividades deverá contemplar a seguinte estrutura, no que couber, conforme disposto a seguir:

Capa e Contracapa;
Índice;
Apresentação da Contratada;
Sugestão de Minuta do Atestado final de atividades realizadas;
Escopo dos Serviços de Assessoramento Contratados;
Mapeamento dos recursos mobilizados;
Listagem completa dos Produtos entregues (Entregáveis);
Mapeamentos processuais realizados;
Plano de Ação e de Risco para a Superintendência, considerando os seguintes cenários:
Novo contrato (com o mesmo escopo e estrutura) em continuidade ao contrato que findará;
Novo contrato (escopo distinto e/ou estrutura distinta) em continuidade ao contrato que findará;
Sem contrato de Assessoramento e Apoio Técnico.
Conclusões e Recomendações; e
Outras informações Relevantes; e
Anexos.

8.10.3. Como já informado no item anterior, durante o primeiro mês do contrato, em ação conjunta entre a fiscalização do contrato, Superintendência Regional e Contratada, será validado o(s) escopo(s) do(s) relatório(s) revisto(s) neste item do presente Termo de Referência. Portanto, a contratada deverá antecipar a entrega do relatório, para que seja analisada/validada de maneira prévia pela contratante. Somente após esta etapa, a contratada poderá submeter o relatório final para fins de análise/aprovação por parte do DNIT, e dessa maneira, dar continuidade aos demais processos (medição, pagamento, IMR, entre outros) em conformidade com o Manual de Fiscalização do DNIT.

8.10.4. A qualquer tempo, desde que previamente informado pela Contratante, poderá haver alteração no formato/apresentação do(s) relatório(s) previstos neste item.

8.10.5. Para quaisquer um dos Relatórios contidos nos itens 8.7 ao 8.10 deste Termo de Referência, a Contratada poderá utilizar dos produtos sob demanda (Produtos 08 ao 10), desde que previamente acordado com a Fiscalização do contrato, com o intuito de elaborar os Relatórios constantes deste Capítulo.

8.11. **Estrutura Mínima dos Relatórios Periódicos**

8.11.1. Os Relatórios referentes às atividades a serem realizadas, disposto no item “Escopo Básico dos Serviços”, deverão conter, no que couber, as informações descritas a seguir:

Capa e Contracapa;
Índice;
Apresentação;

Caracterização do Assessoramento;
Identificação do Contrato de Assessoramento;
Escopo dos Serviços Contratados para o Assessoramento;
Recursos Mobilizados no Contrato de Gerenciamento;
Planejamento da Execução dos Produtos;
Atividades Técnicas realizadas;
Produtos elaborados;
Informes de Não Conformidades;
Conclusões e Recomendações;
Anexos;

- 8.11.2. Em caso de redundância de algum tópico entre os relatórios mensais, poderá ser excluída a redundância de conteúdo.

Capa e Contracapa

- 8.11.3. As capas e contracapas dos relatórios devem, obrigatoriamente, conter os elementos gráficos e informações indicados a seguir:



Índice

- 8.11.4. O relatório deverá conter um índice com itens, subitens e paginação correspondente do texto no documento. Deverão constar também:

Lista de Abreviaturas e Siglas;
Referências Bibliográficas;
Anexos.

Apresentação

- 8.11.5. Deverá apresentar, dentre outros, os seguintes dados:

Número, periodicidade e objetivo do relatório, conforme cada produto (por exemplo, 1º Relatório Mensal de Apoio ao Planejamento e Assessoramento Gerencial – PRODUTO 2);

Número do contrato;
Mês e ano das atividades a que se refere o Relatório.

Caracterização do Assessoramento

- 8.11.6. Identificação do Contrato de Serviços Técnicos de Apoio e Assessoramento em Engenharia Consultiva:

Processo administrativo (número);

Editais (número e objeto);

Publicação;

Número do Contrato;

Vigência;

Objeto do Contrato;

Prazo de execução;

Valor e caução;

Apostilas de reajustamento (quando houver) com valor e caução;

Aditivos (quando houver).

Escopo dos Serviços de Assessoramento Contratados

Detalhamento do objeto do contrato, contendo a descrição sucinta dos serviços.

Recursos Mobilizados no Contrato de Assessoramento

Equipe: relação dos profissionais alocados no(s) contrato(s) naquele período, especificando:

Nome;

Formação;

Função/Participação no contrato: indicar a qual Produto está vinculado (nível funcional no assessoramento).

Equipamentos e recursos: a empresa deverá apresentar a relação completa dos Materiais, Software, Licenças, Equipamentos de apoio, dentre outros, alocados no contrato de Assessoramento.

Planejamento da Execução dos Produtos

A empresa deverá destacar os aspectos administrativos e técnicos que envolvem os serviços de apoio, assessoramento e engenharia consultiva. Bem como as metodologias de trabalho a serem utilizadas e seu respectivo cronograma de execução.

Atividades Técnicas e Produtos Elaborados

- 8.11.7. Deverá conter a listagem de todas as tarefas demandas/executadas no período com:

Indicação da ação;

Descrição da atividade;

Data de início;

Prazo para atendimento;

Data prevista de entrega;

Data efetiva de entrega;

Responsável pela execução;

Parâmetros de desempenho e ponderação atribuídos pela fiscalização do DNIT.

Listagem de toda a documentação produzida no período, incluindo documentos eletrônicos como relatórios, projetos, desenhos, dentre outros, com descrição sucinta de seu conteúdo e/ou objetivo.

Informes de Não Conformidades

8.11.8. Deverão conter os Informes: Informe de Não Conformidade de Cronograma – INCC e Informe de Não Conformidade Qualitativa – INCQ.

Conclusões e Recomendações

Destacar os principais resultados obtidos no período e recomendações para o próximo relatório, detalhando com clareza as providências, medidas e encaminhamentos sugeridos a serem demandados pela Superintendência.

Incluem-se no item, situações de compromissos firmados pela SR/DNIT/RR junto aos órgãos públicos intervenientes, término de convênios, paralisações de atividades ou execução de programas, vencimento de licenças, reincidências ou não conformidades persistentes ao longo no trecho, dentre outros itens, que ensejam a tomada de decisão imediata.

Anexos

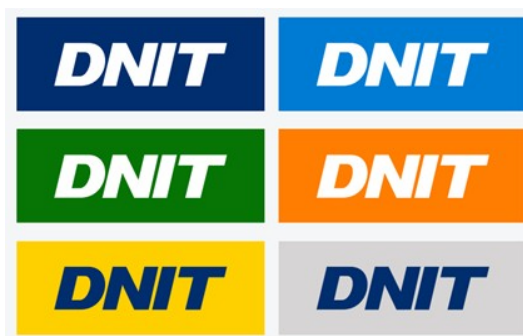
8.11.9. Deverão constar dos anexos pelo menos cópias de Documentos Produzidos no período, como Cartas, Ofícios, Atas e Outros, novas licenças emitidas, e eventuais retificações ou renovações e notificações emitidas, com registro fotográfico e as devidas assinaturas.

Logomarcas

8.11.10. Todo “boneco” de material produzido pela Gerenciadora que envolva a imagem do DNIT, como cartilhas, folder, cartazes, site, identidade visual, entre outros, deverá ser, obrigatoriamente, encaminhado à SR/DNIT/RR para revisão e aprovação no mínimo 15 dias antes de sua publicação e distribuição. O material deverá ser aprovado também pela Assessoria de Comunicação do DNIT – ASCOM/SEDE, só a partir da resposta, aprovando o material é que o mesmo poderá ser publicado/divulgado

8.11.11. O problema mais comum em relação ao uso de logomarcas do DNIT e do Governo Federal nas publicações é a utilização de logomarcas desatualizadas, com fundo não apropriado ou em ordem errada.

8.11.12. A aplicação da marca em fundos coloridos deverá ser realizada em uma versão que possui o maior contraste, favorecendo a reprodução da identidade institucional de forma harmoniosa. Portanto, a fidelidade na reprodução das cores é imprescindível.



Marca do DNIT aplicada em fundos coloridos

8.11.13. A aplicação da marca em fundos instáveis deverá ser realizada em uma versão que possui o maior contraste, de acordo com a imagem utilizada. Caso a leitura seja prejudicada em qualquer aplicação, deverá ser adotado o uso de uma caixa de proteção branca, respeitando a área de não interferência.



8.11.14. A família tipográfica usada para a marca do DNIT foi a Arial Black Itálico, uma tipologia clássica e de boa legibilidade.

8.11.15. Outro problema comum é deformar a imagem, como no exemplo a seguir:



8.11.16. As logomarcas devem ser dispostas em ordem hierárquica. Da esquerda para a direita:

8.11.17. Empresa; DNIT; Ministério dos Transportes; Governo Federal



8.11.18. Quando for necessário usá-las na forma vertical, obrigatoriamente, as assinaturas devem ser apresentadas obedecendo a seguinte ordem:



8.11.19. Cumpre lembrar que, durante períodos eleitorais não é permitida a utilização da logomarca do Governo Federal, Governo Estadual e Municipal. A logomarca do Governo Federal muda a cada nova gestão, por isso deve-se sempre atentar que a marca utilizada é uma versão atualizada. Para maiores informações, cabe consultar o Manual de Identidade Visual do DNIT.

8.12. Adoção de novas tecnologias

8.12.1. É esperado que o contratado não somente cumpra com os requisitos técnicos e padrões de qualidade esperados, mas também que explore ativamente métodos e estratégias inovadoras para entregar um produto/serviço superior que exceda as expectativas.

8.12.2. O futuro contratado poderá apresentar propostas inovadoras, seja em tecnologias, gestão, processos ou modelo de negócios, que possam agregar valor ao serviço/produto final. Isso pode incluir, mas não se limita aos seguintes tópicos:

Impressão 3D;

Gerenciamento do ativo por meio de levantamentos laser scanner ou similar;

Aplicação e/ou desenvolvimento de algoritmos de aprendizado de máquina para auxílio na elaboração/atualização do cadastro dos ativos da malha rodoviária;

Implementação de tecnologias preditivas para gerenciamento dos investimentos previstos sob a malha rodoviária;

Implementação de tecnologias de realidade virtual na gestão de rodovias;

Estudos de novos materiais e/ou misturas para terraplenagem e/ou pavimentação;

Carbono Zero;

Integração do BIM e GIS, com implementação de informações atribuídas à modelos ligados a uma posição geográfica;

Sensores inteligentes;

Aplicação de boas práticas de gestão e controle, como COSO, COBIT, BSC e outras metodologias reconhecidas;

Aplicações com Inteligência Artificial;

Tecnologia Blockchain para eliminar as muitas camadas de contratos e intermediários que ficam entre a concepção e a entrega de um projeto de infraestrutura;

A implantação de tecnologias como IoT, edge computing e AI nos sistemas que compõem essas estradas ajudarão a qualificar o gerenciamento de tráfego;

Reconhecimento de imagens para caracterização de tráfego (trechos rurais, urbanos e interseções);

Estudos de implantação de modelos preditivos para análise de segmentos críticos;

Estudos para a captação de recursos financeiros (internos / externos);

Estudos de programas mundiais como ViaSegura, Irapi, etc;

Novas metodologias de gestão/gerenciamento de projetos/empreendimentos;

Estudo da aplicação da metodologia/filosofia Lean no âmbito rodoviário;

Outras tecnologias, ligadas à ciência de dados e IoT, não listados anteriormente;

8.13. Recursos materiais a serem disponibilizados pela contratada

8.13.1. A empresa deverá dispor de no mínimo os seguintes equipamentos/software:

Para toda a equipe: Computador Desktop ou Notebook 15,6" SO Windows 11, Core I5, 8 GB de RAM, Placa de vídeo;

Computador com Windows 11, Core I7, 16 GB de RAM, Placa de vídeo 8 GB compatível com API CUDA (02 unidades);

Impressora A3 (01 unidade) / A4 (02 unidades) - Inclusive Materiais para Manutenção/Consumo;

Licença dos Softwares:

MS Office

MS Project

AutoCAD

Compur 90.

8.13.2. Implantação e gerenciamento da plataforma Building Information Modeling – BIM – para as estruturas objeto dos contratos das ações de manutenção rodoviária. Os modelos deverão ser compatíveis com as ferramentas que o DNIT possui, ou outras indicadas pela Autarquia;

Licença obtida junto a Google para utilização do Google Earth Professional.

Aplicativo Gráfico/Web.

Licença de software para gestão de informações espaciais e de sensoriamento remoto a ser definido pelo DNIT.

9. REGRAS GERAIS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento dos serviços executados mensalmente se processará na forma de Empreitada por Preço Unitário de Produto, sendo medidos e pagos em conformidade com os itens previstos no Resumo do Orçamento Proposto e os respectivos preços unitários propostos pela empresa vencedora da licitação, dentro dos limites previstos no Cronograma Físico-Financeiro, conforme disposto nos respectivos produtos e mediante apresentação e aceite pela fiscalização dos respectivos relatórios. A medição deverá ser entregue e ter o aceite da fiscalização do DNIT.

9.2. Ressaltando que os produtos que fazem parte do escopo do Objeto a ser contratado tiveram seu dimensionamento estimado em rendimento médio verificado em produtos e serviços prestados pelo DNIT, utilizado de forma estimativa para o orçamento referencial.

9.3. As medições serão processadas mensalmente, baseadas nos produtos entregues e demais despesas correlatas acordadas. Os preços serão os constantes da proposta de preços unitários aprovada pela fiscalização do DNIT.

9.4. Em cada medição a ser implantada, além dos Relatórios Técnicos (seja dos Produtos Mensais e sob demanda, além dos Relatórios previstos) e do IMR, a Contratada assinará e juntará os seguintes documentos:

9.5. Declaração que a medição foi realizada por esta empresa (ou consórcio) e, portanto, responsável pela juntada dos seguintes dados, providências e informações;

9.6. Declaração que os serviços de apoio, assessoramento e engenharia consultiva constantes na presente medição foram realizados por esta empresa (ou consórcio), onde se verificou o cumprimento das suas obrigações contratuais, de acordo com o disponibilizado no Edital, no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas do DNIT;

9.7. Declaração que os documentos (planilha de medição, ensaios, laudos, memórias de cálculo, relatório fotográfico, filmagens etc.) que atestam que as atividades realizadas por esta empresa (ou consórcio) e acompanham a presente medição, no tocante à quantidade e a qualidade dos serviços executados;

9.8. A Contratada deverá apresentar, juntamente com a medição mensal, planilha com os nomes dos profissionais vinculados à empresa que participaram da execução das atividades inerentes a cada produto incluído na referida medição, com suas respectivas categorias e formação profissional.

9.9. Declaração Trabalhista, sem a necessidade da apresentação individualizada por profissional;

9.10. Declaração do recolhimento de FGTS, GPS e INSS, sem a necessidade da apresentação individualizada por profissional;

9.11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

9.12. Declaração Regular Contábil;

9.13. ART's dos responsáveis técnicos;

9.14. Planilha contendo, Resumo das Quantidades dos Produtos a serem medidos (com memória de cálculo, onde couber), Resumo da Medição, Medição Consolidada, Curva "S" e Resumo Financeiro;

9.15. Carta de encaminhamento da documentação indicada nos itens anteriores.

9.16. Para fins de padronização e análise da documentação na Superintendência e DNIT-SEDE, não serão aceitas outras exigências de documentação para a medição, que não as listadas anteriormente. Todos os procedimentos indicados para este item vão de encontro com o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do DNIT, 2ª edição, dezembro de 2020.

9.17. Os quantitativos a serem medidos mensalmente serão obtidos, na medida em que forem entregues e aceitos pela fiscalização, os relatórios dos respectivos produtos.

9.18. Os pagamentos à licitante vencedora se darão em conformidade com os preços unitários ofertados para cada produto e com seu respectivo critério de pagamento. Fica expressamente estabelecido que nos preços unitários estejam inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.19. O DNIT pagará à contratada pelos serviços executados os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos.

9.20. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar a nota fiscal correspondente à medição à Superintendência Regional. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pelo DNIT.

9.21. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso quanto à data prevista de pagamento, serão atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, pelos índices de variação do IPCA / IBGE, em vigor, adotados pela legislação federal regedora da ordem econômica, desde a data da emissão do aceite na nota fiscal recebida pelo DNIT até a data do efetivo pagamento, ressalvada a responsabilidade da contratada previstas no 92º, inciso XVI da Lei 14.133/2021, acerca da situação cadastral do contratado (SICAF) e consulta ao CADIN, nos termos do art. 6º, II, da Lei nº 10.522/2002.

9.22. A cada processo de medição deverá ser anexada declaração individual firmada por cada membro da equipe técnica da Contratada afirmando, formalmente e sob as penalidades cabíveis, ter participado da execução dos serviços referentes ao período que está sendo medido. Estes técnicos deverão ser os mesmo que foram pontuados no julgamento da proposta técnica da Contratada durante o processo licitatório, ou outros que, com autorização expressa do DNIT, os tenham substituído na forma deste Edital.

9.23. No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada exclusivamente pelo Município de Boa Vista/RR

9.24. Do recebimento

9.24.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

9.24.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

9.24.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

9.24.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.24.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.24.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.24.7. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.24.8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.24.9. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.24.10. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.24.11. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela

fiscalização e gestão.

9.24.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.24.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.24.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.25. **Liquidação**

9.25.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.25.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

9.25.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.25.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.25.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.25.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.25.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.25.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.25.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.25.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.26. **Prazo de pagamento**

9.26.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.26.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

9.27. **Forma de pagamento**

9.27.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.27.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.27.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.27.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.27.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.28. **Cessão de crédito**

9.28.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.28.1.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.28.1.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.28.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.28.1.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.28.2. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9.29. **Reajuste/Atualização**

9.29.1. O Critério de Reajustamento de Preços é definido no edital, nos termos do Art. 3º § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, depois de decorrido o prazo 01 (um) ano do mês/ano adotado como referência para o orçamento da proposta vencedora, que deverá ser o mesmo do orçamento referencial do DNIT. O índice a ser adotado para o reajustamento dos valores objeto da presente licitação deverá ser o de CONSULTORIA (Supervisão e Projetos), base DEZ/2000=100, constante da tabela de ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIÁRIAS, fornecida pela Fundação Getúlio Vargas, disponibilizada no site do DNIT.

9.29.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos índices de variação do IPCA / IBGE em vigor adotados pela legislação federal regedora da ordem econômica.

10. **CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

- 10.1. Recebida a ordem de início dos trabalhos objeto do contrato, a licitante deverá apresentar o Cronograma Físico-Financeiro relativo aos produtos que compõem o Orçamento Proposto, em conformidade com as disponibilidades financeiras para o exercício financeiro informadas pela fiscalização do contrato.
- 10.2. O andamento físico dos Serviços Técnicos de Apoio, Assessoramento e Engenharia Consultiva na Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima deverá ser sempre compatível, tanto pela quantidade quanto pelas especialidades de profissionais tecnicamente habilitados para desenvolver as atividades inerentes aos produtos objeto da presente contratação.
- 10.3. O cronograma de atividades apresentado pela licitante representa as quantidades de serviços a serem executados pelo contratado e é o elemento básico de controle dos serviços, como também elemento de referência para medição e pagamento. O não cumprimento do cronograma ao final de cada exercício financeiro implicará na necessidade de adequação do mesmo, por solicitação da contratada e/ou determinação da fiscalização, mediante apresentação de justificativas; e
- 10.4. Os recursos orçamentários para cobertura contratual nos exercícios seguintes correrão à conta dos créditos próprios consignados no Orçamento-Geral da União a cargo do DNIT ou no Plano Plurianual de Investimento.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO POR RESULTADO

- 11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição por Resultado (IMR), conforme previsto abaixo.
- 11.2. O Instrumento de Medição por Resultado – IMR é o ajuste escrito entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 11.3. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.
- 11.4. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.
- 11.5. No ato da medição, a fiscalização não deverá proceder com glosas ou fracionamentos da unidade de medição dos Produtos estabelecidos contratualmente. Caso sejam identificadas deficiências na execução, deverá ser aplicado o IMR, conforme metodologia e fórmulas definidas neste capítulo.
- 11.6. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto de forma global por meio do instrumento de medição por resultado - IMR, conforme critérios previstos neste Termo de Referência.
- 11.7. A análise dos resultados destas avaliações pela fiscalização poderá resultar em penalidades caso a contratada não cumpra com os seus compromissos de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.
- 11.8. Estabelece-se como Nota de Desempenho Global - NDG a avaliação da execução global do contrato, conforme critérios constantes nas tabelas ao fim deste capítulo.
- 11.9. A nota da contratada partirá de 100 (cem) pontos e será deduzida conforme ocorrências apontadas pela fiscalização.
- 11.10. Para o IMR do primeiro e segundo mês será atribuído o valor de 100 (cem) pontos, em função da Contratada encontrar-se em fase de mobilização. A partir do terceiro mês, caberá ao fiscal técnico avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. Para o recebimento integral do valor contratado, a contratada deverá cumprir com suas obrigações, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho do IMR.
- 11.11. As faixas e os percentuais de fator de desconto estão explicitados nas tabelas: Critérios de avaliação do instrumento de medição por resultado (IMR), Atribuição de pontos perdidos em função da descrição da ocorrência (IMR) e Correlação do Fator de Desconto com a Nota de Desempenho do Contrato.
- 11.12. A aplicação do fator de desconto é um procedimento ligado exclusivamente à medição dos serviços, e não elimina eventuais penalidades contratuais e previstas na lei de licitações referentes.
- 11.13. A avaliação deverá ter periodicidade mensal e será baseada em vistorias para aferição da execução do contrato, conforme critérios de ocorrências definidas na metodologia.
- 11.14. Caso seja identificada alguma ocorrência, de maneira preliminar a aplicação de alguma penalidade na nota do IMR, a fiscalização deverá dar ciência por escrito à contratada e prazo para correção das não conformidades.
- 11.15. Deve-se haver o redimensionamento do pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e demais ocorrências previstas nas tabelas, sempre que a contratada:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; e
 - c) não atender as demandas solicitadas, devidamente formalizadas, pela fiscalização.
- 11.16. Após a entrega dos relatórios e/ou esgotando o prazo para correção das não conformidades, a avaliação do IMR deve ser consolidada, pela fiscalização, em até 10 (dez) dias.
- 11.17. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto realizado mensalmente.
- 11.18. A avaliação do IMR não poderá sofrer alterações, *a posteriori*, após a finalização do processo de medição relacionado ao corrente mês.
- 11.19. Em caso de incidência continuada de redução de fator em três ocorrências consecutivas abaixo de 80 (oitenta) pontos, ou por mais de 5 (cinco) ocorrências abaixo de 80 (oitenta) pontos ao longo de um ano de prestação de serviços, poderá proceder com a notificação perante a contratada.
- 11.20. Em caso de incidência continuada de redução de fator em três ocorrências consecutivas abaixo de 50 (cinquenta) pontos, ou por mais de 5 (cinco) ocorrências abaixo de 50 (cinquenta) pontos ao longo de um ano de prestação de serviços, poderá proceder com a rescisão contratual unilateral.
- 11.21. Além da providência prevista no item anterior, também implicará na obrigatoriedade de a Superintendência Regional realizar notificações prévias e iniciar os procedimentos de aplicação de sanções previstas em lei e na Instrução Normativa DNIT nº 6, de 24 de maio de 2019.

Critérios de avaliação do instrumento de medição por resultado (IMR)

PARÂMETRO	DESEMPENHO GLOBAL DO CONTRATO
Finalidade	Buscar o nível global da qualidade dos serviços
Aferição	Condicional à verificação pelo Fiscal Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência) que detalhará a ocorrência
Periodicidade	De acordo com a rotina de execução dos serviços
Ocorrências a serem observadas	Conforme Tabela "Atribuição de pontos perdidos em função da descrição da ocorrência"
Fator de Pagamento	Pontuação máxima de 100 pontos. Descontos conforme faixa de pontuação (Tabela "Correlação do Fator de Desconto com a Nota de Desempenho do Contrato")

Atribuição de pontos perdidos em função da descrição da ocorrência (IMR)

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	INCIDÊNCIA	PONTOS PERDIDOS
-------------------------	------------	-----------------

Relatório e/ou produto entregue com baixa qualidade (Falta de completude entregues e/ou baixa qualidade técnica dos produtos)	Por notificação de cada produto não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 5 (cinco) dias úteis (onde couber)	3,0
Utilização de equipamentos obsoletos ou com mau funcionamento ou em desacordo com as especificações técnicas (se aplicável)	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 3 (três) dias úteis (onde couber)	2,0
Equipe de pessoal desqualificado para execução dos serviços (observar os itens de senioridade e competência do profissional)	Por notificação não cumprida e/ou correção não iniciada dentro de 5 (cinco) dias úteis (onde couber)	3,0
Lacuna técnica ou de prazo no atendimento de demandas avulsas	Por notificação não cumprida dentro de 5 (cinco) dias úteis (onde couber)	2,0

Correlação do Fator de Desconto com a Nota de Desempenho do Contrato

NOTA DE DESEMPENHO DO CONTRATO	FATOR DE DESCONTO (%)
$80 \leq \text{NDG} < 90$	5%
$70 \leq \text{NDG} < 80$	10%
$50 \leq \text{NDG} < 70$	15%
$\text{NDG} < 50$	20%
Nota de Desempenho do Contrato (NDC): $100 - \sum \text{Pontos Perdidos}$	
Meta da contratada: obter avaliação maior ou igual a 90 pontos: Fator de desconto = 0%	
Valor devido mensal (R\$) = Valor previsto mensal (R\$) x (1 - Fator de desconto (%))	

11.21.1. De forma semelhante, o Nível de Conformidade de Qualidade (NCQ) fundamenta-se no acompanhamento das avaliações e notas de qualidade técnica dos relatórios, atribuídas pelo Fiscal Técnico sobre cada um dos relatórios, de modo a classificá-las de 1 a 10, sendo 1 qualidade técnica insuficiente e 10 a qualidade técnica esperada.

11.21.2. Assim, propõe-se a aplicação destes indicadores da seguinte forma:

Indicador	
Indicador 01 - Nível de Conformidade de Produção - NCP	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação dos serviços de forma satisfatória, no prazo e na qualidade requerida de modo a alcançar o objetivo da contratação
Meta a cumprir	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme a meta de quantidade estipulada mensalmente pelo Gestor do Contrato.
Instrumento de Medição	Planilha de cálculo e controle.
Forma de acompanhamento	Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento dos prazos estabelecidos de execução, conforme relatórios técnicos apresentados (concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização.
Periodicidade	Inicialmente, trimestral. Ajustável conforme necessidade.
Mecanismo de cálculo	Ao final de cada trimestre será verificada a quantidade de relatórios finalizados.
Início da vigência	90 (noventa) dias após o início das atividades.
Faixa de ajuste no pagamento	Nível de Conformidade de Produção (NCP) entre 80,01% e 90,00% - 1 ponto perdido 70,01% e 80,00% - 2 pontos perdidos Abaixo de 70,00% - 3 pontos perdidos
Sanções	Conforme contrato.

Indicador	
Indicador 02 - Nível de Conformidade de Qualidade - NCQ	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme a qualidade e coerência técnica esperada, condizente com os normativos vigentes e com a boa engenharia, observando as condições contratuais.
Meta a cumprir	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades em qualidade técnica satisfatória
Instrumento de Medição	Planilha de cálculo e controle.
Forma de acompanhamento	Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento da qualidade técnica, conforme relatórios técnicos apresentados (concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização.
Periodicidade	Inicialmente, trimestral. Ajustável conforme necessidade
Mecanismo de cálculo	Ao final de cada trimestre será verificada a quantidade e proporção de relatórios finalizados com nota técnica inferior a 7.

Início da vigência	90 (noventa) dias após o início das atividades.
Faixa de ajuste no pagamento	Nível de Conformidade de Qualidade (NCQ) entre 80,01% e 90,00% - 1 ponto perdido 70,01% e 80,00% - 2 pontos perdidos Abaixo de 70,00% - 3 pontos perdidos
Sanções	Conforme contrato.

11.22. Relatórios de Avaliação

11.22.1. Assim, em cada um dos relatórios mensais entregues, deverá ser informado, de forma analítica, o percentual da execução no prazo das ações demandadas para a equipe mobilizada, com a comparação entre o prazo previsto e realizado, bem como, em relação a conformidade técnica.

11.22.2. O Fiscal Técnico ficará encarregado da avaliação mensal da qualidade do serviço, na forma do relatório proposto a seguir:

Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços	
Responsável pela avaliação:	
Período avaliativo:	
Indicador: Execução dos Relatórios Técnicos	
Atividades desenvolvidas no período	
* Relato dos fatos que ensejaram o descumprimento da conformidade técnica e dos prazos estabelecidos	
Nível de Conformidade de Produção (NCP)	Fórmula a ser aplicada $\frac{\text{Quantidade Total de Demandas Concluídas e Aceitas} \times 100}{\text{Quantidade Total de Demandas Previstas}}$
Nível de Conformidade de Qualidade (NCQ)	Fórmula a ser aplicada $\frac{\text{Quantidade Total de Relatórios com Nota} < 7 \times 100}{\text{Quantidade Total de Relatórios Concluídos}}$
<p>Notas:</p> <p><i>Os relatórios serão avaliados pelos fiscais técnicos e será atribuída nota técnica de 1 a 10, conforme qualidade técnica do documento, no qual a nota 1 indica qualidade técnica insuficiente e a nota 10 indica qualidade técnica adequada.</i></p> <p><i>(assinatura e carimbo) Fiscal Técnico</i></p>	

11.23. Faixas de Ajuste de Pagamento

11.23.1. Nesta linha, os Níveis de Conformidade devem ser averiguados para o período de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

11.23.2. Por se tratar de proposta, os parâmetros poderão de ajustados às condições reais quando da execução do contrato.

11.23.3. A aplicação concomitante dos Níveis de Conformidade resultará em uma Nota de Desempenho do Contrato (NDG).

11.23.4. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela **Nota de Desempenho do Contrato (NDC)**, resultante da soma entre os indicadores, conforme apresentado nos quadros abaixo:

Nota de Desempenho do Contrato (NCP e NCQ)	Percentuais de Desconto sobre o valor total da fatura
80<=NDG<=90	2,5%
70<=NDG<=80	5,0%
50<=NDG<=70	7,5%
NDG<=50	10,0%

11.24. Relatório Sintético de Avaliação da Qualidade do Serviço Prestado - (Mês/Ano)

Níveis de Conformidade	Total
Nível de Conformidade de Produção (NCP)	
Nível de Conformidade de Qualidade (NCQ)	
Nota de Desempenho do Contrato (NDC)	

11.25. A presente metodologia configura-se em proposta de aprimoramento dos indicadores e não extingue a possibilidade de novos estudos e de metodologias complementares para o adequado acompanhamento do Contrato.

11.26. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

11.27. Durante a execução do objeto, a fiscalização deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.28. A fiscalização deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.29. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.30. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

11.31. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.32. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.33. não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.34. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.35. Em caso de incidência continuada de redução de fator em três ocorrências consecutivas abaixo de 70% (setenta por cento), ou por mais de 5 (cinco)

ocorrências abaixo de 80% (oitenta por cento) ao longo de um ano de prestação de serviços, poderá proceder com a abertura de processão de apuração de responsabilidade.

11.36. Além da providência prevista no item anterior, também implicará na obrigatoriedade de a Superintendência Regional realizar notificações prévias e iniciar os procedimentos de aplicação de sanções previstas em lei.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. Condições de execução

12.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

12.1.2. Início da execução do objeto: 60 meses da emissão da ordem de serviço;

12.1.3. As Atividades detalhadas neste Termo de Referência expressam os serviços acessórios e complementares de assessoramento técnico por equipe multidisciplinar, prestados junto aos servidores do DNIT, conforme já descrito neste Termo de Referência, deverão sempre buscar as melhores práticas, inclusive em âmbito internacional, de forma a promover a constante evolução da qualidade dos serviços executados.

12.1.4. As atividades se darão em atendimento às demandas da SR/RR e sua(s) Unidade(s) Local(is), e serão distribuídas conforme definido pela fiscalização ou ainda por meio de sistema que vier a ser implementado, com indicação de prazo de atendimento, quando couber. A contratada deverá executar as atividades seguindo os normativos técnicos e legais em vigência, e a relação das atividades executadas no período de referência deverão compor os relatórios mensais, que serão entregues para efeito de medição e pagamento.

12.1.5. Os relatórios mensais deverão conter registro de todos os trabalhos executados pela equipe alocada no período de referência, contemplando informações que permitam à fiscalização a avaliação analítica da produtividade planejado/demandado pela SR/RR e suas Unidades Locais.

12.1.6. Em cada relatório mensal, em capítulo próprio, deverá ser informado o número de demandas registradas no período, considerando: a entrada, situação da análise e finalização.

12.1.7. Também nos relatórios mensais deverá ser informado o percentual de atendimento e o eventual desvio de produtividade, para que a fiscalização possa avaliar a aferição da nota mensal da eficiência da Contratada, considerando o disposto no Instrumento de Medição por Resultado – IMR.

12.1.8. As atividades efetivamente desempenhadas pela equipe mobilizada constituem o registro das atividades desenvolvidas e deverão integrar o relatório mensal de atividades.

12.1.9. Todos os documentos e minutas produzidos no âmbito do contrato serão inseridos (ou enviados) para ao menos um dos sistemas utilizados pela SR/RR no desenvolvimento de suas atividades cotidianas, como:

- Software/sistema para acompanhamento/controle das demandas (ex. Trello ou outro sistema que vier a substituí-lo);
- Sistema Eletrônico de Informações – SEI/DNIT (ou outro sistema que vier a substituí-lo);
- SISDNIT e seus módulos (ex: SIAC, SIPROD) (ou outro sistema que vier a substituí-lo);
- Outros sistemas utilizados pela SR/RR (ex: NPO ou outros sistemas que vierem a substituí-los);
- E-mail corporativo DNIT (ao endereço dos servidores demandantes SR/RR).

12.2. Local de Prestação dos Serviços

12.3. O futuro contrato para os serviços de “apoio, assessoramento em engenharia consultiva” contará com a alocação da equipe dos produtos na sede da Superintendência Regional do DNIT, na cidade de Boa Vista/RR, e na(s) dependência(s) do(s) escritório(s) da contratada, conforme necessidade e de acordo com a respectiva demanda de serviços e quando da mobilização.

12.4. Fica resguardado o direito da SR/DNIT/RR, conforme conveniência administrativa solicitar que as equipes se desloquem para visitas técnicas aos trechos, visando a coleta de informações pertinentes à elaboração dos produtos.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. A gestão dos serviços do contrato depende do estabelecimento e operação de um modelo de relacionamento e governança estruturado. Desta forma, as Partes se organizarão e se regerão conforme as diretrizes apresentadas abaixo:

13.7. Atores formais envolvidos no relacionamento das partes

13.7.1. Para a condução dos Serviços os seguintes atores terão papel fundamental no modelo de relacionamento e governança:

13.7.2. DNIT:

13.7.3. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente, designado para coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual;

13.7.4. Fiscal do Contrato: servidor designado para auxiliar o Gestor do Contrato quanto à verificação da conformidade técnica e administrativa da prestação dos serviços e do adimplemento das cláusulas contratuais;

13.7.5. Responsável pelo Produto: servidor designado pelo Gestor do Contrato para auxiliar o Fiscal do Contrato na análise da conformidade técnica dos serviços prestados especificamente a um Produto.

13.7.6. CONTRATADA:

13.7.7. Coordenador Geral do Contrato: profissional da contratada responsável máximo pelo contrato e pelos serviços prestados. Terão atuação direta na gestão das equipes mobilizadas para o desenvolvimento dos serviços previstos em cada um dos Produtos, atuando juntamente ao Gestor e Fiscal do Contrato do DNIT;

13.7.8. Coordenador Líder do Produto: Estes profissionais atuarão como ponto de contato junto aos prepostos designados pelo DNIT, canalizando e tratando demandas, orientações e demais comunicações inerentes à execução dos Produtos, respondendo pelo seu desempenho e pelo cumprimento do plano de execução acordados. Os Líderes de Produto deverão manter subordinação junto a Coordenação Geral do Contrato, reportando a este, as orientações e recomendações expedidas pelos fiscais do DNIT.

13.8. Modelo de Relacionamento

13.8.1. Por se tratar de uma contratação por produtos, todo o relacionamento e interação entre DNIT e CONTRATADA deve ser realizada por meio dos atores formalmente constituídos para tal, devendo ser eliminado qualquer tipo de comunicação direta com as equipes mobilizadas, se não as comunicações necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

13.8.2. O Líder do Produto, a princípio, será o canal único para recebimento de demandas e pedidos de informação quanto à execução dos produtos e demais informações correlatas. Assim, qualquer demanda, notificação, questionamento ou pedido de qualquer natureza apresentado por uma pessoa que não seja o Responsável pelo Produto ou o Fiscal do Contrato do DNIT não será considerada válida.

13.8.3. Durante a execução do contrato, o Líder do produto será o responsável por canalizar as interações com o DNIT, relativas às atividades do Produto.

13.8.4. Toda e qualquer comunicação formal emitida para a Contratada, bem como quaisquer comunicações relativas ao adimplemento contratual, deve ser remetida ao Coordenador Geral do Contrato.

13.9. Modelo de Governança

13.9.1. Como forma de coordenar, integrar e disciplinar os esforços das partes voltados à adequada execução dos serviços, bem como a harmonizá-los com os serviços prestados diretamente pelo DNIT ou por outros profissionais ou empresas contratadas, foi definido um modelo de governança apresentado abaixo:

13.9.2. Instância de Coordenação Geral do Contrato:

13.9.3. Participantes: Gestor e Fiscal (Técnico e Administrativo) do Contrato do DNIT, Coordenador Geral do Contrato;

13.9.4. Periodicidade: Mensal ou menor, quando necessário;

13.9.5. Temas a serem tratados:

13.9.6. Monitorar o progresso geral dos serviços, os principais resultados entregues, problemas e próximos passos;

13.9.7. Direcionar as ações das Partes;

13.9.8. Solucionar eventuais conflitos e deliberar sobre temas e assuntos escalados pelos líderes e fiscais de produto;

13.9.9. Discutir e deliberar sobre pleitos contratuais.

13.9.10. Todas as tratativas deverão ser devidamente registradas (email e/ou ofício e/ou ata de reunião):

13.9.11. Instância de Coordenação do Produto

13.9.12. Participantes: Responsável pelo Produto do DNIT, Líder de Produto da CONTRATADA;

13.9.13. Periodicidade: Semanal;

13.9.14. Temas a serem tratados:

13.9.15. Monitorar o progresso dos serviços do produto, avaliar os recursos mobilizados frente aos requisitos contratuais e as demandas correntes ou projetadas, discutir os principais resultados entregues, problemas e próximos passos;

13.9.16. Direcionar as ações das Partes na condução dos serviços;

13.9.17. Avaliar o desempenho dos serviços;

13.9.18. Identificar e escalar eventuais conflitos, demandas e demais temas a serem deliberados pela instância de coordenação geral do contrato.

13.9.19. Todas as tratativas deverão ser devidamente registradas (email e/ou ofício e/ou ata de reunião).

13.9.20. Instância de Execução dos Serviços

13.9.21. Participantes: Técnicos chave do DNIT e Equipe mobilizada da Contratada;

13.9.22. Periodicidade: Diária;

13.9.23. Temas a serem tratados:

13.9.24. Desenvolver os serviços demandados pelo responsável pelo produto;

13.9.25. Prover informações, documentos, ferramentas e demais insumos necessários à execução dos serviços;

13.9.26. Realizar diligências e avaliar a conformidade e qualidade dos serviços executados;

13.9.27. Prover, à fiscalização do produto, informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos a fim de subsidiar e facilitar a fiscalização.

13.9.28. Objetivos

13.9.29. As instâncias de governança apresentadas acima terão como principais objetivos:

13.9.30. A eliminação de dificuldades, conflitos e divergências entre as equipes das partes;

13.9.31. A instituição e divulgação de regras, procedimentos e métodos de trabalho, complementares e não conflitantes ao Contrato, visando o aperfeiçoamento contínuo dos trabalhos realizados;

13.9.32. A comunicação tempestiva das imperfeições e desvios apurados no decorrer da execução do contrato;

13.9.33. A identificação de possíveis aperfeiçoamentos na execução dos trabalhos;

13.9.34. A resolução de crises e emergências no curso da operação dos serviços;

13.9.35. Outras ações que vierem a ser definidas pelas partes.

13.10. Preposto

13.10.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

13.10.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação dos serviços

13.10.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

13.11. Fiscalização

13.11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.12. Fiscalização Técnica

13.12.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

13.12.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

13.12.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

13.12.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

13.12.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

13.12.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

13.12.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

13.12.8. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

13.13. Fiscalização Administrativa

13.13.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as

glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.13.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

13.14. Gestor do Contrato

13.14.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

13.14.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

13.14.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

13.14.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

13.14.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

13.14.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

13.14.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Descumpridas as obrigações e condições da licitação/contratação previstas neste Termo de Referência, e/ou, no Edital, e/ou no Contrato, serão aplicadas as penalidades conforme hipótese e gradação descritas nos artigos 155, 156 e ss. da Lei nº 14.133, de 2021; aplicável, no que cabível, a Instrução Normativa DG/DNIT nº 06, de 2019 com as alterações efetivadas pela Instrução Normativa DG/DNIT nº 10, de 22 de agosto 2019 e pela Instrução Normativa DG/DNIT nº 52, de 03 de agosto de 2021; e eventuais alterações ou edições subsequentes, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.dnit.gov.br/instrucoes-normativas/instrucoes-normativas>.

14.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a LICITANTE/CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3. Serão aplicadas à LICITANTE/CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

- a) Moratória de 0,33% (trinta a três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- c) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 19.2, a multa será de 5% do valor do Contrato;

Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do subitem 19.2, a multa será de 15% do valor do Contrato;

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 19.2, de 20% do valor do Contrato;

Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do subitem 19.2, a multa será de 3% do valor do Contrato;

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 19.2, de 1% a 5% do valor do Contrato.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. As sanções previstas nos subitens I, II, III do item anterior, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data

do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos contratualmente ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.13. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.15. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nºs 26, de 13 de abril de 2022

15. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Regras Gerais

15.1.1. Em sendo vencedora da licitação, empresa isoladamente ou consórcio de empresas que sejam detentoras ou em fase de celebração de contrato com a SEDE do DNIT e/ou a Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima, de Serviços de Supervisão, Projetos, Apoio ou Gerenciamento, ou de Coordenação Técnica, ou de execução de Obras, o DNIT Sede ou a Superintendência **não homologará o resultado em favor da empresa ou consórcio;**

15.2. Limitação à acumulação de assessoramentos na Sede e Superintendências Regionais

15.2.1. Em observância aos princípios da segregação de funções, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021), recomenda-se que a contratação de empresas ou consórcios para prestação de serviços de assessoramento técnico junto ao DNIT seja estruturada de forma a minimizar conflitos de interesse, assegurar a independência técnica, evitar a concentração excessiva de atividades em um único prestador, preservar a segregação operacional e garantir a efetividade da fiscalização contratual. Assim, fica estabelecido que a mesma empresa ou consórcio não execute, simultaneamente, serviços de assessoramento idênticos ou correlatos junto à Sede e às mesmas Superintendências Regionais, quando houver risco de sobreposição de informações sensíveis ou de autorrevisão de pareceres. Na hipótese de uma empresa ou consórcio sagrar-se vencedor em certames distintos envolvendo a Sede e Superintendências Regionais com risco de conflito de interesse, deverá optar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, por apenas um dos contratos, sendo a escolha fundamentada e comunicada formalmente à Administração.

15.2.2. A Administração poderá avaliar caso a caso a compatibilidade da prestação de serviços em diferentes unidades, considerando a natureza técnica dos assessoramentos e o potencial impacto sobre a independência das análises e fiscalização contratual.

15.2.3. Durante o período de vigência do contrato decorrente do presente Termo de Referência, a empresa que vier a ser contratada estará impedida de prestar à Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima, serviços relativos a Gerenciamento, ou de Coordenação Técnica, ou de Supervisão, ou de Projetos ou de execução de Obras.

15.2.4. No caso de edital que contemple mais de um lote, a empresa ou consórcio de empresas poderá participar de quantos lotes forem do seu interesse, desde que a equipe de profissionais indicada seja distinta para cada lote que concorrer.

15.3. Regime de Execução

15.3.1. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE PRODUTO, por se tratar da execução de serviço por preço certo de unidades determinadas.

15.4. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

15.4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por TÉCNICA E PREÇO.

15.4.2. De acordo com a [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#):

"Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

- verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;*
- atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;*
- atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o [§ 3º do art. 88 desta Lei](#) e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)."*

15.4.3. Em alusão ao Inciso III, o artigo 88 da Lei nº 14.133/2021 também dispõe:

"Art. 88. Ao requerer, a qualquer tempo, inscrição no cadastro ou a sua atualização, o interessado fornecerá os elementos necessários exigidos para habilitação previstos nesta Lei.

(...)

*§ 3º A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas **será avaliada pelo contratante**, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.*

*§ 4º A anotação do cumprimento de obrigações pelo contratado, **de que trata o § 3º deste artigo, será condicionada à implantação e à regulamentação do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, apto à realização do registro de forma objetiva**, em atendimento aos princípios da impessoalidade, da igualdade, da isonomia, da publicidade e da transparência, de modo a possibilitar a implementação de medidas de incentivo aos licitantes que possuírem ótimo desempenho anotado em seu registro cadastral." (destaques nossos).*

15.4.4. Assim, considerando a ausência de regulamentação do dispositivo no PNCP e a condicionante emanada pela legislação, não está apto a ser aplicado o Inciso III do Artigo 37 da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.

15.4.5. Desta maneira, a documentação constante da proposta a ser apresentada pelas licitantes deverá atender aos requisitos dispostos nos itens a seguir.

15.5. Da verificação da Capacidade Operacional e Experiência do Licitante

15.5.1. A verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados, se dará por meio da análise de certidões e/ou atestados apresentados, regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou

regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, relacionados a serviços compatíveis com o objeto da contratação executados pela empresa.

15.5.2. Cada licitante poderá apresentar a quantidade de até 02 (dois) certidões e/ou atestados, os quais deverão ser compatíveis com as exigências do quadro abaixo:

Tabela 1 - Habilitação técnico-operacional do licitante.

Item	Exigências	Valores Mínimos a Serem Comprovados		Quantidade Máxima de Atestado
a.1	<u>Tipos de Contrato:</u> Gerenciamento ou Apoio Técnico ou Assessoria Técnica ou Suporte Técnico ou Coordenação Técnica ou Gestão de Programas ou Governança.	Valor monetário	R\$ 388.719.517,92 (trezentos e oitenta e oito milhões, setecentos e dezenove mil, quinhentos e dezessete reais e noventa e dois centavos)	-
	<u>Escopos contratuais:</u> Prestação de serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou assessoria ao gerenciamento de Programas e/ou Empreendimentos de obras de infraestrutura rodoviária			
a.2	<u>Tipos de Contrato:</u> Gerenciamento ou Apoio Técnico ou Assessoria Técnica ou Suporte Técnico ou Coordenação Técnica ou Gestão de Programas ou Governança.	Extensão Rodoviária	757,35 km	-
	<u>Escopos contratuais:</u> Prestação de serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou assessoria ao gerenciamento de Programas e/ou Empreendimentos de obras de infraestrutura rodoviária contemplando a metodologia BIM.			
a.3	<u>Tipos de Contrato:</u> Gerenciamento ou Apoio Técnico ou Assessoria Técnica ou Suporte Técnico ou Coordenação Técnica ou Gestão de Programas ou Governança.	Competência Técnica		01
	<u>Escopos contratuais:</u> Prestação de serviços de assessoramento e/ou gerenciamento, no âmbito da infraestrutura de transportes, no qual tenha apoiado a definição de metas, planos estratégicos, mapeamento de ambiente e avaliação de riscos, conforme diretrizes das metodologias COSO ou COBIT.			
a.4	<u>Tipo de Contrato:</u> Gerenciamento ou Apoio Técnico ou Assessoria Técnica ou Suporte Técnico ou Coordenação Técnica ou Gestão.	Extensão Rodoviária	757,35 km	-
	<u>Escopo Contratual:</u> Elaboração e/ou análise de projetos básicos ou executivos ou anteprojetos com escopo de duplicação, e/ou de adequação de capacidade, e/ou de implantação e pavimentação, e/ou de construção, e/ou de restauração, e/ou conservação/recuperação de rodovias, contemplando ainda projetos de contenções de taludes e/ou encostas e/ou obras de arte especiais (pontes e viadutos).			
a.5	<u>Tipo de Contrato:</u> Elaboração de Projetos ou Anteprojetos ou Análises de Projetos ou Consultoria Especializada ou Gerenciamento ou Apoio Técnico ou Assessoria Técnica ou Coordenação Técnica ou de Gestão ou de Governança	Extensão	757,35 km	-

	Escopo Contratual: Elaboração e/ou análise de estudos ambientais incluindo apoio na elaboração e/ou elaboração e/ou análise de estudos de desapropriação de obras de infraestrutura.	Rodoviária		
a.6	Tipo de Contrato: Supervisão ou Gerenciamento ou Apoio Técnico ou Assessoria Técnica ou Suporte Técnico ou Coordenação Técnica ou Gestão. Escopo Contratual: Gestão ambiental ou elaboração e/ou análise de estudos ambientais incluindo apoio na elaboração e/ou análise de estudos e/ou projetos ambientais e o acompanhamento de procedimentos voltados para o licenciamento ambiental	Extensão Rodoviária	757,35 km	-

15.5.3. Uma vez atendida a exigência do subitem anterior, a licitante estará habilitada operacionalmente. Já no caso de a exigência não ser atendida, a licitante estará desclassificada.

15.5.4. Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o licitante ou o responsável técnico indicado, tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual foi emitido o atestado;
- Contrato firmado entre contratado principal e licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA;
- No caso do Responsável Técnico, a comprovação se dará por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado ou certidão;

15.5.5. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na verificação de sua qualificação técnica:

- Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

15.5.6. Deverão ser observadas na apresentação da(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, sempre que aplicável, as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Nome do profissional;
- Localização do serviço (rodovia, trecho, subtrecho, extensão ou local de execução do estudo ou projeto);
- Serviços executados.

15.5.7. O atestado ou certidão ou declaração que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.

15.5.8. Também deverão compor a documentação constante da proposta técnica:

- Certidão comprobatória de inscrição ou registro da licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou em outro conselho competente, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação;
- Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos, veículos e recursos humanos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão devidamente disponíveis quando da contratação. Esses equipamentos, veículos e profissionais estarão sujeitos à vistoria pela Superintendência Regional, por ocasião da contratação e sempre que necessário.
- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.6. **Proposta Técnica com notas a quesitos de natureza qualitativa**

15.6.1. Seguindo os preceitos dispostos no parágrafo II do Artigo nº 37 da Lei nº 14.133/2021, a estruturação da proposta técnica pelo licitante deverá compor os seguintes grupos:

- Qualificação das equipes técnicas (NQT);
- Metodologia e o Programa de Trabalho (MPT)
- Demonstração de conhecimento do objeto (NCO); e
- Descrição dos produtos que serão entregues (NDP).

15.6.2. Na apresentação da proposta técnica, caso haja marcação de escolhas solicitadas duplas ou múltiplas ou ainda, nenhuma marcação realizada, serão desconsiderados para fins de pontuação e julgamento quaisquer pontuações ao quesito em avaliação, não sendo considerado o quesito na proposta técnica da licitante.

16. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA AFETA À QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA (NQT)

16.1. Para a avaliação da capacidade dos profissionais as empresas deverão comprovar por meio da apresentação de atestados e/ou certidões, regularmente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados no conselho profissional competente, que os profissionais indicados para as funções de Engenheiro Coordenador-Geral, Engenheiro Sênior - Obras, Engenheiro Sênior - Planejamento e Projetos e Engenheiro Pleno - Meio Ambiente e Desapropriação atendem às exigências do quadro a seguir:

Tabela - Critérios de habilitação técnico profissional e avaliação da qualificação da equipe técnica.

Qualificação Técnico-profissional (NQT)				
Categoria Profissional	Número de profissionais	Código	Serviços Requeridos	Atestação Acrescida pontuação e número de atestados

Coordenador Geral	1	P8061	Engenheiro civil, com experiência comprovada de 10 (dez) anos na função de coordenador ou responsável técnico por serviços de consultoria de projetos e/ou obras de infraestrutura rodoviária para Programas e/ou empreendimentos de obras de duplicação, e/ou adequação de capacidade, e/ou implantação e pavimentação, e/ou construção, e/ou restauração, e/ou conservação/recuperação de rodovias, onde se incluam obras de arte especiais, contenções e aspectos de segurança viária e tenham sido executados, além do acompanhamento da execução das obras, a elaboração ou análise ou revisão de projetos.	40 pontos
Engenheiro Sênior - Obras	1	P8067	Engenheiro civil, com experiência comprovada de 10 (dez) anos na função de responsável técnico ou coordenador ou gerente ou supervisor de serviços de apoio e/ou assessoria técnica e/ou suporte técnico ao gerenciamento ou gestão ou supervisão de obras de infraestrutura rodoviária, abrangendo obras de duplicação, e/ou adequação de capacidade, e/ou implantação e pavimentação, e/ou construção, e/ou restauração, e/ou conservação/recuperação de rodovias, contemplando obras de arte especiais, obras de contenções/estabilização de taludes, implantação de dispositivos de segurança e implantação e/ou operação de sistema informatizado de gestão de obras.	20 pontos
Engenheiro Sênior - Planejamento e Projetos	1	P8067	Engenheiro civil, com experiência comprovada de 10 (dez) anos na função de coordenador técnico ou gerente ou chefe de equipe por serviços de consultoria de infraestrutura rodoviária em que estejam contemplados o planejamento e/ou a elaboração ou análise ou revisão de estudos e/ou projetos rodoviários, contemplando ainda: <ul style="list-style-type: none"> • elaboração /ou análise de Estudos e/ou anteprojetos e/ou projetos de engenharia rodoviária*; • atividades de assessoramento e/ou gerenciamento*; • metodologia BIM*. 	20 pontos
Engenheiro Sênior - Meio Ambiente	1	P8059	Engenheiro civil ou ambiental, com experiência comprovada de 10 (dez) anos na função de responsável técnico ou coordenador ou gerente ou supervisor de serviços de consultoria de projetos de infraestrutura, contemplando apoio: <ul style="list-style-type: none"> • na elaboração ou análise de Estudos de Meio Ambiente e/ou Projetos de Meio Ambiente, abrangendo EIA/RIMA ou PCA – Plano de Controle Ambiental ou PBA - Plano Básico Ambiental e PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas*; • - em obras de infraestrutura, contemplando gestão ambiental das condicionantes constantes das licenças ambientais*. 	10 pontos
Engenheiro Pleno - Desapropriação	1	P8066	Engenheiro civil, com experiência comprovada de 05 (cinco) anos na função de responsável técnico ou coordenador ou gerente ou supervisor de serviços de consultoria de projetos de infraestrutura, contemplando apoio: <ul style="list-style-type: none"> • elaboração de Projetos de Duplicação ou Adequação de Capacidade ou Restauração ou de Implantação ou Estudos de Viabilidade ou de Anteprojetos ou de Planejamento de Empreendimentos no âmbito rodoviário em que estejam contemplados o projeto de desapropriação*. 	10 pontos

16.1.1. * Para os profissionais indicados nas categorias de Engenheiro Sênior – Planejamento, Engenheiro Sênior – Meio Ambiente e Engenheiro Pleno – Desapropriação, a comprovação das experiências específicas exigidas (tais como atuação com metodologia BIM, Estudos ambientais ou projetos desapropriatórios) **não está condicionada à quantidade de anos de atuação com o respectivo tema**, mas sim à demonstração de competência técnica por meio de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**. Assim, admite-se que a experiência específica tenha sido adquirida em qualquer período da trajetória profissional do candidato, desde que regularmente registrada por meio de CAT válida e aderente ao conteúdo exigido.

16.1.2. A comprovação da Capacidade Profissional dos Técnicos indicados pela licitante que apresentará proposta, se deve ao fato de que para cada uma das respectivas categorias profissionais requeridas, o profissional deverá comprovar que tenha aprimorado conhecimento para supervisionar e dar apoio à fiscalização às demandas de trabalhos incluídos no objeto a ser contratado, o que somente é obtido quando este(s) profissional(is) exerceu(ram) as atividades exigidas acima.

16.1.3. Para efeito da presente contratação, conforme o tempo de experiência profissional em conformidade com as exigências da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, instituída pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020., o tempo de experiência exigido para cada um será de:

- Mais de 10 (dez) anos para os profissionais Engenheiro Coordenador-Geral, Engenheiro Sênior - Obras, Engenheiro Sênior - Planejamento e Projetos;
- Mais de 5 (cinco) anos para o profissional Engenheiro Pleno - Meio Ambiente e Desapropriação; e
- Até 5 (cinco) anos para o profissional Engenheiro Júnior.

16.1.4. Assim, Além de satisfazerem às exigências dispostas no quadro acima, os profissionais Engenheiro Coordenador-Geral, Engenheiro Sênior - Obras, Engenheiro Sênior - Planejamento e Projetos e Engenheiro Pleno - Meio Ambiente e Desapropriação deverão comprovar o tempo de experiência profissional em conformidade com as exigências da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT.

16.1.5. Para fins de comprovação do tempo de experiência, serão levados em consideração os períodos em que os profissionais atuaram como Engenheiros Civis na área de infraestrutura rodoviária, independentemente de escopos contratuais ou funções exercidas.

16.1.6. O tempo de experiência deverá ser comprovado por meio da apresentação atestados e/ou certidões.

16.1.7. Além dos profissionais compor requisito obrigatório para fins de habilitação profissional, de finalidade eliminatória, conforme todos os atestados apresentados, os profissionais também serão avaliados conforme qualificação da equipe técnica profissional, mediante atribuição de pontuação quanto ao critério avaliativo da proposta técnica, compondo quesitos para pontuação da Qualificação Técnico Profissional (NQT).

17. DA PROPOSTA TÉCNICA AFETA À METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO (MPT)

17.1. Para possibilitar a avaliação do conhecimento e capacidade das licitantes na abordagem dos itens acima, as empresas deverão incluir em suas propostas técnicas documento a ser elaborado em conformidade com as orientações dos itens a seguir, levando em consideração ainda este Termo de Referência como um todo, o conhecimento a respeito da localidade onde os serviços serão prestados, os normativos aplicáveis ao DNIT e as leis, decretos e jurisprudências em vigor.

17.2. Para demonstrar conhecimento sobre o objeto da presente licitação, as licitantes deverão discorrer, no que tange à Metodologia e o programa de trabalho, assuntos relativos aos seguintes eixos e temas descritos no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	QUESITOS E PONTUAÇÃO	Nº MÁXIMO DE PÁGINAS
Metodologia e Programa de Trabalho (MPT)		25
Organização e logística das atividades; dimensionamento; responsabilização; recursos materiais e humanos; interrelação com os produtos entregues; sustentabilidade		
Descrição da metodologia - atividades a serem desenvolvidas, destacando responsabilidades e relações institucionais	Descrever e discorrer de forma clara e adequada sobre os itens	15
	Total do item = 5,0 pontos	
Descrição do plano de trabalho	Indicar Plano de Trabalho completo, detalhado, com cronograma coerente, clareza nas metas, integração entre atividades e resultados e aderência aos objetivos do TR	
	Total do item = 5,0 pontos	
Dimensionamento dos recursos humanos e materiais, processos, ferramentas de apoio e interrelações na elaboração dos produtos	Equipe técnica qualificada, processos claramente definidos, uso de ferramentas adequadas e integração fluida entre as fases de trabalho	
	Total do item = 5,0 pontos	
Apresentação de matriz de responsabilidades	Apresentar com clareza de funções, coerência entre atividades e responsáveis	
	Total do item = 5,0 pontos	
Apresentação de cronograma de permanência da equipe	Descrição com alocação por profissional/função, carga horária/mês clara, aderente ao plano de trabalho e à complexidade dos produtos.	
	Total do item = 5,0 pontos	
Regras de compartilhamento de profissionais		
Produtos passíveis de compartilhamento	Indicar e discorrer quais Produtos poderão ter profissionais compartilhados	10
	Total do item = 10,0 pontos	
Descrição da situação na qual o compartilhamento é possível	Descrever e discorrer sobre a situação de compartilhamento	
	Total do item = 10,0 pontos	
Pontuação Máxima MPT = 45,00 pontos		

18. DA PROPOSTA TÉCNICA AFETA À DEMONSTRAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO (COB)

18.1. Para demonstrar conhecimento sobre o objeto da presente licitação, a qual incidirá em pontuação máxima de 40 pontos e número máximo de páginas a ser apresentado pelo licitante alusivo ao conhecimento do objeto na sua proposta técnica de 50 (cinquenta) páginas as licitantes deverão discorrer sobre os seguintes assuntos:

18.2. A qualificação da equipe técnica deverá atender às exigências da Tabela mostrada a seguir, sendo atribuída a pontuação mostrada na mesma tabela:

DESCRIÇÃO	QUESITOS E PONTUAÇÃO	Nº MÁXIMO DE PÁGINAS
Conhecimento do Objeto (COB)		15
Conhecimento sobre a abrangência do objeto		
Estrutura organizacional, institucional e física da SRE/RR	Discorrer com propriedade e a devida profundidade sobre a estrutura da SRE/RR, suas atribuições e interfaces com agentes locais e como a SEDE	
	Total do item = 5,0 pontos	

Programas do DNIT afetos ao Estado de Roraima	Discorrer com propriedade e a devida profundidade sobre os programas do DNIT em implementação e outros passíveis de serem implementados que estarão sujeitos aos serviços de Apoio a serem contratados	5
	Total do item = 5,0 pontos	
Atividades de engenharia consultiva abrangidas	Discorrer com propriedade as atividades afetas aos Produtos a serem fornecidos durante a execução dos serviços.	
	Total do item = 5,0 pontos	
Conhecimento sobre a malha rodoviária do estado de Roraima		5
Ações de projeto, construção e manutenção em andamento	Apresentar e discorrer de forma adequada sobre as informações constantes do Atlas da Manutenção Rodoviária do DNIT, referentes ao Estado de Roraima e também das ações de Construção	
	Total do item = 5,0 pontos	
Condições atuais das rodovias	Apresentar e discorrer de forma adequada sobre as informações constantes do Mapa de Condição da Manutenção do DNIT para o Estado de Roraima	
	Total do item = 5,0 pontos	
Conhecimento sobre o arranjo institucional das atuações dos organismos de gestão ambiental no Estado de Roraima		
Definição dos agentes	Descrever e discorrer corretamente sobre os agentes e seus níveis de atuação	
	Total do item = 5,0 pontos	
Estado da arte dos licenciamentos intervenções	Descrever e discorrer corretamente a situação dos licenciamentos afetos às intervenções	
	Total do item = 5,0 pontos	
Normativos vigentes	Descrever e discorrer sobre os normativo vigentes nas áreas afetadas pelas intervenções	
	Total do item = 5,0 pontos	
Pontuação Máxima COB = 40,00 pontos		

19. DA PROPOSTA TÉCNICA AFETA À DEMONSTRAÇÃO DA DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS QUE SERÃO ENTREGUES (DPR)

19.1. Para a proposta técnica afeta à demonstração da descrição dos produtos que serão entregues pelo licitante, cuja pontuação somará ao grupamento referente à nota da descrição dos produtos (DPR) na equação objetiva da avaliação da proposta técnica, deverão discorrer acerca de conhecimento sobre os produtos que serão entregues escopo da presente licitação.

19.2. Para tanto, incidirá em pontuação máxima de 15,00 pontos e número máximo de páginas a ser apresentado pelo licitante na sua proposta técnica condizente a este tema de 10 (dez) páginas. Com estas condições, as licitantes deverão discorrer sobre os seguintes assuntos:

DESCRIÇÃO	QUESITOS E PONTUAÇÃO	Nº MÁXIMO DE PÁGINAS
Descrição dos Produtos a serem entregues (DPR)		10
Características dos Produtos, esforços envolvidos, programação necessária e frequência		
Produtos a serem elaborados	Apresentar de forma clara e detalhada a elaboração dos produtos	5
	Total do item = 4,0 pontos	
Caracterização coerente com o proposto na metodologia em termos de equipe, frequência	Demonstrar total alinhamento entre a metodologia, a equipe prevista (funções, competências, dedicação) e a frequência das atividades	
	Total do item = 4,0 pontos	
Requisitos de medição e pagamento por produto		
Produtos mensais e regras para equipe	Apresentar a descrição correta dos Produtos com mobilização mínima exigida	
	Total do item = 4,0 pontos	
Requisitos de medição e pagamento	Discorrer sobre a descrição dos requisitos de medição e pagamento	
	Total do item = 3,0 pontos	
Pontuação Máxima DPR = 15,00 pontos		

19.3. Em relação ao número máximo de páginas, caso o licitante ultrapasse o número limite para qualquer item do COB (Conhecimento do Objeto), MPT (Metodologia e Programa de Trabalho) e DPR (Descrição dos Produtos a serem entregues) será avaliado o conteúdo até o limite do número de páginas e o licitante também será penalizado em 50,0% (cinquenta) no valor total do item. A título de exemplo, caso o licitante ultrapasse o limite de páginas para o item Condições atuais das rodovias, o valor máximo que o licitante poderá alcançar para este item será de 1,5 pontos (3,0 x 50,0%). Podendo ser uma nota ainda menor, caso o conteúdo apresentado não atenda a todos os requisitos técnicos necessários.

20. DA AVALIAÇÃO E NOTA FINAL OBJETIVA AOS QUESITOS DE NATUREZA QUALITATIVA (NFT)

20.1. Para o cálculo da Nota Final Técnica (NFT), conforme a obtenção da pontuação total geral dos licitantes, considerando o lançamento da pontuação relativa à

pontuação Qualificação das equipes técnicas (NQT); Demonstração de conhecimento do objeto (CBO); Metodologia e Programa de Trabalho (MPT); e Relação dos produtos que serão entregues (DPR), será obtida através da equação a seguir:

$$NFT = \frac{0,3 \times NQT + 0,7 \times (COB + MPT + DPR)}{100}$$

20.2. Serão inabilitadas as PROPOSTAS TÉCNICAS que:

20.2.1. Não obtiverem pontuação em pelo menos um dos profissionais do item de QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA; ou

20.2.2. Obtiverem menos que 50% da pontuação no item CONHECIMENTO DO PROBLEMA ou no item METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO ou no item DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES; ou

20.2.3. Obtiverem Nota Final (NFT) menor do que 70.

20.3. PROPOSTA DE PREÇOS

20.3.1. Todas licitantes deverão apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e as composições de preços unitários, conforme planilhas constantes do Orçamento Referencial elaborado pelo DNIT, para efeito de avaliação de exequibilidade, de sobrepreço ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)) e para determinação da nota relativa à proposta de preço;

20.3.2. Com base nas planilhas que compõem o orçamento referencial, apresentadas pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima e incluídas no presente Termo de Referência, as consultoras apresentarão suas propostas de preços para cada produto e subproduto, por meio do preenchimento de todas as planilhas integrantes do orçamento referencial;

20.3.3. Para que seja mantida a isonomia na licitação, as quantidades previstas de profissionais, equipamentos e demais itens constantes das composições do Orçamento Referencial do DNIT deverão ser integralmente mantidos nas planilhas que comporão o orçamento a ser proposto pelas licitantes;

20.3.4. Os valores salariais da proposta deverão corresponder a uma jornada de trabalho de 44 horas semanais;

20.3.5. Não deverão constar nas propostas valores de mão-de-obra abaixo dos pisos salariais estabelecidos pelos Conselhos de Classes e/ou Convenções Coletivas;

20.3.6. Não deverão constar nas propostas valores globais e/ou preços unitários superiores aos estimados pelo DNIT;

20.3.7. Conforme já disposto no presente Termo de Referência, **as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração serão declaradas inexequíveis pela Administração pública.**

20.3.8. A nota a ser atribuída à proposta de preço será calculada mediante a seguinte equação:

$$NPF = 100 \times \left(\frac{\text{Média das Propostas}}{\text{Preço do Licitante}} \right) \times \left(1 - \alpha + \alpha \times \left(\frac{\text{Média das Propostas}}{\text{Preço do Licitante}} \right) \right)$$

Onde:

NPF: Nota a ser atribuída à proposta de preço n (**valor limite superior estabelecido em 100,0 pontos**); Média das Propostas: média dentre as propostas pelas licitantes que não foram declaradas inexequíveis; Preço Proposta: preço referente à proposta n.

$\alpha = 0,5$

20.4. Critérios de Aceitabilidade das PROPOSTAS DE PREÇOS

20.4.1. Empresa isoladamente ou consórcio de empresas ou ainda subcontratada, que sejam detentoras de contratos de: gerenciamento, ou supervisão de obras, ou de supervisão operações, ou de supervisão/gerenciamento ambiental, ou coordenação técnica, ou de assessoramento técnico, ou empresa de elaboração de anteprojeto/projetos Básico e Executivos (mesmo que este contrato tenha se dado pelo DNIT Sede) e ainda de execução de obras com contratos nos segmentos das rodovias objeto desta licitação no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Roraima, NÃO poderão participar do presente certame, ou ainda esta Superintendência NÃO homologará o seu resultado em favor da empresa ou consórcio que se enquadrar nas condições deste parágrafo.

20.4.2. Durante o período de vigência do contrato, a empresa que vier a ser contratada para executar os serviços objeto da presente licitação estará **IMPEDIDA** de prestar a execução de serviços relativos a quaisquer ações pertencentes à contratos de consultoria, como por exemplo: gerenciamento, ou supervisão de obras, ou supervisão ambiental, ou coordenação técnica, ou de assessoramento técnico, ou de elaboração de projetos e de execução de obras, junto à Superintendência Regional no Estado de Roraima.

20.4.3. O prazo de validade das propostas é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

20.4.4. A proposta compreende a descrição dos serviços que serão executados, o Preço Unitário por Produto, devendo ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência.

20.4.5. É **OBRIGATÓRIA** a apresentação da planilha da proposta de preços (em formato aberto) devidamente preenchida pela licitante, preservando toda a estrutura original do Orçamento Referencial.

20.4.6. O desconto ofertado, por produto, deverá ser estendido aos eventuais futuros termos aditivos.

20.4.7. Relativamente à Unidade de Despesa UD 01 (Produto 08), UD 02 (Produto 09) e UD 03 (Produto 10), as empresas licitantes deverão apresentar em suas propostas de preços os mesmos valores unitários constante do Resumo do Orçamento Referencial do DNIT, para fins de permitir igualdade de condições na participação da licitação. Quando solicitada a apresentação da proposta de preços adequada ao desconto oferecido, a licitante deverá (com exceção dos produtos 08, 09 e 10 - o qual deverá ser apresentado com o mesmo valor do orçamento de referência) - linearizar o desconto a todos os demais produtos constantes da planilha resumo sob pena de desclassificação. Portanto, deve ser respeitado o **critério de Linearidade**.

20.4.8. Para o cálculo do desconto linear a licitante deverá excluir deste cômputo o valor dos produtos 08, 09 e 10, observando o percentual de desconto ofertado sobre os demais itens. Após este passo, deve adicionar ao final, o valor dos produtos 08, 09 e 10, para obtenção do valor final de desconto da proposta.

20.4.9. O desconto linear descrito no item anterior será observado em relação ao preço dos produtos contidos na planilha resumo, com exceção aos Produtos 08, 09 e 10, não se aplicando à cada item componente das CPU ou composições auxiliares, os quais devem, contudo, ser compatíveis com os valores mínimos legais e/ou preços de mercado.

20.4.10. A linearidade do desconto prevista para os produtos 01 ao 07, as licitantes deverão apresentar o desconto linear em valores percentuais, com pelo menos 2 casas decimais, após a vírgula.

20.4.11. As composições de preços dos produtos e subprodutos que compõem o Orçamento Referencial da presente contratação tiveram seus dimensionamentos (produtividades, quantidade de profissionais e equipamentos e demais itens constantes das composições) baseados em rendimentos médios verificados em produtos e serviços prestados em contratações similares do DNIT ao longo dos anos. Assim, na determinação do preço a ser proposto para cada produto, as licitantes deverão levar em consideração os riscos e variáveis que são inerentes à prática das atividades de cada um deles e ter ciência de que, independentemente dos preços ofertados, as atividades de cada produto serão plenamente exigidas.

20.4.12. Fica expressamente estabelecido que nos preços unitários estejam inclusos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

20.4.13. Serão consideradas **inexequíveis** as propostas que apresentarem valores de mão-de-obra abaixo dos pisos salariais estabelecidos em lei, definidos pelos Conselhos de Classes bem como aqueles estabelecidos em Convenções Coletivas das respectivas categorias profissionais com vigência no local da prestação dos serviços. Observar também que a tabela de Mão de Obra - FGV, constante na Planilha do Orçamento Referencial é um indicador para balizamento no que tange ao valor máximo para cada posto de trabalho. Contanto que haja nas convenções coletivas algum(s) valor(es) salarial(is) que estabeleça(m) um piso superior ao da Tabela de Mão-de-obra da FGV, exclusivamente neste(s) caso(s), poderá(ão) haver a(s) correção(ões) do salário(s) acima da referência da tabela de salários da FGV.

20.4.14. Quanto aos salários dos profissionais, as seguintes considerações devem ser consideradas pelos LICITANTES:

· Observar os valores salariais abrangidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com abrangência no Estado de Roraima e vigência em consonância com a data-base do orçamento referencial.

- NÃO serão aceitas a indicação de outras CCTs que não se enquadrem nas indicadas anteriormente ou ainda de outros municípios ou estados.
- Para efeito da proposta deverá ser observado o que dispõe na CCT aplicável, que abrange a atividade preponderante da futura CONTRATADA, bem como pelo fato de que as atividades serão desenvolvidas em Roraima.
- O salário base dos postos de trabalho não poderá ser menor que o piso salarial da categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT;
- O salário base do posto de trabalho (salário + encargos) não poderá ser superior àquele indicado no Orçamento Referencial;
- No caso em que não houver convenção coletiva, para fins de isonomia das propostas, DEVERÁ ser respeitado os salários constantes na planilha do orçamento referencial;

· Caso não seja previsto o valor do vale alimentação ou vale refeição em alguma CCT, o LICITANTE DEVERÁ preservar o valor deste item, em outros termos, significa manter o valor exatamente conforme indicado no orçamento referencial, para fins de manter o princípio da isonomia entre as proponentes. Caso a proponente ofereça desconto para este item, e fique evidenciado o desrespeito ao critério supracitado, o LICITANTE estará sujeita à desclassificação de sua proposta.

- As propostas que não atenderem aos critérios supracitados estarão sujeitas à desclassificação.
- Para fins de isonomia, os LICITANTES, independentemente do(s) sindicato(s) a(s) qual(is) esteja(m) vinculada(s), para fins de isonomia das propostas, deverão seguir as convenções citadas neste Termo de Referência.

20.4.15. Cabe ressaltar que para os engenheiros deverá ser observada a jornada de 44 horas semanais (não será permitida a alocação de engenheiros com jornada semanal menor que 44 horas), em conformidade com o preconizado na Tabela de Consultoria do DNIT. O não atendimento ao piso mínimo, resultará na desclassificação da Proposta da Proponente.

20.4.16. Considerando a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com níveis diversos de experiência, a CONTRATADA, para a definição das faixas salariais de todos os profissionais abrangidos por este Termo de Referência, deverá obedecer aos percentuais de diferenças entre os níveis de experiência contemplados nos postos para a categoria dos engenheiros. O orçamento de referência adotou as premissas de níveis funcionais, de acordo com o tempo de experiência da mão de obra técnica especializada, estabelecidos na Nova Tabela de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020 da seguinte forma:

20.4.17. Engenheiro Civil Coordenador: Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT ($= 1,469313 \times \text{salário do engenheiro - júnior}$);

20.4.18. Para todos os profissionais de nível superior, deve ser respeitado o cálculo da senioridade de forma análoga ao do Engenheiro Coordenador.

20.4.19. A valoração dos salários para profissionais de nível superior DEVE observar a senioridade, sob pena de desclassificação da proposta da Proponente. Portanto, os LICITANTES devem respeitar o **critério de Senioridade** para os salários dos profissionais de nível superior.

20.4.20. Os Encargos Sociais adotados pelo DNIT no orçamento referencial são aqueles estabelecidos pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020. Cabe ainda destacar os seguintes aspectos:

- As LICITANTES deverão apresentar o detalhamento dos encargos sociais atendendo a legislação vigente, bem como os acordos e convenções coletivas que regulamentem a atividade de Consultoria, não sendo obrigatório adotar os mesmos percentuais estabelecidos pelo DNIT na composição dos Encargos Sociais;
- Caberá a contratada, assegurar aos integrantes da equipe, a garantia das obrigações previstas em lei, quanto aos encargos sociais obrigatórios (Grupo A), décimo terceiro, férias, reincidências e eventuais custo(s) com o(s) desligamentos) do(s) colaborador(es);
- Para a confecção de sua proposta de preço, no dimensionamento dos Encargos Sociais, caberá a contratada, assegurar que na ausência de qualquer colaborador, por qualquer razão, haverá a reposição do colaborador ausente, nas mesmas condições de contratação já explicitadas neste Instrumento Convocatório, bem como consta na Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020;
- Os encargos sociais para a mesma categoria, independentemente da senioridade não poderão variar entre si, ou seja, os encargos a serem considerados pela proponente para o profissional sênior DEVE ser o mesmo para o profissional júnior, por exemplo. Obs: este entendimento não cabe aos encargos complementares.
- Para fins de isonomia no processo de análise da(s) proposta(s), o LICITANTE deverá obedecer a estrutura e metodologia de cálculo dos Encargos Sociais disposto na Nova Tabela de Consultoria do DNIT.

20.4.21. Novamente trazendo à baila o princípio da Isonomia, NÃO serão aceitos na apresentação das propostas, que os LICITANTES indiquem que o vínculo dos profissionais à Contratada se dê por Pessoa Jurídica. Portanto, a estrutura indicada na planilha deverá ser integralmente mantida, sob pena de desclassificação da Proposta.

20.4.22. Quanto aos insumos e equipamentos, o Licitante deverá observar se o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

20.4.23. Não será permitido que os valores de um mesmo item ou do BDI componente da composição de custos sejam diferentes de produto para produto, ou seja, não poderá ocorrer a variação no preço de um insumo qualquer, entre os produtos 01 a 07, mantendo a paridade dos preços dos insumos entre os Produtos. Portanto, os LICITANTES devem respeitar o **critério de Paridade** dos preços dos insumos entre os produtos, sob pena de desclassificação de sua Proposta. Tal entendimento abrange os seguintes itens das Composições de Produtos:

- Equipe;
- Equipamentos;
- Residência, Escritório e Mobiliário;
- Despesas;
- Passagens e Diárias; e
- Mobilização e Desmobilização.

20.4.24. Considerando as orientações e critérios dispostos em lei, no qual discorre sobre a obrigatoriedade da linearidade no desconto ofertado e, considerando que, para fins de isonomia e cumprimento dos dispositivos legais, bem como a manutenção da obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, as licitantes, no ato de apresentação da proposta de preço, deverá considerar a mesma proporção (percentual) do desconto ofertado nos três grupos de insumos (que possuem natureza similar) abaixo apresentados, em função de sua natureza:

20.4.25. Grupo 1 (equipe/pessoal):

- Técnico - P8147;
- Técnico geoprocessamento - P8155;
- Técnico ambiental - P8143; e
- Técnico de informática - P8159.

20.4.26. Grupo 2 (bens, móveis e imóveis):

- Imóvel Comercial (2,32% do C.M.C.C - SINAPI) B8951;
- Escritório – Mobiliário B8953; e
- Despesas diversas de escritório B8959.

20.4.27. Grupo 3 (insumos diversos):

- Passagens aéreas;
- Diárias (Deslocamentos para outras capitais de Estados);
- Diária.

20.4.28. Portanto, a licitante poderá apresentar qualquer valor para o Grupo 1, desde que mantida mesma **proporcionalidade** do desconto para os insumos constantes do referido grupo. O mesmo raciocínio vale para os Grupos 2 e 3. O não atendimento ao critério supracitado, ensejará na desclassificação da proposta da licitante.

20.4.29. Especificamente em relação ao Grupo 01, o valor a ser considerado para o insumo é o valor do posto de trabalho (salário + encargos).

- 20.4.30. Em atendimento ao art. 59 da Lei nº 14.133/2021, será submetido à análise de exequibilidade todo insumo componente do orçamento referencial que apresentar desconto superior a 25% em relação aos preços de referência adotados. A medida visa assegurar que os valores ofertados sejam compatíveis com os custos necessários à adequada execução contratual, prevenindo riscos de inexecução, descontinuidade ou comprometimento da qualidade dos serviços.
- 20.4.31. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais, equipamentos e instalações a serem fornecidos pelo Licitante, de sua propriedade, em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta, cabendo à Licitante observar se o item a ser renunciado possui custos de operação relevantes ou não.
- 20.4.32. Para a lista dos insumos supracitados indicado neste capítulo, a licitante **NÃO** poderá ofertar valor superior àquele estabelecido no orçamento referencial (Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, seja das cotações indicadas), sob pena de desclassificação.
- 20.4.33. Ainda no tocante aos insumos, quanto aos veículos, devem ser respeitados os custos mínimos indicados relativo às parcelas de Manutenção e Operação, sejam nos Totais de Custo Produtivo, bem como nos Totais do Custo Improdutivo, em conformidade com a metodologia adotada pelo manual do SICRO. Para a consulta da informação referente às parcelas supracitadas, levar em consideração o SICRO do mês abr - 2025 para o Estado de Roraima. Para fins de isonomia das Propostas, não serão aceitas alterações nos parâmetros de equipamentos.
- 20.4.34. Em caso de apresentação de valor irrisório ou até igual a zero para o item de Imóvel Comercial (2,32% do C.M.C.C - SINAPI), a proponente deverá provar, por meio de documentação equivalente, que possui imóvel próprio ou já locado, em nome da empresa ou consórcio, no município de Boa Vista/RR.
- 20.4.35. Todos os insumos com desconto com valores apresentados iguais a zero ou com valores irrisórios, em relação ao preço previsto no orçamento referencial, serão objeto de verificação da exequibilidade. Nos casos de não apresentação da devida justificativa pela convocada, a proposta da referida licitante estará **sujeita à desclassificação**.
- 20.4.36. Não poderão ser alterados os quantitativos e produtividades previstas nas composições dos produtos e subprodutos (profissionais, equipamentos e demais itens das composições) constantes da planilha de orçamento referencial, sob pena de desclassificação. Para a licitante, somente lhe é dada a liberdade de alteração nos preços unitários das composições, bem como dos Benefícios de Despesas Indiretas - BDI. Tal entendimento tem por objetivo manter a isonomia do processo licitatório, no qual não serão aceitas modificações na estrutura das composições de preço unitário, em conformidade com o Instrumento Convocatório.
- 20.4.37. No que se refere ao BDI, as licitantes não poderão apresentar BDI superior àquele indicado no Orçamento Referencial. Além disso, deve ser observado o atendimento aos valores mínimos para o PIS (0,65%), COFINS (3,00%) e ISSQN (5,00%), além de observar as demais retenções obrigatórias realizadas por esta Autarquia. Tal entendimento encontra-se devidamente detalhado no item 4.12 "Justificativa da avaliação da exequibilidade para o BDI" no Estudo Técnico Preliminar.
- 20.4.38. Uma vez determinado pela licitante os valores para o BDI, NÃO será permitida a variação deste valor nas composições dos Produtos (01 ao 07) do Orçamento Referencial.
- 20.4.39. Reforçando o entendimento do item anterior, a licitante poderá adotar qualquer valor para o BDI, desde que respeitado o valor mínimo e máximo. Na parcela referente às Despesas Financeiras, o licitante poderá utilizar como parâmetro qualquer valor da SELIC entre a data base e a data de publicação do instrumento convocatório, desde que respeitada a forma de cálculo preconizada pelo SICRO. No entanto, uma vez estabelecido o valor do BDI pela licitante, a mesma deverá aplicar este valor nas composições dos produtos 01 ao 07.
- 20.4.40. Na elaboração da sua proposta, as licitantes, primeiramente deverão respeitar os pisos salariais de cada categoria, observando a senioridade dos profissionais de nível superior, bem como aos encargos sociais mínimos obrigatórios. Além disso, atender aos valores mínimos e máximos para os insumos das composições dos Produtos, respeitar a paridade dos preços dos insumos, proporcionalidade, exequibilidade e por fim, ao BDI.
- 20.4.41. Somente após atendida as condições previstas no item anterior, a licitante poderá aplicar a linearidade do desconto sobre os produtos.
- 20.4.42. A linearidade do desconto deve ser considerada em face do valor global, sendo certo que a modificação de tal entendimento implicará em cumprimento à norma editalícia. A linearidade é um item taxativo previsto neste Termo de Referência, sendo, portanto, um critério obrigatório a ser observado nas propostas apresentadas, sob pena de desclassificação.
- 20.4.43. Caso a Proposta de Preço do licitante vencedor apresente preço manifestadamente inexecutável, nos termos do § 4º do Artigo 59 da Lei 14.133/21, poderão ser efetuadas diligências na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21.
- 20.4.44. Os critérios para apresentação de proposta apresentados nestes itens visam possibilitar a comparação isonômica e análise objetiva entre as propostas, uma vez que a presente contratação é realizada por preço unitário por produtos. Acrescenta-se ainda que o objetivo de decompor o objeto em uma planilha de quantitativos e preços unitários é de dar transparência e o conhecimento às licitantes, para que estas saibam as parcelas que integram o objeto, bem como possibilitar o julgamento objetivo das propostas por parte da Contratante.
- 20.4.45. Eventuais erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. Nestes casos, a licitante será convocada por meio de diligência para a apresentação da proposta de preços corrigida, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 20.4.46. O custo vinculado à execução dos serviços não será objeto de análise pela Administração em sede de execução contratual, sendo responsabilidade exclusiva da Contratante arcar com todos os custos diretos e indiretos necessários à entrega do objeto.
- 20.4.47. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/21.
- 20.4.48. Em caso do não atendimento aos critérios supracitados, a licitante está sujeita a desclassificação de sua proposta de preços, com base no item 12.9 do Edital que diz: "Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis." e ao item 14.5 "Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017".

21. DA NOTA FINAL

- 21.1. Para avaliação dos licitantes também serão considerados registros de penalidades adquiridos pelas empresas a partir do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, julgados em 2ª instância, de tal forma que as licitantes serão penalizadas entre 10 e 20 pontos, dependendo da gravidade e do número de incidência do problema nos últimos 5 anos em contratos com a Administração Pública.
- 21.2. Serão consideradas apenas as penalidade que se encontrarem válidas, ou seja, que estejam aplicadas em definitivo e que não tenham sido suspensas administrativamente ou judicialmente.
- 21.3. Em caso do Consórcio, as penalizações serão aplicadas sobre este na medida da proporção de cada Consorciada, indicado no Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio - TCCC.
- 21.4. Dessa forma será utilizada a seguinte matriz:

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF				
Quantidade de registros de penalidades nos últimos 5 anos julgados em 2ª instância	>8	20	20	20
	6 a 8	15	20	20
	3 a 5	15	15	20
	1 a 2	10	15	20
		Advertência	Multa	Impedimento e/ou suspensão
Gravidade				

- 21.5. Havendo mais de um tipo de penalidade sofrida, será considerada a de maior pontuação negativa.
- 21.6. O cálculo da Nota Final (NF) das proponentes será feita pelo somatório das Notas da Proposta Técnica e da Proposta de Preços, sendo a Nota da Proposta Técnica (NFPT) com peso de 70% (setenta por cento) e a Nota da Proposta de Preço (NPP) com peso de 30% (trinta por cento), totalizando um percentual de 100% (cem por cento). Será subtraída da Nota Final Técnica a pontuação atribuída na matriz de consulta ao SICAF (PS), conforme apresentado a seguir:

$$NF = [70\% \cdot (NFPT - PS)] + (30\% \cdot NPP); \text{ onde:}$$

NF = Nota Final;

NFT = Nota Final Técnica;

PS = Penalidade SICAF; e

NPF = Nota de Preço Final

21.7. A Notas Finais serão organizadas em ordem decrescente, sendo declarado vencedor o LICITANTE que obtiver maior Nota Final.

21.8. Em caso de empate entre duas ou mais notas finais atribuídas à ponderação entre as propostas de técnica e de preço, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.9. O critério previsto no inciso I do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicado apenas com relação à proposta de preço.

22. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

22.1. Após o resultado da análise das PROPOSTAS TÉCNICAS e das PROPOSTAS DE PREÇOS, atribuição da Nota Final de cada licitante, declarado o vencedor e decorridos os prazos e julgamentos dos recursos porventura apresentados, será aberto o envelope de HABILITAÇÃO do licitante que obteve a maior Nota Final, procedendo-se à análise da mesma conforme descrito a seguir.

22.2. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

22.3. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

22.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

22.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

22.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

22.7. Habilitação jurídica

22.7.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

22.7.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

22.7.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

22.7.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.7.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

22.7.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.7.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

22.7.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

22.7.9. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº

22.7.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

22.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista

22.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

22.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

22.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

22.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.8.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

22.9. Qualificação Econômico-Financeira

22.9.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

22.9.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

22.9.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

22.9.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

22.9.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

22.9.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

22.9.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

22.9.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

22.9.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

22.9.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

22.10. Qualificação Técnica

22.10.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

22.10.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

22.10.3. A capacidade técnico-operacional, prevista no art. 67º da Lei 14.133/2021, diz respeito à capacidade operativa da empresa licitante (comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação) e indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

22.10.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

22.10.5. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

22.10.6. A Experiência Específica da Proponente para Habilitação Técnica estará condicionada à comprovação das seguintes exigências:

a) Relacionar, no quadro específico do Edital, os serviços compatíveis com o objeto da licitação executados pela empresa e anexar a comprovação destes por intermédio de “atestado” ou “certidão” ou “declaração”, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da mesma;

b) A empresa deverá apresentar certidão de registro junto ao CREA, em plena validade

c) Em se tratando de licitante em consórcio, todos os membros devem apresentar certidão de registro junto ao CREA, em plena validade;

d) Prova de registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Profissional competente, relacionada às atividades de Gestão e de Engenharia Consultiva. No caso de formação de consórcio, sendo ao menos uma das empresas relacionadas a Engenharia Consultiva, a mesma deverá ser registrada junto ao CREA, bem como o próprio consórcio. A licitante deve possuir código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) compatível com as atividades exigidas como critério para Habilitação da Capacidade Operacional da Licitante; e

e) As empresas deverão comprovar que executaram por meio de contratos celebrados com “Órgãos da Administração Pública Federal”, e/ou “Estadual”, e/ou do “Distrito Federal”, e/ou Municipal e/ou com Empresas Privadas, os serviços rodoviários exigidos na tabela a seguir:

Habilitação Operacional requerida da Empresa:

Item	Descrição	Quantidade máxima de Atestados
1	Comprovação da execução de Serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou assessoria técnica e/ou suporte técnico ao gerenciamento ou gestão de Programas e/ou Empreendimentos de Obras de Infraestrutura Rodoviária compreendendo Empreendimentos e/ou Programas e/ou Ações que totalizem o mínimo de R\$ 388.719.517,92 (trezentos e oitenta e oito milhões, setecentos e dezenove mil, quinhentos e dezessete reais e noventa e dois centavos)	-
2	Comprovação da execução de serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou assessoramento e/ou suporte técnico ao gerenciamento ou gestão de Programas e/ou Empreendimentos de Obras de Infraestrutura Rodoviária, contemplando a metodologia BIM com extensão mínima de 757,35 km.	-
3	Comprovação de prestação de serviços de assessoramento e/ou gerenciamento, no âmbito da infraestrutura de transportes, no qual tenha apoiado a definição de metas, planos estratégicos, mapeamento de ambiente e avaliação de riscos, conforme diretrizes das metodologias COSO ou COBIT.	-
4	Comprovação da execução de serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou assessoria técnica e/ou suporte técnico ao gerenciamento ou gestão de Programas ou Empreendimentos de Obras de Infraestrutura Rodoviária, abrangendo obras de duplicação, e/ou adequação de capacidade, e/ou implantação e pavimentação, e/ou construção, e/ou restauração, e/ou conservação/recuperação de rodovias, contemplando ainda intervenções de contenções de taludes/encostas e obras de arte especiais (pontes e viadutos), compreendendo a extensão mínima de 757,35 km.	-
5	Comprovação da execução de serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou assessoria técnica e/ou suporte técnico ao gerenciamento ou gestão de Programas ou Empreendimentos de Obras de Infraestrutura Rodoviária, abrangendo análise e/ou elaboração de projetos básicos, ou executivos, ou anteprojetos de duplicação, e/ou de adequação de capacidade, e/ou de implantação e pavimentação, e/ou de construção, e/ou de restauração, e/ou conservação/recuperação de rodovias, contemplando ainda projetos de contenções de taludes/encostas e obras de arte especiais (pontes e viadutos) Obras de Infraestrutura Rodoviária, compreendendo a extensão mínima de 757,35 km.	-

6	Comprovação da execução de serviços de gerenciamento e/ou apoio ao gerenciamento e/ou assessoria técnica e/ou suporte técnico ao gerenciamento ou gestão de Programas ou Empreendimentos de Obras de Infraestrutura Rodoviária, cujo objeto abranja o acompanhamento e controle das atividades ambientais relativas às de duplicação, e/ou adequação de capacidade, e/ou implantação e pavimentação, e/ou construção, e/ou restauração, e/ou conservação/recuperação de rodovias, incluindo apoio na elaboração e/ou análise de estudos e/ou projetos ambientais e o acompanhamento de procedimentos voltados para o licenciamento ambiental, compreendendo a extensão mínima de 757,35 km.	-
---	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---

22.10.7. No caso de atestado emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa licitante.

22.10.8. Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo contratante principal, deverá ser juntada documentação comprobatória do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, descrito nos Termos de Referência, contemplando pelo menos um dos seguintes documentos:

- I - declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- II - autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
- III - contrato firmado entre contratado principal e Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU.

22.10.9. Os valores dos Atestados, apresentados pelas Licitantes para atendimento o item a.1, para efeito de avaliação, poderão ser atualizados desde a data de ocorrência da experiência relatada até 30 dias anteriores à data de apresentação da proposta, pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC/ FIPE.

22.10.10. A extensão e quantidade de contratos solicitadas para comprovação da capacidade técnica-operacional do Item 1 e 2 da tabela - Habilitação Operacional requerida da Empresa, e representa cerca de 50% do total de obras e serviços sob responsabilidade da CONTRATANTE.

22.10.11. A imposição do limite máximo de 1 (um) atestado para cada Item, com exceção do primeiro, resulta da necessidade por parte da Administração de garantir, de forma única e exclusiva, que a vencedora do certame detenha condições técnicas e operacionais de mobilização, planejamento e execução dos serviços objeto da contratação, obedecendo as normas, as exigências e os critérios de avaliação estipulados.

22.10.12. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

22.10.13. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

22.10.14. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

22.10.15. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

22.10.16. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

22.10.17. Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica, em nome dos profissionais designados para os serviços, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

22.10.18. Os profissionais devem possuir curso superior completo, com diploma registrado pelo MEC, validado pelo Conselho Profissional Competente.

22.10.19. Os profissionais indicados pelo Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo DNIT.

22.10.20. Para qualificação técnica-profissional não é exigido que o atestado esteja em nome da Empresa licitante, mas que os profissionais que desejam comprovar a qualificação figurem com suas respectivas funções dentro do atestado de capacidade técnica.

22.10.21. Os atestados deverão conter no mínimo o nome do contratado e da contratante, a identificação do objeto do contrato e os serviços executados (discriminação e quantidades), sendo que os atestados referentes aos profissionais das alíneas b.1 a b.4 deverão estar registrados pelo órgão fiscalizador competente, que comprove a capacidade técnico-profissional em relação ao objeto da licitação.

22.10.22. Os profissionais a serem apresentados para fins de habilitação da equipe técnica devem cumprir os requisitos elencados abaixo:

Habilitação requerida por Categoria Profissional

EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL DA EQUIPE TÉCNICA				
Lote	Categoria Profissional	Número de profissionais	Código	Serviços Requeridos
	Coordenador Geral	1	P8061	Engenheiro civil, com experiência comprovada de 10 (dez) anos na função de coordenador ou responsável técnico por serviços de consultoria de projetos e/ou obras de infraestrutura rodoviária para Programas e/ou empreendimentos de obras de duplicação, e/ou adequação de capacidade, e/ou implantação e pavimentação, e/ou construção, e/ou restauração, e/ou conservação/recuperação de rodovias, onde se incluam obras de arte especiais, contenções e aspectos de segurança viária e tenham sido executados, além do acompanhamento da execução das obras, a elaboração ou análise ou revisão de projetos.
	Engenheiro Sênior - Obras	1	P8067	Engenheiro civil, com experiência comprovada de 10 (dez) anos na função de responsável técnico ou coordenador ou gerente ou supervisor de serviços de apoio e/ou assessoria técnica e/ou suporte técnico ao gerenciamento ou gestão ou supervisão de obras de infraestrutura rodoviária, abrangendo obras de duplicação, e/ou adequação de capacidade, e/ou implantação e pavimentação, e/ou construção, e/ou restauração, e/ou conservação/recuperação de rodovias, contemplando obras de arte especiais, obras de contenções/estabilização de taludes, implantação de dispositivos de segurança e implantação e/ou operação de sistema informatizado de gestão de obras.

Único	Engenheiro Sênior - Planejamento e Projetos	1	P8067	Engenheiro civil, com experiência comprovada de 10 (dez) anos na função de coordenador técnico ou gerente ou chefe de equipe por serviços de consultoria de infraestrutura rodoviária em que estejam contemplados o planejamento e/ou a elaboração ou análise ou revisão de estudos e/ou projetos rodoviários, contemplando ainda: · elaboração /ou análise de Estudos e/ou anteprojetos e/ou projetos de engenharia rodoviária*; · atividades de assessoramento e/ou gerenciamento*; e · metodologia BIM*.
	Engenheiro Sênior - Meio Ambiente	1	P8059	Engenheiro civil ou ambiental, com experiência comprovada de 10 (dez) anos na função de responsável técnico ou coordenador ou gerente ou supervisor de serviços de consultoria de projetos de infraestrutura, contemplando apoio: · na elaboração ou análise de Estudos de Meio Ambiente e/ou Projetos de Meio Ambiente, abrangendo EIA/RIMA ou PCA – Plano de Controle Ambiental ou PBA - Plano Básico Ambiental e PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas*; · - em obras de infraestrutura, contemplando gestão ambiental das condicionantes constantes das licenças ambientais*.
	Engenheiro Pleno - Desapropriação	1	P8066	Engenheiro civil, com experiência comprovada de 05 (cinco) anos na função de responsável técnico ou coordenador ou gerente ou supervisor de serviços de consultoria de projetos de infraestrutura, contemplando apoio: · elaboração de Projetos de Duplicação ou Adequação de Capacidade ou Restauração ou de Implantação ou Estudos de Viabilidade ou de Anteprojetos ou de Planejamento de Empreendimentos no âmbito rodoviário em que estejam contemplados o projeto de desapropriação*.

22.10.23. * Para os profissionais indicados nas categorias de Engenheiro Sênior – Planejamento, Engenheiro Sênior – Meio Ambiente e Engenheiro Pleno – Desapropriação, a comprovação das experiências específicas exigidas (tais como atuação com metodologia BIM, Estudos ambientais ou projetos desapropriatórios) não está condicionada à quantidade de anos de atuação com o respectivo tema, mas sim à demonstração de competência técnica por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT). Assim, admite-se que a experiência específica tenha sido adquirida em qualquer período da trajetória profissional do candidato, desde que regularmente registrada por meio de CAT válida e aderente ao conteúdo exigido.

22.10.24. Quanto ao número de atestados: tantos quantos forem necessários para comprovar o tempo de experiência requerida, segundo categoria profissional, descontadas as superposições.

22.10.25. A comprovação do tempo de experiência dos profissionais se dará por meio da apresentação de “atestados” e/ou “certidões” e/ou “declarações” emitidos pelo contratante, devidamente certificado(s) pelo Conselho Regional competente, que comprovem o tempo de execução de funções e/ou atividades relacionadas a serviços de consultoria voltados para projetos e obras de infraestrutura de engenharia para órgão(s) da Administração Pública ou Particular, desconsiderando as superposições de período, e que, em pelo menos um deles, conste que tenha exercido todas as funções e serviços requeridos e descritos na Tabela acima.

22.10.26. Reitera-se que para fins de comprovação do tempo de experiência, serão levados em consideração os períodos em que os profissionais atuaram como Engenheiros Civis na área de infraestrutura rodoviária, independentemente de escopos contratuais ou funções exercidas.

22.10.27. A comprovação de vinculação profissional da equipe técnica deverá ser através de:

- I - Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- II - Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- III - Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;
- IV - Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo Conselho de Classe competente da Sede ou Filial do licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos:
 - Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
 - Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
 - Contrato de prestação de serviço futuro, sem vínculo empregatício.
 - Profissional contratado: contrato de prestação de serviço ou contrato de prestação de serviço futuro.

22.10.28. Cada profissional poderá compor a equipe técnica de uma única empresa ou Consórcio, sob pena de inabilitação das Licitantes.

22.10.29. Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo contratante principal, deverá ser juntada documentação comprobatória do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, descrito nos Termos de Referência, contemplando pelo menos um dos seguintes documentos:

- declaração formal do contratante principal confirmando que o profissional tenha participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do profissional subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
- declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi o responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos.

22.10.30. Caso a CONTRATADA necessite substituir algum dos profissionais designados na Habilitação técnica, deverá apresentar a respectiva motivação, devidamente justificada para a aprovação pela Fiscalização, atendendo todas as exigências técnicas do novo profissional previstas no edital de licitação, bem como providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART correspondente.

22.10.31. O atestado de capacidade técnica será emitido em nome do engenheiro coordenador após o encerramento contratual, caso seja solicitado pela CONTRATADA. Os demais membros da equipe técnica mínima serão listados no atestado como equipe técnica.

22.10.32. Será admitida a emissão de atestado parcial de capacidade técnica, apenas para as ações concluídas em sua totalidade antes do término contratual, ou que sejam passíveis de ser obtido através de medição eletrônica ou via relatório de programa. Para as ações que perdurarem até o término contratual ou que não seja objetiva a aferição parcial do quantitativo executado, não haverá emissão de atestados parciais de capacidade técnica, em qualquer fase do contrato, em nenhuma hipótese.

22.10.33. Tal medida se justifica pela dificuldade na medição parcial do serviço, pela natureza predominantemente intelectual, dificultando, por conseguinte, a aferição dessa capacitação; algo intrínseco, incapaz de ser medido antes do término; acarreta gasto público não previsto, para emitir esse atestado

22.10.34. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

23. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

23.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de R\$ 60.509.534,63 (sessenta milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos), conforme custos unitários contidos no Orçamento Referencial Assessoramento RR REV02 (24253159)

23.2. O orçamento foi elaborado pela Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima.

23.3. O orçamento referencial elaborado não foi dimensionado em função da extensão da malha rodoviária federal sob a jurisdição da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima, desta forma, no caso de ocorrer acréscimo ou redução na extensão da malha, como por exemplo, em decorrência de federalizações, não implicará em alteração dos valores unitários propostos pela licitante para os respectivos produtos.

<

23.4. Os preços unitários que deram origem aos valores do orçamento referencial foram extraídos da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Resolução Nº 11, de 21 de agosto de 2020, publicada no Boletim Administrativo nº 163 de 25 de agosto de 2020 e:

- Composição de Preço Unitário do serviço de levantamento com VANT, foi elaborado conforme tabela de preços de consultoria do DNIT;
- Pesquisa de preços de aquisição de VANT realizada em site eletrônico e efetuado o cálculo unitário mensal conforme planilha anexada ao processo;
- Pesquisa de preços para aquisição de passagens aéreas realizada em site eletrônico; e
- O valor do Produto 10 foi obtido pelo percentual sobre a soma dos valores totais dos Produtos de 01 a 09, acrescido do valor obtido para realização dos levantamentos com VANT.

23.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA PNCP 04892707000100-0-000021/2026;
- II - Identificador da Futura Contratação: 390070-11/2026

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

24.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade:390070;

Fonte de Recursos: [...];

Programa de Trabalho: 26.122.0032.218S.0001 - Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura - Nacional;

Elemento de Despesa: [...];

Plano Interno: [...];

25. ANEXOS

25.1. ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (24253176);

25.2. ANEXO II - ORÇAMENTO REFERENCIAL ASSESSORAMENTO (24253159);

25.3. ANEXO III - QUADROS 01 A 04 – QUADROS A SEREM APRESENTADOS NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA ();

25.4. ANEXO IV - DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO ();

25.5. ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA ();

25.6. ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO ();

(documento assinado eletronicamente)

Fábio Bastos

Equipe de Planejamento da Contratação - Portaria 4910 (22128938)

Analista em Infraestrutura de Transportes – DNIT/RR

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

(documento assinado eletronicamente)
Deusiana Ferreira Costa Gouveia
Superintendente Regional – DNIT/RR



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Bastos, Coordenador de Engenharia-Substituto(a)**, em 02/04/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deusiana Ferreira Costa Gouveia, Superintendente Regional no Estado de Roraima**, em 22/04/2026, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24253178** e o código CRC **672AD2C7**.

Referência: Processo nº 50009.000737/2025-87

SEI nº 24253178



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Av. Ville Roy, 3563
CEP 69306-595
Boa Vista/RR |